

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social**

Enise de Castro Silva

**A RECONFIGURAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE SER DOMÉSTICA ATRAVÉS DA  
PÁGINA “EU EMPREGADA DOMÉSTICA”**

Belo Horizonte  
2019

Enise de Castro Silva

**A reconfiguração da experiência de ser doméstica através da página “Eu empregada doméstica”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação Social. Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea  
Linha de pesquisa: Processos comunicativos e práticas sociais

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Paula Guimarães Simões

Belo Horizonte  
2019

301.16  
S586r  
2019

Silva, Enise de Castro.

A reconfiguração da experiência de ser doméstica através da página "Eu empregada doméstica" [manuscrito] / Enise de Castro Silva. - 2019.

115 f.

Orientadora: Paula Guimarães Simões.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

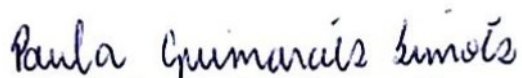
Inclui bibliografia.

1.Comunicação – Teses. 2. Empregados domésticos – Teses. 3. Comunicação de massa - Teses. I. Simões, Paula Guimarães . II .Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III .Título.

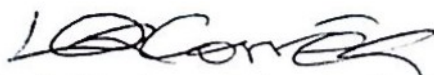
A reconfiguração da experiência de ser doméstica através da página 'Eu, empregada doméstica'

Enise de Castro Silva

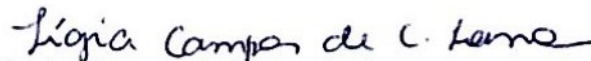
Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora:



Profa. Dra. Paula Guimarães Simões  
(Orientadora - FAFICH/UFMG)



Profa. Dra. Laura Guimarães Corrêa  
(FAFICH-UFMG)



Lígia Campos de Cerqueira Lana  
(PUC-RJ)

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte, 26 de junho de 2019

*Para meu avô João, que, enquanto viveu,  
rezou para morrer trabalhando, e para Neide,  
que rejeitava ser chamada de doméstica e me  
dava todo cuidado e carinho.*

## **Agradecimentos**

A escrita da dissertação foi um processo cheio de altos e baixos, em que muitas vezes necessitei de ajuda, muita compreensão, paciência, carinho e disponibilidade de outras pessoas. Por isso, agradeço primeiramente à minha orientadora, Paula, que, além de construir comigo esta pesquisa, me acolheu, compreendeu e respeitou em todo o processo. Obrigada por ser um exemplo positivo de pessoa, professora e pesquisadora acadêmica.

Agradeço aos meus pais, Eliza e Juarez, pelo apoio durante todo esse período e por tudo que me proporcionaram para que eu chegasse até aqui. Agradeço à Neide, por ter ajudado a formar os questionamentos que me trouxeram a este trabalho e à professora Ângela Marques por explorar comigo esse tema desde a Iniciação Científica.

Agradeço também a todas as amigas, amigos e pessoas queridas que estiveram física e virtualmente comigo: familiares, amigas de infância, amigos da graduação, amigas e amigos do PPGCOM, namorado, amigos da Trupetralha, etc. Vocês são muitas e muitos, tendo contribuído de diversas formas para o enriquecimento do meu trabalho e para meu crescimento enquanto pessoa. Meu medo de me esquecer de alguém e ser injusta impede que eu tente citar todos os seus nomes. Vocês foram e são tão importantes quanto qualquer outro nome que aparece aqui.

Bernadete e Flávia, minha psicóloga e minha psiquiatra, muito obrigada por cuidarem comigo da minha saúde mental.

Por fim, gostaria de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo financiamento da minha atividade de pesquisa, à Universidade Federal de Minas Gerais por tudo que me proporcionou ao longo de quase sete anos, ao PPGCOM por todos os recursos fornecidos à minha formação como pesquisadora e a você, leitora ou leitor, que fará com que as ideias aqui construídas circulem e ganhem significado.

## Resumo

Esta dissertação investiga os relatos sobre as vivências das mulheres como empregadas publicadas na página “Eu empregada doméstica”, refletindo sobre o modo como contribuem para uma reconfiguração da experiência de ser doméstica no contexto brasileiro contemporâneo. Para isso, são analisados posts dos primeiros três meses de existência da página, entre 19 de junho de 2016 e 19 de setembro de 2016, período em que havia grande movimentação após a ação de sua criadora, Joyce Fernandes, “viralizar” na internet. Para analisar o material, partimos da perspectiva de John Dewey sobre experiência para compreender os eventos relatados juntamente com estudos que falam sobre a relação entre sujeito e trabalho e trabalho doméstico no Brasil. Também é discutido o papel que o relato de si exerce nesse contexto e como são criadas, a partir dos relatos da página, representações do que significa ser doméstica atualmente no país. Em um primeiro momento, analisamos o conteúdo e classificamos os posts em seis grupos de acordo com a definição que as mulheres fazem das situações: privação de condições básicas, degeneração ético-moral, racismo e xenofobia, violência física e sexual, relatos positivos e de gratidão e relatos de Joyce. Dentro dos maiores grupos de relatos, fizemos uma segunda análise de conteúdo refinando ainda mais a caracterização da situação. Assim, fomos capazes de fazer uma leitura das representações de trabalho doméstico presentes na página que estão ligadas à desigualdade social, racial e de gênero próprias da realidade brasileira, mas que também se vinculam a um modo de compreender o trabalho que pertence ao capitalismo e à civilização ocidental.

**Palavras-chave:** Trabalho doméstico, experiência, relato de si, representação, “Eu empregada doméstica”.

## Abstract

This dissertation investigates what the reports on the Facebook page “Eu empregada doméstica” say about women’s living as domestic employees and how they contribute to a reconfiguration of the experience of being domestic in the Brazilian contemporary context. In order to do so, posts from the first three months of page activity, from June 19th of 2016 to September 19th of 2016, were analyzed. This period has been selected due to the great traffic after the action of the page’s creator, Joyce Fernandes, went viral. To analyze the material, we started from John Dewey's perspective on experience together with studies that talk about the relation between subject and work and domestic employment in Brazil. It also required a reflection on the role that giving account of oneself exercises in that context and how representations of being domestic employees are created starting from the page reports. In the first moment, we analyzed the content of the posts and classified them in six groups according to the women’s definition of the situations: deprivation of basic conditions, ethical-moral degeneration, racism and xenophobia, physical and sexual violence, positive and grateful accounts and reports by Joyce. Within the largest groups of reports, we have done a second content analysis, refining the characterization of the situation. Thus, we were able to interpret that the representations of domestic work present on the page are linked to Brazilian’s social, racial and gender inequalities and are also linked to a capitalist and Western civilization’s comprehension of work.

**Key-words:** Domestic employment, experience, account of oneself, representation, “Eu empregada doméstica”.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1- A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: GÊNERO E RAÇA NA COMPREENSÃO DO EMPREGO DOMÉSTICO</b> .....	<b>12</b>
1.1 Trabalho: definições, significados e constituição de um valor .....	12
1.2 Investigação e questionamentos sobre o valor do trabalho.....	22
1.3 Espírito do capitalismo, transformações e contexto brasileiro .....	27
1.4 Divisão sexual do trabalho e o fator racial .....	35
<b>2- EXPERIÊNCIA E RELATO DA EXPERIÊNCIA</b> .....	<b>50</b>
<b>3- METODOLOGIA</b> .....	<b>62</b>
<b>4- ANÁLISE</b> .....	<b>70</b>
4.1 Relatos de Joyce .....	71
4.2 Privação de condições básicas .....	73
4.3 Degeneração ético-moral .....	81
4.4 Violência física e sexual .....	89
4.5 Relatos de racismo e xenofobia .....	94
4.6 Gratidão e relatos positivos .....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>113</b>

## INTRODUÇÃO

O Brasil é o país que tem a maior proporção de empregados domésticos por pessoa do mundo. Esse dado foi divulgado, em 2017, em um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), que tirou as conclusões com base nos dados formais fornecidos pelos países à organização. Esse dado, somado ao fato de que cerca de 6,6% da população total do país se ocupa do trabalho doméstico (IBGE, 2015), já representaria uma excelente justificativa para se realizar pesquisas sobre essa atividade no contexto brasileiro. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar do mundo, o trabalho doméstico não é só uma ocupação importante na dinâmica da sociedade, mas, como demonstraremos, acaba sendo a única forma pela qual diversas mulheres pobres e negras conseguem se inserir no mercado de trabalho.

Muitas vezes, os responsáveis por essas mulheres, vindas de famílias pobres e numerosas, não conseguem oferecer a todos os filhos condições de vida básicas, como alimentação e vestimenta. Isso as coloca numa posição de vulnerabilidade e faz com que busquem ou sejam levadas, ainda na infância, para trabalhar nas casas de família. Danila Cal (2016) nos apresenta um pouco dessa realidade no estado brasileiro do Pará, ao discutir a questão das relações de poder atuando na configuração do trabalho infantil doméstico, levando em conta o ponto de vista das meninas envolvidas e o dos meios de comunicação locais.

O fato de algumas mulheres demonstrarem um posicionamento ambíguo em relação ao “acolhimento” recebido da família que as empregou revela uma pequena parte do problema que enfrentam para se expressar e se posicionar socialmente frente à exploração e aos abusos que sofrem ao longo de suas vidas como domésticas. O racismo enraizado na sociedade brasileira desde o passado escravocrata, as ideologias nas quais nosso povo se funda, o machismo, o sistema capitalista: tudo isso age dificultando o acesso dessas mulheres à sua própria voz, criando barreiras para que elas não se ouçam nem sejam ouvidas pelos demais membros da sociedade.

Apesar disso, em julho de 2016, a rapper, historiadora e ex-empregada doméstica Joyce Fernandes, conhecida como Preta Rara em seu meio de atuação, foi capaz de falar e ser ouvida por intermédio de uma postagem na rede social online Facebook. O texto era um pequeno relato, com não mais que três frases, de uma situação vivida por ela quando ainda trabalhava como doméstica. Ao final da postagem, Joyce inseriu a *hashtag* #euempregadadoméstica.

A partir daí, seu texto foi compartilhado, e ela passou a receber comentários, mensagens e outros relatos de mulheres e familiares de mulheres que haviam passado por coisas semelhantes como empregadas domésticas. Numa ação para reunir e divulgar os relatos, ela cria a página “Eu empregada doméstica”, na qual, em diversos momentos, usa a frase “Nossa voz ecoa”, para se referir às falas e relatos que recebe e compartilha.

A escolha dessa página como objeto de pesquisa se deu como consequência de um trabalho com empregadas domésticas no âmbito da Iniciação Científica<sup>1</sup> e da relação pessoal com o tema: por ter, ao longo de 17 anos de minha vida, convivido, sido cuidada e aprendido muito com Neide, a mulher que trabalhava na minha casa em Araxá, no interior de Minas Gerais. Os fatos apresentados me levaram a olhar de forma diferente desde a primeira vez que tive contato com a página no Facebook.

No meu trabalho anterior, havia discutido, através de entrevistas semi-estruturadas com quatro empregadas domésticas, os modos pelos quais elas criavam formas de se fazerem reconhecidas no cotidiano do trabalho doméstico. Assim como as histórias de diversas mulheres que relatam para a página “Eu empregada doméstica”, as entrevistadas tinham vivências em que diversas fronteiras estavam embaçadas por relações de poder, relações de afeto, gratidão, rancor, resignação.

Desse modo, no presente trabalho, me propus a olhar para o que dizem os relatos dessas mulheres sobre suas experiências como empregadas domésticas: Como esses relatos ajudam a constituir representações do que é ser doméstica no contexto brasileiro contemporâneo, contribuindo para a reconfiguração da experiência dessas mulheres?

Para tanto, iniciaremos discutindo aspectos que configuram a noção de trabalho no Brasil contemporâneo, tanto para mostrar o trabalho como um fenômeno complexo quanto para destacar o trabalho doméstico nesse cenário. Nesse sentido, a primeira parte do capítulo retoma o conceito de trabalho, tanto no que diz respeito ao surgimento e transformação do termo até chegar ao significado que possui hoje em português, quanto no que se refere aos pensamentos que influenciaram a concepção ocidental e contemporânea de trabalho.

Na segunda parte, nos questionaremos quanto ao valor do trabalho, partindo do pensamento de filósofos como Arendt (2007) e Deranty (2009).

Na terceira parte deste primeiro capítulo, abordaremos a questão do novo espírito do capitalismo a partir de Boltanski e Chiapello (2009), que, para nós, é essencial para compreender as forças que atuam na configuração da ideia e da atividade de trabalho. Além

---

<sup>1</sup> SILVA, Enise. **Empregadas domésticas e invenções de novas formas relacionais de existir e trabalhar**. 2016. 84 f. Monografia – Iniciação Científica, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

disso, buscaremos estabelecer uma leitura do contexto brasileiro através da noção dos autores juntamente com a perspectiva de Souza (2009) e outros autores que aparecem no livro *A Ralé brasileira*.

Já a quarta parte do capítulo introduz a discussão da divisão sexual do trabalho e do racismo como fortemente presentes na forma como emerge o valor do trabalho, inclusive o doméstico, no Brasil. Para isso, acionamos perspectivas como as de Biroli (2017), Collins (2016), hooks (2019) e Yannoulas (2013) para entender melhor as relações de gênero, raça e classe no âmbito da constituição do trabalho enquanto valor e da valorização (monetária e simbólica) das diferentes atividades.

O segundo capítulo trata do conceito de experiência na perspectiva do pragmatismo, principalmente segundo o pensamento de Dewey (1980). Aqui, com auxílio de outros autores, discutiremos por que a experiência é uma base interessante e relevante para se abordar os relatos, mostrando, mais tarde, a relação entre o relato da experiência, a constituição do sujeito e a reconfiguração daquilo que foi vivido.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia da pesquisa. Começa pelo apontamento do corpus e explica como articulamos a experiência e os outros conceitos apresentados na análise dos relatos. Esta é iniciada com uma análise do conteúdo para organização do material, o qual é, em seguida, submetido a uma análise de enquadramento.

A quarta parte do trabalho apresenta a análise, em que, através das inferências a partir do conteúdo, distribuimos os relatos em grupos temáticos que são apresentados e analisados cada um em sua seção: Relatos de Joyce, Privação de condições básicas, Degeneração ético-moral, Violência física e sexual, Relatos de racismo e xenofobia e Gratidão e relatos positivos.

Por fim, trazemos nossas considerações acerca da investigação aqui apresentada e o que conseguimos inferir, a partir deste trabalho, sobre a experiência de ser empregada doméstica no Brasil contemporâneo.

# 1 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: GÊNERO E RAÇA NA COMPREENSÃO DO EMPREGO DOMÉSTICO

## 1.1 Trabalho: definições, significados e constituição de um valor

De acordo com a legislação brasileira, empregado doméstico é “aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana” (Brasil. Lei complementar nº 150). A partir da data de publicação dessa lei, em 2015, empregados domésticos de todo país passaram a trabalhar sob regime de direitos e deveres, como os demais trabalhadores.

Esse fato foi noticiado por grandes portais<sup>2</sup>, anunciando a regulamentação da atividade como benefício da categoria e alertando patrões para se adequarem às regras, que já vinham mudando desde 2013, com a emenda constitucional 72, que ficou conhecida como “PEC das Domésticas”. O fato é muito recente tendo em vista que o país possui, como já dissemos, a maior proporção de empregados domésticos por habitante do mundo<sup>3</sup> (OIT, 2017). De acordo com o IBGE (2015), há no Brasil 6,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais ocupadas como empregadas domésticas, o que representa cerca de 6,6% da população total do país. Os dados mais recentes encontrados do perfil desses trabalhadores foram de 2010. Na pesquisa publicada nesse ano, 94,5% do total eram mulheres e 62% eram negras e negros (IGBE, 2010).

Como podemos perceber pelo texto da lei, a definição sobre o que é ser empregado doméstico, em termos de atividades realizadas, é ampla, o que dá margem para que uma imensa gama de serviços possa ser encaixada nessa categoria, desde que obedeça às demais especificações. Estas, inclusive, muito relacionadas ao ambiente onde as atividades serão realizadas e a quem elas vão servir.

Essas características são fundamentais para compreendermos onde está localizado o emprego doméstico no universo do trabalho na sociedade capitalista e porque essa localização é tão importante. A partir dela, são fornecidas informações sobre como são apreendidas e hierarquizadas as atividades remuneradas na nossa sociedade, o que impacta diretamente no

---

<sup>2</sup>PEC das Domésticas: leia perguntas e respostas e tire suas dúvidas <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/05/pec-das-domesticas-leia-perguntas-e-respostas-e-tire-suas-duvidas-2015.html>

Tire 37 dúvidas sobre a lei que amplia os direitos do empregado doméstico <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1625959-tire-26-duvidas-sobre-a-lei-que-amplia-os-direitos-do-empregado-domestico.shtml>

<sup>3</sup> De acordo com os dados formais fornecidos pelos países.

surgimento de funções melhor ou pior recompensadas, mais ou menos reconhecidas. O modo como qualquer tipo de atividade remunerada é apreendida hoje no Brasil tem relação com o legado histórico da civilização ocidental, assim como com os diversos acontecimentos da história do país, como a escravidão, a cultura e as relações sociais.

Se pensarmos em termos de expressões da língua portuguesa usada no Brasil, há distintas formas de nomear a atividade assalariada que as pessoas realizam tendo em vista seu sustento, assim como outras atividades que se destinam à manutenção da vida e dos objetos do mundo. Trabalho, emprego, serviço, tarefa, entre outras, são palavras que podem ser pensadas nesse contexto, às vezes até usadas como sinônimos, mas que guardam algumas diferenças entre si.

Em uma consulta ao dicionário online<sup>4</sup>, encontramos dezessete diferentes significados atribuídos à palavra “trabalho”. O primeiro deles é relativo à profissão ou ofício de uma pessoa (ex: Trabalho como professora); o segundo, à dificuldade em se executar uma tarefa (ex: Cozinhar dá trabalho); o terceiro diz da responsabilidade de alguém (ex: É seu trabalho cuidar do seu irmão mais novo.); o quarto e o quinto têm a ver, respectivamente, com a totalidade dos processos realizados para atingir um fim, incluindo mecanismos mentais e intelectuais, e com o local onde são realizados. A palavra “trabalho” ainda tem a utilização vinculada à fabricação de algo, à atenção dedicada à fabricação, ao produto dela e à ação do próprio produto.

Exercício destinado à prática, ação de força da natureza, fenômenos realizados em substâncias, grandeza física, processo orgânico de tecidos de um corpo, oferta para receber proteção de orixás: também são possíveis utilizações da palavra, que, no entanto, não interessam tanto a nós quanto as listadas anteriormente e quanto as que virão a seguir. “Trabalho” tem mais dois sentidos listados no dicionário como relacionados à política: o primeiro diz respeito mais especificamente à economia, sendo o “exercício humano que configura um elemento fundamental na realização de bens e/ou serviços”; o segundo é a “reunião dos indivíduos que fazem parte da vida econômica de uma nação”.

Já a palavra “emprego” possui um número bem mais restrito de significados nesse mesmo dicionário: quatro, sendo que somente um tem relação mais clara com aquele que nos interessa aqui: “Função, cargo, lugar: emprego público”.

---

<sup>4</sup> Dicio: dicionário online de português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em 11/05/2018. Os termos foram pesquisados um por um, do mesmo modo que estão grafados no texto. O critério de seleção do dicionário online foi o ranqueamento do Google.

“Serviço” tem significados mais próximos do nosso interesse: o ato de servir, desempenhar funções obrigatórias, duração da servidão, produto imaterial da atividade humana destinada à satisfação de necessidades e “organização de certas instituições públicas e privadas”.

“Tarefa” é um termo que também tem a ver com o sentido que nos interessa. Porém, o caráter pontual e relacionado ao estabelecimento de um prazo que seu sentido apresenta exclui a tomada dessa palavra como um conceito interessante a ser pensado e discutido aqui.

Os termos “ofício” e “ocupação” também são dois que aparecem repetidamente como sinônimos dos termos listados acima. “Ofício”, excluindo os significados relativos à religião (missa católica), comunicação (comunicado formal entre autoridades) e cartórios, apresenta significados interessantes, como trabalho em que o domínio da técnica é necessário, ação de se ocupar com algo, comprometimento com uma atividade e trabalho realizado para obtenção de sustento.

Já “ocupação”, tirando os significados relativos a tomar posse militarmente ou invadir, é um termo cujo significado apresentado nesse dicionário diz respeito ao trabalho mais importante da vida de uma pessoa.

Dentre todos os termos aqui identificados como possíveis sinônimos, o único que possui significado que abrange não só a ação realizada por um indivíduo, mas todo o conjunto de ações e sua relação com a economia e política é a palavra “trabalho”. A capacidade da palavra de expressar essa noção global, que diz respeito tanto ao que é realizado pelo indivíduo quanto ao conjunto político e econômico dessas ações é que faz com que esse conceito seja tão importante de ser discutido nesta pesquisa.

Etimologicamente, a palavra trabalho tem origem do latim *tripalium*. De acordo como dicionário etimológico<sup>5</sup>, *tripalium* era um instrumento de tortura comum na Europa antiga, constituído de três estacas de madeira afiadas. Assim, trabalhar era sinônimo de ser torturado.

Ainda de acordo com esse dicionário, sofriam as torturas nesse instrumento os pobres e pessoas escravizadas que não conseguiam pagar os impostos, de modo que as pessoas que “trabalhavam” eram, então, as que não tinham posses. Assim, o sentido passou a ser estendido também às atividades realizadas pelas pessoas mais pobres na época, como camponeses e artesãos.

---

<sup>5</sup> Dicionário etimológico: trabalho. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/trabalho/>. Acesso em 11/05/2018.

A evolução do termo levou do latim ao francês, em que *travailler*, que hoje é traduzido como trabalhar, passou, inicialmente, a significar “sofrer”, “sentir dor”. Posteriormente, o sentido atribuído ao termo passou a ser o de realizar atividade dura ou exaustiva.

O dicionário etimológico afirma que foi apenas no século XIV que trabalhar passou a ter o significado mais genérico que tem hoje de "aplicação das forças e faculdades (talentos, habilidades) humanas para alcançar um determinado fim", de modo que seu sentido ainda é ampliado e modificado com as mudanças culturais, principalmente aquelas que decorrem da Revolução Industrial.

A origem da palavra “trabalho” na nossa língua, sem dúvida, fornece importantes informações para pensarmos o significado que a atividade apresenta para os sujeitos que a realizam e para a sociedade como um todo. Entretanto, há também toda uma história do pensamento sobre o trabalho na civilização ocidental que ajuda a expandir e compreender não só o significado dele, mas as hierarquias existentes entre os diferentes tipos de trabalho e a forma de apreciar diferentes atividades.

Quanto a isso, Migeotte (2005) recupera a noção de trabalho presente no pensamento grego antigo, considerado berço da civilização ocidental. Segundo ele, os gregos não criaram teorias sistemáticas sobre trabalho porque as atividades econômicas não possuíam tanta importância quanto outras sobre as quais diversos pensadores se debruçaram, como ética e política. Assim, não existia entre os gregos, inclusive, termo que desse conta de expressar uma noção próxima à que temos hoje de trabalho como “esta conduta social da qual cada indivíduo participa por meio de sua função ou ocupação” (MIGEOTTE, 2005. p. 18). Isso não significa que as atividades materiais não eram importantes para o bem-estar da organização social e seus membros. Entretanto, para eles, o trabalho não era uma atividade chave na composição de um sistema de relações mais globais entre os indivíduos de uma sociedade.

De acordo com o autor, um dos termos gregos existentes que concerne ao universo do trabalho é *erga*. Ele era usado apenas para se referir a trabalhos manuais, como artesanato e cerâmica, e, portanto, qualificava como trabalhadores somente os envolvidos nessas atividades, as quais, segundo o autor, são relatadas com desprezo em diversos textos gregos: “Nisso, o uso grego corresponde àquele que as civilizações ocidentais conservaram durante séculos, ao qualificar de trabalhadores somente aqueles que trabalhavam com as mãos”. (MIGEOTTE, 2005. p. 20)

Ele recupera trechos de textos de filósofos gregos em que as profissões ditas artesanais (*banausikai*) são atacadas pelo que fazem ao corpo de quem se ocupa delas e pelo fato de não permitirem ao trabalhador nenhum tipo de lazer. Do mesmo modo, o pequeno comércio,



geralmente realizado por artesãos que vendiam seu próprio produto, não era visto com bons olhos pelos pensadores que condenavam a busca pelo lucro e a suposta desonestidade da atividade.

Ao mesmo tempo, a agricultura era tratada como uma atividade virtuosa, na qual o cuidado era justificado por produzir algo indispensável para a vida humana, apesar de a necessidade dessa produção ser vista como “uma fatalidade imposta aos mortais” (MIGEOTTE, 2005. p. 25). A atividade artesanal, quando realizada de forma especializada e em nome de uma excelência, como pintura, escultura, entre outras, também era elogiada por alguns filósofos. Mesmo o comércio, que era tão criticado e atacado, e a utilização de moeda eram entendidos por alguns como imposições decorrentes da evolução da sociedade.

Assim, por meio de Migeotte (2005), podemos perceber a oposição existente entre o trabalho e o lazer e, conseqüentemente, entre aqueles que necessitavam de se dedicar integralmente ao trabalho e aqueles que tinham a possibilidade de desfrutar do lazer. Outra observação importante acerca dessa oposição é feita pelo autor ao abordar a relação entre a posse de riquezas e a possibilidade de lazer, que em grego era *scholè*, de onde surgiu a palavra escola. A *scholè* era, segundo o autor, a condição da virtude para os filósofos gregos, e somente os que tinham posses podiam desfrutar do tempo para se dedicar a atividades como o estudo.

Partindo dessa distinção, podemos pensar que, nos dias de hoje, perdura, na prática, uma divisão baseada no capital: entre aqueles que podem e os que não podem dispor de tempo para se dedicar a atividades de estudo e lazer. Embora os estudos ocupem hoje uma posição muito diferente daquelas atividades que apreendemos como lazer, a possibilidade de dedicação e acesso a eles é uma das distinções marcantes que Souza (2009) fará em relação ao capital cultural das diferentes classes sociais brasileiras, assunto que abordaremos mais adiante.

O fato é que, para os filósofos gregos, ainda, a possibilidade de usufruir da *scholè* era algo fundamental para que os cidadãos pudessem participar politicamente na sociedade. Mesmo que, em diversos momentos, grande número de pessoas fossem contadas como cidadãos, a atividade política era mais frequentemente aspirada por filhos das famílias da aristocracia, que não precisavam executar diretamente trabalhos manuais em troca de seu sustento.

Migeotte (2005) aponta, entretanto, que a aristocracia, muitas vezes, tomava parte nas tarefas manuais possuindo oficinas ou embarcações de comércio para garantir sua renda juntamente com a posse de rebanhos e terras. Geralmente, a administração e a exploração das atividades menos nobres, como artesanato e comércio, era feita por intermediários que salvaguardavam a reputação dos mais ricos. Desse modo:

para além das convicções moralistas e das clivagens sociais, a opinião dos gregos sobre as profissões dependia de inúmeros fatores, dentre os quais a riqueza desempenhava um papel importante. Afinal de contas, o trabalho manual não era menosprezado em si, mas na medida em que se impunha como uma necessidade. A situação mais degradante, que os filósofos apresentavam como uma perda de liberdade e uma forma de servidão, era o estado de dependência a que podia levar a pobreza: aquela do pequeno artesão-lojista sempre à mercê do cliente e, principalmente, aquela do *thète*, figura clássica do homem sem recursos que devia alugar seu trabalho a terceiros. (MIGEOTTE, 2005. p. 33)

A necessidade de trabalhar, então, para os filósofos gregos, era o maior “problema” em relação ao trabalho. Como quem necessitava mais urgentemente de se sustentar por meio das atividades eram os mais pobres, percebemos o traço elitista do pensamento dos filósofos através da enorme importância dada à riqueza e àquilo que ela podia proporcionar: o lazer.

Avançando um pouco mais no tempo, Jean-Marie Salamito (2005) analisa o pensamento sobre trabalho presente na obra de Santo Agostinho. Apesar de ainda ser considerado um homem da antiguidade que, além disso, escreveu em uma língua, o latim, que não possuía termo equivalente ao que chamamos hoje de trabalho, o pensamento agostiniano é importante pelo seu papel na construção do cristianismo ocidental e pelas muitas reflexões e visões presentes em sua obra acerca da condição humana do labor e de atividades lucrativas exercidas pelas pessoas da Roma depois de Cristo.

O que Salamito (2005) recupera de mais significativo sobre o tema na obra de Agostinho é o elogio do santo aos avanços técnicos da humanidade, suas reflexões sobre a atividade da agricultura e sua vinculação com o divino, e ainda a ideia de responsabilidade individual pela conduta do profissional. Diferentemente de autores da Idade Média, Agostinho entende que a maldição do pecado original, que condicionaria o humano a atividade laboriosa, não é exclusiva de camponeses e artesãos. Ele, inclusive, considera a atividade de pregar e seguir o caminho da fé como labor, fazendo com que trabalho adquira um caráter de “palavra divina que auxilia os crentes a suportar sua condição de homens ‘com um espírito apaziguado’” (SALAMITO, 2005. p. 41) e igualando o trabalho braçal ao intelectual.

Nesse sentido, a técnica seria resultado dos dons concedidos por Deus às pessoas na criação e que proporcionariam um alívio para a miséria decorrente do pecado original. Então, para Agostinho, se o trabalho fosse feito com amor (a Deus e pela própria atividade), independente de qual tipo de atividade fosse, com o corpo ou a mente, ele não se tornaria um fardo para o indivíduo.

Embora seu pensamento ecoe algo, de acordo com Salamito (2005), típico da época, a ideia da vocação humana para a agricultura como algo vindo de Deus, Agostinho se diferencia

e ousa em relação aos demais por considerar que mesmo o agricultor, que tinha a mais “inocente” das profissões, poderia se afastar de Deus ao trabalhar com propósitos não honrosos. Isso vai contra o que as elites da época perpetuavam, considerando as profissões em si honrosas ou não, idealizando a agricultura e condenando o comércio e o artesanato.

Assim, apesar de, em diversas passagens, Santo Agostinho se utilizar de exemplos que davam a entender que comerciantes estariam ligados à ganância e à mentira, Salamito (2005) entende que esses recursos serviam para que ele conseguisse se aproximar de sua audiência. Seu pensamento estaria realmente presente nas passagens em que comenta que, independentemente da atividade, os defeitos e pecados das pessoas poderiam fazer com que exercessem suas profissões de maneira desonrosa, inclusive professores de letras e retórica. Desse modo, vemos que o pensamento de Agostinho, diferentemente dos gregos que exaltam a política, o lazer e a educação, confere à agricultura maior destaque enquanto atividade próxima ao divino e que, embora a sociedade demonstre depreciar o comércio e o artesanato, o santo a critica chamando atenção para a responsabilidade do sujeito pela sua conduta enquanto profissional.

Mais à frente, veremos como essa ideia da responsabilidade adquiriu outros sentidos no tempo, sendo presente ainda hoje, mas funcionando enquanto mecanismo para mascarar a hierarquia existente entre diferentes profissões e atividades no mundo capitalista. Antes de chegarmos a esse cenário, é fundamental que compreendamos mudanças decisivas na visão de trabalho ao longo da história, como é o caso da empenhada pelas Reformas Protestantes.

Jean-Paul Willaime (2005) analisa a relação entre esses acontecimentos e a configuração de uma nova concepção de trabalho a partir de Max Weber. Segundo ele, Weber se dedicou a entender os motivos pelos quais as pessoas se dedicavam com tanto afincamento a suas profissões, visto que não havia nada de natural nesse movimento. É desse modo que ele elabora “sua famosa tese sobre *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, que estabelece uma afinidade entre certas concepções protestantes e o espírito de empreendimento.” (WILLAIME, 2005. p. 63)

O objetivo do texto é mostrar quais aspectos do pensamento religioso levaram a uma valorização religiosa do trabalho que, juntamente com outros fatores políticos e econômicos, culminou num modo de vida em que o trabalho se tornou fundamental para realização pessoal do indivíduo. Segundo Willaime, a Reforma de Lutero atualizou a concepção do trabalho dentro da religião colocando-o no lugar de obrigação moral, em que a profissão seria o destino humano dado pelo divino. Dessa forma, o trabalho adquire o caráter de dever cristão no mundo e, portanto, o seu cumprimento é tanto bem visto quanto encorajado.

Embora tome parte no movimento de mudança na concepção religiosa do trabalho, Lutero não rompe com a hierarquia das profissões da época, mantendo, como em outros tempos, a divisão entre profissões mais e menos dignas, honrosas ou não. Apesar disso, é clara sua contribuição para a construção do “modelo burguês de vida moderna”, em que o trabalho deixa de ser necessidade e passa a ser um objetivo pessoal do indivíduo.

O pensamento que vai promover, segundo Willaime, alterações ainda mais drásticas na acepção do trabalho é o calvinista, cujo fundador era ainda mais atento à vida econômica e social, buscando na Bíblia princípios éticos que auxiliassem na organização social. Desse modo, no pensamento calvinista, não só todos os aspectos da vida vão ter a ver com a religião, como toda conduta terá como orientação o louvor a Deus.

Assim, o cristão deve sempre agir para demonstrar a obra divina em seu ser, sua regeneração, por meio do exemplo, e manifestar a glória de Deus por meio de suas obras – e é nesse ponto que a questão do trabalho emerge. Para Calvino, Deus está sempre trabalhando ao cuidar de sua criação, o trabalhador se aproxima do divino ao se dedicar com afínco a sua atividade.

Segundo Willaime (2005), mesmo os momentos de folga são feitos, na perspectiva calvinista, para que Deus trabalhe nas pessoas para que elas continuem a servir a Ele, fazendo aquilo que é mais importante: depositando sua confiança na ação divina. Apesar da confiança em Deus ser o principal, as pessoas não foram feitas, de acordo com Calvino, para ficarem ociosas: “Se o trabalho se tornou penoso pelo pecado de Adão, Cristo é o libertador do sofrimento do trabalho; conseqüentemente, o trabalho sempre comporta uma alegria, sinal da graça”. (WILLAIME, 2005. p. 71)

Assim, nessa perspectiva, quem trabalha e confia em Deus deve estar certo de que colherá os frutos de sua ação em abundância, principalmente, se entregar-se completamente a Ele. A pobreza aparece em Calvino como conseqüência da maldade humana, como rejeição a Deus, e não existe uma condenação do enriquecimento. O problema da riqueza reside na forma como ela é utilizada, fazendo com que as pessoas se desviem do caminho divino, esquecendo-se do próximo.

Por serem todas as habilidades dadas por Deus, na perspectiva de Calvino, não existiriam, então, atividades mais ou menos dignas, pois as pessoas foram feitas para agir e a elas é dada uma carga de atividades para que não fiquem ociosas e contribuam, de algum modo, para o bem comum. Assim, seu pensamento também rompe com as hierarquias entre as profissões, mas isso não significa que ele não condene algumas delas.

De acordo com Willaime, as atividades que não tinham como objetivo algum aspecto do bem comum eram tidas como inúteis por Calvino:

De resto, deve-se observar que há diversas espécies de trabalhador. Pois aquele que ajuda e traz proveito por meio de sua habilidade à sociedade dos homens, seja governando sua família, seja administrando seus negócios públicos ou privados, seja aconselhando, seja ensinando os outros, ou por algum outro meio, este não deve ser contado entre as pessoas ociosas. (CALVIN, 1991. apud WILLAIME, 2005. p. 73)

Embora a aceitação dos diferentes tipos de atividades esteja marcada em seu pensamento, o texto mostra Calvino como crítico da exploração e do abuso de poder dos ricos. Por mais que pregue que trabalhadores tementes a Deus colhem os frutos de seu esforço, aqueles que ganham por meio do suor alheio ou ainda contribuem para manter a população ociosa ao negarem emprego, mesmo podendo pagar, são mal vistos na perspectiva calvinista. A relação entre ricos e pobres seria explicada por ele, desse modo, como o pobre sendo um meio pelo qual o rico poderia provar sua fé e caridade ao dar-lhe trabalho e paga-lo em dia, sendo cada um dono de seus bens e livre para dispor deles contanto que siga o caminho de Deus.

O que o autor busca demonstrar com tudo isso, então, é como ao vincular o trabalho do ser humano à execução da obra de Deus, a perspectiva calvinista abre as portas para uma valorização e dignificação do trabalho humano nunca antes percebidas e que seriam fundamentais ao desenvolvimento, posteriormente, do mundo industrial. Willaime (2005) busca demonstrar isso por meio do surgimento do puritanismo, em que, segundo ele, a conduta social dos indivíduos se sobressai à sua crença religiosa, de modo que esses são melhor identificados pelo modo como se comportam em sociedade do que por qualquer forma outra forma de culto ou hábito religioso.

Sem entrar em detalhes sobre o puritanismo, o fato apresentado pelo autor e pelas perspectivas que ele recupera é que o modelo de conduta a ser seguido pelos puritanos era de uma dignidade plena do trabalho e da condenação da riqueza sem esforços e da pobreza consequente do ócio. Esse modelo encontra respaldo principalmente entre a pequena burguesia, artesãos e fazendeiros, extremamente dedicados a suas profissões:

É incontestável que uma certa religião do trabalho é atestada na sensibilidade puritana, uma religião do trabalho no sentido em que nela o trabalho é concebido como o exercício regular e disciplinado de uma atividade, exercício ligado, de um lado, a uma ascese intramundana e, de outro, a uma valorização da eficácia (e, portanto, do próprio desenvolvimento da atividade e de seus frutos). (WILLAIME, 2005. p. 82)

Então, ao reconhecer e elevar um modo comum de algumas classes de agir em relação ao trabalho, o puritanismo fornece não só embasamento religioso à conduta delas em suas profissões, como recomenda que esse modelo seja adotado pelas pessoas que desejam seguir os caminhos de Deus. E o que Weber faz, segundo Willaime, é apontar que, embora as crenças religiosas dos puritanos possam não estar mais presentes na justificação da adoção de determinada conduta, a norma que recomenda a dedicação máxima ao trabalho se tornou comum a todas as pessoas na modernidade.

Embora, segundo Weber e Willaime, a motivação religiosa tenha sido substituída, e o valor do trabalho tenha se secularizado, o que faz com que ele ainda seja relevante e considerado um grande meio para realização pessoal é a permanência forte da ideia de trabalho como dever do ser humano: “tratava-se e ainda trata-se não mais de ter êxito na existência do além, mas de ter êxito na existência terrena”. (WILLAIME, 2005. p. 83) Êxito esse que está ligado a uma ideia de busca por uma salvação na terra, o que inclui, entre outros, o sucesso econômico.

O que podemos perceber por meio dessa breve visita aos modos de pensar o trabalho específicos de certas épocas e pensadores é que é possível, ainda hoje, identificar heranças dessas concepções. Ainda percebemos as possibilidades de lazer e educação como formas de distinguir as elites sociais, como na Grécia, ou seja, uma hierarquização das profissões. Notamos também a questão da valorização da técnica como forma de aliviar as dificuldades do trabalho, semelhantemente a Agostinho; sem contar que, como desdobramento do pensamento constituído pelas reformas, a dedicação ao trabalho, atualmente, é algo passível de ser apreciado mesmo entre as atividades mais menosprezadas pela sociedade.

Ainda assim, independentemente do quanto trabalhem os sujeitos engajados em qualquer atividade, existe uma grande diferença no modo como os diferentes tipos de trabalho são valorizados, proporcionando dinheiro e prestígio social aos trabalhadores. A seguir nos questionaremos acerca desse assunto e buscaremos fontes que ajudem na compreensão de em que se baseia essa diferença.

## **1.2 Investigação e questionamentos sobre o valor do trabalho**

Em sua obra *A condição humana* (2007[1958]), Hannah Arendt discute as condições sob as quais o ser humano vive na Terra. Ao conjunto delas, a autora dá o nome de *Vida Activa*, que é composta de labor, trabalho e ação, as três atividades fundamentais dos seres humanos. Cada uma delas diz respeito a um modo pelo qual estamos condicionados, sendo a existência humana em si uma existência que obedece a determinadas condições. A distinção que é feita

por ela entre essas atividades e as questões que surgem em consequência dessa diferenciação são possíveis razões levantadas por Soratto (2006) para a desvalorização do emprego doméstico e, por isso, apresentaremos aqui.

Como primeira condição humana, Arendt coloca o *labor* como a atividade necessária para a manutenção da própria vida, satisfazendo às demandas dos processos biológicos do corpo, ao mesmo tempo em que as cria. O labor é constante, pois a todo o tempo o corpo se mantém ativo para continuar vivo. Para se manter ativo, o suprimento de suas necessidades básicas é fundamental, necessidades essas que são satisfeitas por meio de atividades de labor, o que resulta no ciclo laboral repetitivo durante toda a vida de um indivíduo.

Já o *trabalho* é a atividade ligada à produção do mundo artificial, à transformação da natureza para criação dos objetos mundanos. O que condiciona o ser humano a essa atividade é a mundanidade. Seus resultados, embora estejam relacionados ao indivíduo, se destinam para além dele e de seu próprio período de vida.

A *ação* é a atividade condicionada pela pluralidade, pelo fato de os seres humanos habitarem o mundo coletivamente. Sua realização não tem relação com a materialidade do corpo ou dos objetos, mas com o fato de o indivíduo estar e viver entre outros, daí o caráter político e social dessa atividade.

Soratto (2006) aponta que uma das razões pelas quais o emprego doméstico pode ser tão desvalorizado é o caráter laboral que possui. Apesar de ser dedicada à sobrevivência de outros corpos, a atividade realizada no ambiente doméstico lida mais de perto com a manutenção da vida humana em seu aspecto biológico. Alimentação, limpeza, cuidado, todas ações de conservação da vida e dos corpos dos indivíduos.

Esse ponto levanta um questionamento importante em relação ao emprego doméstico e os demais tipos de trabalho na sociedade capitalista. Se tomarmos a distinção de Arendt e o que foi apontado por Soratto em relação à associação desse tipo de emprego com a atividade laboral, esse quadro nos oferece uma visão de que a responsabilidade de satisfazer parte das necessidades básicas da vida é transferida para outras pessoas mediante pagamento. Em grande parte, é isso que permite que as pessoas se dediquem à realização das outras atividades fundamentais à condição humana.

Nesse sentido, as pessoas que se ocupam do labor ficam encarregadas não apenas da manutenção da própria vida, como da manutenção da vida de outras pessoas. Entretanto, isso acontece sem que seja problematizado o fato de que, ao mesmo tempo em que o labor supre necessidades, ele as cria. Desse modo, seu produto é consumido com uma fugacidade que não permite a essas pessoas a apreciação da produção de algo ou da transformação de um aspecto

do mundo de forma mais duradoura, sendo o pagamento a única “prova” resultante da sua atividade. No caso das domésticas, por exemplo, isso se manifesta através da limpeza da casa, que tem de ser repetida diariamente na rotina de trabalho; no alimento, que também deve ser preparado todo dia (além de a saciedade proporcionada por seu consumo não ser experienciada por elas na mesma proporção em que seus corpos se fatigaram para produzir).

Em relação à perspectiva de Arendt, Jean-Phillipe Deranty (2009) problematiza o que ele chama de um *rebaixamento filosófico do conceito de trabalho* que vem desde a obra da autora. Segundo ele, a divisão e a caracterização propostas por ela em relação às atividades fundamentais da condição humana dão a entender que o trabalho é uma atividade indiferente às questões de liberdade política e individual. Essa crítica está baseada numa perspectiva que pode ser apreendida do pensamento do autor de que o trabalho é, hoje, uma das principais maneiras pelas quais os sujeitos constroem uma autorrelação positiva consigo mesmos e conquistam prestígio social.

Desse modo, ele busca as ferramentas para compreender aspectos centrais que concernem ao trabalho na psicodinâmica de Dejours e Clot. Segundo Deranty (2009), esses estudos, que inicialmente tinham como preocupação central os impactos causados pelas práticas contemporâneas de trabalho a partir de uma abordagem voltada para pensar as psicopatologias, apresentam potencial teórico crítico muito grande para refletir sobre várias questões relacionadas ao trabalho.

A perspectiva parte da compreensão do trabalho como um fenômeno complexo, que coloca em relação três polos distintos: subjetividade, técnica e sociedade. Cada um deles possui um tipo diferente de “interferência”, sendo fundamental para compreender os aspectos normativos e a própria constituição da atividade. A subjetividade entra porque o trabalho é realizado por sujeitos que, embora sigam regras e prescrições técnicas e sociais, imprimem na sua ação algo de particular, que é resultado da forma como compreendem e interpretam o mundo e as tarefas a serem feitas.

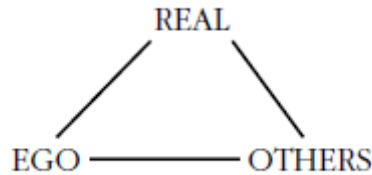
A técnica conta porque é justamente o conjunto de prescrições que permitem que a tarefa seja posta em prática e aquilo que viabiliza que o resultado do trabalho seja reconhecido por meio de uma padronização de passos a serem seguidos e, conseqüentemente, do produto daquela atividade. A sociedade é de onde sujeito e prescrições partem e para onde o produto do trabalho é voltado, portanto, essencial no reconhecimento do que é produzido por ele.

A compreensão desses três aspectos dentro dessa perspectiva proporciona uma definição triangular de trabalho, em que cada um dos três pontos apresenta igual importância normativa



e constitutiva da atividade. O diagrama usado pelo autor para compreender o trabalho como um fenômeno complexo é o seguinte:

**Figura 1** - Diagrama para compreender trabalho como fenômeno complexo



Fonte: DERANTY, 2009. p. 72

Nele, cada eixo representa a relação entre cada um dos três pontos que dizem respeito ao sujeito, à técnica e ao social. O eixo *ego-real* diz do sujeito em ação que encara os desafios da tarefa prescrita. A grande questão presente nesse eixo é que, entre aquilo que é prescrito e a própria ação do sujeito não é possível existir uma correspondência exata pelo fato de entre esses dois fatores não existir uma perfeita transparência. Por mais instrumentalizada e técnica que seja a tarefa, ela requer a ação de um sujeito para executá-la e isso, em si, é um fator modificador da prescrição inicial. Os modos de interpretar, executar e lidar com os possíveis desafios que aparecerem no percurso variam de sujeito para sujeito e, nesse sentido, é possível compreender que não existe tarefa puramente técnica.

Já o eixo *real-others* diz respeito à eficiência da ação do sujeito. Em relação a ela, Deranty (2009) afirma que, apesar de ser uma medida instrumental, é também um julgamento social. Mesmo em trabalhos em que a medição de resultados possa ser feita usando critérios que, aparentemente, são extremamente objetivos, a medida da eficiência do trabalhador é feita com base nas expectativas que o empregador possui. Essas expectativas estão relacionadas a todo um contexto que é mercadológico, mas que também é social, na medida em que essas instituições não estão descoladas.

Finalmente, o eixo *ego-others* aponta para a intersubjetividade e o significado da técnica para a sociedade. Isso porque, de acordo com o autor, a técnica, na medida em que é transmitida pelos sujeitos entre eles mesmos e através das gerações, também é uma prática social inserida na cultura. Se ela não fosse enxergada como produtiva ou não fizesse sentido, seria abandonada. Desse modo, o trabalhador é socialmente integrado não apenas por tomar parte na divisão do trabalho, mas por intervir com suas especificidades na técnica. Entretanto, sua intervenção só é

aceita na medida em que ele compartilha socialmente da compreensão cultural sobre aquela técnica, algo que um sujeito externo a ela não compreenderia.

Nesse sentido, o que essa concepção triangular de trabalho permite, em contraposição ao que Deranty aponta como falha na perspectiva de Arendt, é a conjugação e o nexo entre a atividade de transformação do mundo, a de sobrevivência e a ação política, além da própria experiência<sup>6</sup> subjetiva daquele que as realiza. Assim, ela se mostra complexa justamente por expor que nenhum dos polos possui primazia sobre o outro, de modo que cada um é mediado pelos dois outros sem que um aspecto apresente maior ou menor relevância (DERANTY, 2009. p. 71).

Se pensarmos em termos de atribuição de valor ao trabalho na nossa sociedade, essa noção revela a complexidade que surge dessa relação – entre sujeito, técnica e sociedade –, tendo em vista que não se trata apenas de classificar e hierarquizar diferentes técnicas numa escala de mais ou menos valiosas. Essa classificação é, ao mesmo tempo, constituída e constituidora dos modos de apreensão dos sujeitos que dominam determinadas técnicas, ao mesmo tempo em que dialogam com a formação da sociedade e dos próprios padrões de valorização.

Um dos modos pelos quais somos capazes de visualizar a articulação existente entre sociedade, técnica e sujeito está na análise comparada das profissões proposta por Freidson (1996). As *profissões* são definidas por ele como ocupações de formação universitária, que cresceram muito nos últimos anos e levaram indivíduos a conquistar melhores posições no mercado de trabalho, seja no serviço público ou privado. Médicos e engenheiros são exemplos clássicos de profissionais, nesse caso. Em contrapartida, pedreiros, faxineiros e outros empregos que geralmente não implicam formação universitária como requisito fazem parte das *ocupações*, que não são consideradas profissões.

Apesar de seu olhar estar voltado para a constituição de uma base teórica que permita desenvolver estudos comparativos relevantes sobre as diferentes profissões, Freidson (1996) oferece uma chave interessante para pensar o trabalho assalariado, fazendo a defesa de que a análise comparada das profissões deve ter como base o conceito de ocupação. Segundo o autor, esse conceito permite um vínculo entre a sociologia do trabalho e a sociologia do conhecimento e, em se tratando de profissões, são dois campos importantes a serem conjugados numa análise complexa das atividades desenvolvidas pelas pessoas no mercado de trabalho.

---

<sup>6</sup> O conceito de experiência é importante para o trabalho e será melhor discutido no capítulo seguinte.

No que concerne ao interesse desta pesquisa, a perspectiva proposta por Freidson (1996) evidencia um recorte importante dentro do universo do trabalho assalariado que é o profissional. A categoria de ocupação ajuda a revelar uma face da hierarquia que se coloca quando o assunto é o domínio e a obtenção da técnica e a produção de conhecimento entre os assalariados. Como profissões, na perspectiva dele, são só aquelas ocupações com formação universitária, que, na nossa sociedade, permitem a posse de cargos melhores, mais bem pagos e, assim, mais valorizados, o recorte profissional divide assalariados não apenas em termos econômicos, mas também em termos de prestígio social. Além disso, revela o papel que o acesso ao conhecimento formal tem na constituição dos padrões de apreciação das ocupações e dos indivíduos.

### **1.3 Espírito do capitalismo, transformações e contexto brasileiro**

Anteriormente, apresentamos estudos que analisavam a importância que o pensamento sobre trabalho constituído nas Reformas Protestantes teve na construção do modo de vida moderno, em que o trabalho está, como também apontado por Deranty (2009), no centro das relações entre indivíduos com eles mesmos, com a sociedade e seus membros. Apesar de os pensamentos calvinista e puritano assegurarem que nenhuma ocupação é mais digna que outra, desde que se respeitem os preceitos religiosos, a secularização do valor do trabalho faz com que outras questões políticas, sociais e econômicas influenciem na sua configuração na sociedade. Aqui, podemos pensar na incorporação da celebração da técnica, que Salamito (2005) aponta em Agostinho, ao valor secularizado do trabalho. Embora, nas mais diferentes camadas da sociedade, seja possível notar a existência de um apelo para a dedicação ao trabalho como forma de “salvação na terra”, paradoxalmente, as atividades mais valorizadas são aquelas que visam a produzir ou manter aparatos que minimizem o esforço do trabalho humano.

Os contornos existentes atualmente que se referem à maior ou menor valorização de certos tipos de atividade são fruto de transformações vividas ao longo da história do sistema capitalista. Essas mudanças foram desenhando os modos de apreender o trabalho assalariado até chegarmos aos dias de hoje, nesse cenário em que o conhecimento técnico-científico possui relação íntima tanto com a conquista de melhores salários quanto de status social.

Recuperando o pensamento de Marx e Weber, Boltanski e Chiapello (2009) destacam a centralidade do modo assalariado de trabalho na definição do capitalismo. Nessa forma de organização do trabalho, o trabalhador é “livre” para a negociação das condições para o exercício da atividade com o empregador, negando ou aceitando a proposta. Entretanto, como apontado pelos próprios autores, é de conhecimento geral que, para aqueles que possuem a

venda da força de trabalho como única fonte de renda, não se pode falar em plena liberdade de negociação com o patrão, uma vez que não podem passar longos períodos sem um emprego. Assim, eles demonstram que, do mesmo modo que o capitalismo se desenvolveu e se desenvolve ao longo dos anos, o trabalho assalariado também cresce e se modifica, atendendo, muitas vezes, aos interesses do primeiro.

Esses autores partem do conceito de “espírito do capitalismo”, de Max Weber, na busca por compreender algumas mudanças chave ao longo dos anos que permitiram e vem permitindo o crescimento e a continuidade do sistema, cuja única regra é o acúmulo desenfreado de capital, através de uma moralização aparente. Weber (2007[1920]), em sua tentativa de explicar o que seria o “espírito do capitalismo”, escreve que esse seria um “complexo de conexões que se dão na realidade histórica e que nós encadeamos conceitualmente em um todo, do ponto de vista de sua significação cultural” (WEBER, 2007. p. 41) e o que ele busca é determinar ao longo de sua obra quais foram as conexões que naquele contexto deram o sentido para o termo.

Boltanski e Chiapello (2009) entendem o “espírito do capitalismo” como aquilo que motiva o engajamento de uma classe de pessoas que não se beneficiam do ethos orientado para o crédito e a multiplicação de riquezas, uma vez que possuem pouquíssimo ou nenhum capital, num sistema que, de acordo com eles, não tem compromisso algum com justiça ou moral. Esse espírito é o que é capaz de moralizar e justificar – fundamentalmente entre aqueles que vivem de vender sua força de trabalho – a permanência e a participação no capitalismo.

O que Weber aponta como a secularização do valor do trabalho é o que faz com que o ser humano se engaje de corpo e alma na atividade que exerce. Assim, o que antes era o dever cristão de trabalhar para glória de Deus e o êxito numa vida pós-terrena, se torna o dever de trabalhar para obter êxito na vida mundana, o que incluiria ascensão econômica. A ideia de que o trabalho renderia às pessoas a “salvação na Terra” por muito tempo foi o bastante para que as classes trabalhadoras seguissem envolvidas no sistema capitalista. A esperança de construção de uma sociedade melhor, de ascensão social e a possibilidade de desfrutar de um determinado conforto proporcionado pelo poder econômico e pelo prestígio: todas essas eram razões através das quais a participação dos trabalhadores no sistema capitalista era justificada.

Porém, Boltanski e Chiapello afirmam que esse espírito do capitalismo atravessa uma crise. Existe uma perplexidade crescente diante das riquezas acumuladas e dos modos de vida não só entre diferentes classes, mas também entre diferentes países do mundo, assim como uma descrença nas ferramentas utilizadas para justificar e moralizar o sistema, que já não conseguem explicar satisfatoriamente sua manutenção em termos de bem comum. Até a fase atual, o espírito do capitalismo passou por transformações alavancadas justamente pela crítica ao

sistema motivada pela insustentabilidade das justificações anteriores, mostrando o grande poder que possui de se adaptar promovendo ideologias que geram engajamento entre os que não são privilegiados pelo acúmulo do capital.

No Brasil, podemos entender que o “espírito do capitalismo”, em que o trabalho seria a forma como os indivíduos conquistariam êxito em suas vidas, exerce um papel importante na manutenção e reprodução das desigualdades sociais. A partir do que é colocado por Souza (2009), podemos refletir sobre como o dever do trabalho e a condenação do ócio contribuem para construção de uma ideologia do mérito que, entre outras coisas, faz com que os problemas sociais brasileiros sejam reduzidos a fatores econômicos:

A crença fundamental do economicismo é a percepção da sociedade como sendo composta por um conjunto de homo economicus, ou seja, agentes racionais que calculam suas chances relativas na luta social por recursos escassos, com as mesmas disposições de comportamento e as mesmas capacidades de disciplina, autocontrole e autorresponsabilidade. (SOUZA, 2009, p. 17)

A consequência dessa crença, de acordo com o autor, é o apagamento na percepção das pessoas das distinções sociais que tornam o acesso a oportunidades muito maior para as classes alta e média se comparadas à classe que ele nomeia de “*ralé*” estrutural. Nesse sentido, podemos pensar o economicismo e a meritocracia como parte do que poderíamos nomear de um “espírito do capitalismo brasileiro”: a convicção de que todos os indivíduos estariam aptos a concorrerem socialmente pelas mesmas oportunidades promove, principalmente no que concerne ao engajamento da classe média, a ideia de que os privilégios que possuem são fruto apenas de seu trabalho e esforço pessoal.

Entretanto, além dessa convicção ser responsável pela manutenção do sistema capitalista e da participação da classe média nele, ela também é responsável pela invisibilidade dos reais motivos do abismo existente entre as classes altas e médias e a “*ralé*” de Souza. Isso, somado ao fato apontado pelo autor de que existe difundido fortemente no Brasil um pensamento de que o grande responsável pela corrupção e, conseqüentemente, pela má distribuição de recursos econômicos é o Estado brasileiro, torna ainda mais difícil o entendimento e o reconhecimento da real situação a que estão expostos os membros das classes baixas no país.

De acordo com Souza (2009), a difusão das ideias de que os problemas sociais e políticos brasileiros são muito antigos e já conhecidos por todos – e podem ser resolvidos com avanço econômico do país e distribuição de renda – é responsável por, de certo modo, legitimar a desigualdade brasileira. A culpabilização do Estado pela corrupção da classe política somada

a crença de que o progresso do mercado é capaz de resolver os problemas do país servem ao interesse do próprio mercado e de uma elite capitalista. Essa age, por meio da reprodução e circulação desse pensamento inclusive e fortemente na mídia, para manter seu poder político e econômico garantindo a manutenção de seus benefícios junto às instituições públicas e do acesso à mão-de-obra barata e mal assistida.

Entretanto, em sintonia com a crise globalizada do espírito do capitalismo identificada por Boltanski e Chiapello (2009), podemos dizer que o “espírito do capitalismo brasileiro” também passa por uma crise em que vemos a força que o capital faz para manutenção da ordem no sistema. Por meio das inúmeras denúncias de corrupção envolvendo a classe política e grandes empresas privadas trazidas à tona nos últimos anos, assistimos à crença no estado corrupto crescer ainda mais, mas dessa vez aliada a corrupção das empresas. Desse modo, apesar de assistirmos a manobras para continuar responsabilizando somente o Estado e os políticos pelos crimes, esse cenário abre uma possibilidade de se iniciar uma compreensão das engrenagens do mercado e do capital girando em compasso com as da política e, portanto, dando a ver que a corrupção não é exclusiva e nem nasce no estado, mas faz parte do interesse do capital e do mercado.

A importância disso é a possibilidade de, junto com o questionamento da relação entre corrupção, Estado e mercado, enxergar e criticar as ideologias que estão na base da constituição do que nomeamos de “espírito do capitalismo brasileiro”. Dentre todas as críticas que podem surgir, a que mais nos interessa aqui é a crítica da ideologia meritocrática por meio do questionamento dos privilégios das classes altas. Se a corrupção do Estado e do mercado são a mesma e a classe política e a classe capitalista estão mais próximas uma da outra do que das demais, em que se funda o mérito dos privilegiados? Onde está o dever do trabalho, o esforço, dito como essencial para o êxito do indivíduo?

Ainda assim, a tradição e o arraigamento da crença no estado corrupto é muito forte e a ação do capital por meio das empresas que controlam a mídia brasileira representam uma grande força a favor da manutenção do discurso meritocrático. Como resultado, atualmente assistimos aos interesses do capital se imporem com toda força sobre os questionamentos e insatisfações da população, se aproveitando deles para criar um cenário em que as conquistas da sociedade brasileira no combate às desigualdades sejam vistas como grandes vilões nos últimos tempos.

Entretanto, acreditamos que os questionamentos não podem ser facilmente silenciados e enxergamos, inclusive, a página que é objeto de estudo desta pesquisa como parte desse contexto maior de crise do “espírito do capitalismo brasileiro”. É possível pensar que as insatisfações das domésticas ganham visibilidade nesse cenário em que o engajamento dos

assalariados no capitalismo passa a ser questionado. Voltaremos mais adiante a essa discussão, na caracterização do contexto de surgimento da página “Eu empregada doméstica”. Por agora, é importante salientarmos que esses componentes que apontamos como parte do “espírito do capitalismo brasileiro” são fundamentais para entender o valor do trabalho no Brasil.

Isso porque não basta dizer que o trabalho mais valorizado pelo capitalismo de hoje é o produtivo, que requer aprendizado técnico-científico – essa valorização sempre existiu no sistema capitalista. Embora essa regra se aplique em partes ao nosso contexto, uma vez que o país está inserido no sistema capitalista, existe uma série de especificidades da nossa sociedade, como as citadas, que vão influenciar na maneira de atribuir valor, monetário ou não, a determinadas atividades.

Souza (2009) articula a crença na meritocracia com a noção de *habitus* de classe da “ralé” para falar de como a sociedade brasileira se estrutura de modo a fazer com que o poder se perpetue entre as classes alta e média, deixando para as classes baixas pouquíssimas chances de ascensão. Segundo ele, essa população é destituída da disciplina necessária para o ingresso e a permanência nas instituições de ensino que possibilitam à classe média, por exemplo, oportunidades de ascensão econômica e social através da aquisição de capital cultural. A disciplina, entre as classes altas, é adquirida já na infância, onde crianças assistem pais e mães realizarem tarefas que exigem dedicação e concentração e são estimuladas a se empenharem no desenvolvimento de capacidades que serão, mais tarde, valorizadas pelo mercado de trabalho.

As classes que vivem da venda da força de trabalho braçal, não possuem, muitas vezes, o exemplo dos pais, a cultura de classe, para repassar a seus filhos. Isso seria fundamental para fomentar o desenvolvimento de aptidões necessárias para ingressar no mercado de trabalho nos estratos mais valorizados, que requerem formação técnico-científica. Quando os membros da “ralé” têm a ideia dos caminhos necessários para que isso aconteça, podem não dispor de tempo para instruir suas crianças e, assim, do mesmo modo que as classes altas reproduzem nos seus filhos o capital cultural necessário para manterem-se ou ascenderem socialmente, a “ralé” reproduziria nos seus a manutenção da condição de classe.

É necessário fazer uma ressalva em relação à perspectiva do autor que estabelece papéis muito rígidos à classe média e às classes mais baixas e acaba sendo elitista em sua análise. Apesar de sua elaboração sobre a meritocracia ser importante para nossa reflexão e suas sugestões sobre capital cultural nos auxiliarem a entender o cenário por um lado, o modo como ele apresenta as classes sociais não abre espaço para levar em conta a resistência das classes baixas e criticar os mecanismos sociais que as classes média e alta conscientemente usam para manter a exploração das classes mais baixas.

Ainda assim, a crença na meritocracia é um importante elemento do imaginário social das classes altas, usado para ‘tapar’ abismo em termos de oportunidade existente entre elas e a classes baixas. Só que o próprio mérito nesse caso já vem revestido do valor do trabalho na sociedade brasileira. As possibilidades de reconhecimento para os membros da “ralé” de Souza (2009) existem quando eles, apesar de tudo, conseguem se manter longe da delinquência. Porém, quando falamos em termos de trabalho, esse esforço não é reconhecido em moeda de troca no mundo capitalista.

Rocha e Torres (2009), ao contarem a história de Carlos no livro *A Ralé Brasileira*, fiel da Igreja Universal do Reino de Deus, “salvo” por ela do tráfico, demonstram, dentre diversas coisas, que o resgate daquele homem para o que seria socialmente visto como uma vida mais digna que a do tráfico, não foi capaz de oferecer a ele meios para ingressar no mercado de trabalho formal. Os autores mostram que sua história e de seu pai são marcadas diferentemente por essa inacessibilidade ao trabalho produtivo na sociedade. Ao migrar do campo para a cidade, o pai de Carlos, Márcio, não conseguiu encontrar um emprego que provesse a família e buscou no alcoolismo a forma de lidar com as frustrações por não conseguir ocupar o lugar social definido por seu gênero.

Passando por episódios em que se tornou violento com a família e provocou a raiva em seu filho, Márcio, com o tempo, se acomodou na situação e usava o pouco dinheiro que conseguia com bicos para sustentar sua rotina nos bares. A mãe de Carlos, Cida, entre as faxinas que fazia, acabou conseguindo emprego como enfermeira de hospital psiquiátrico em duas instituições, mesmo sem qualificação para isso.

O detalhamento que os autores dão da trajetória de Carlos vai mostrando como o tráfico foi se configurando um caminho atraente para que ele fosse capaz de sustentar uma rotina pautada em prazeres e ganhos imediatos, que o levou à prisão e ao adoecimento. Nessa situação, a figura da mãe, que permaneceu ao lado do filho em todas as dificuldades, acabou conduzindo-o para a Igreja, que oferecia uma explicação exterior para os males de Carlos. Convertido e sustentado pela mãe, ele passa a sonhar com a possibilidade de ascensão pelo próprio trabalho. Sem a qualificação necessária para ingressar no mercado formal como empregado, possui diversas ideias em relação a empreendimentos autônomos que não chegam a se configurar enquanto planos propriamente ditos. Seu pensamento sobre o futuro é atravessado pela fé, mas ele demonstra uma grande dificuldade de articular os acontecimentos ao longo de sua vida em uma explicação que vá além dos “encostos” temidos pela Igreja Universal.

A trajetória de Carlos é um exemplo de muitas que retratam a extrema dificuldade que Souza (2009) aponta como existente entre grande parte dos membros da “ralé” de se manterem



longe de atividades criminosas em um cenário em que elas podem representar a diferença entre possuir dinheiro ou não, o que significa poder ou não comer, poder ou não viver. Apesar disso, quando optam por não seguirem uma vida no crime, essas pessoas são absorvidas pelo mercado em ocupações pouquíssimo valorizadas por se tratarem, muitas vezes, de atividades aprendidas no cotidiano que tem o corpo, a força e a resistência física como os principais instrumentos de trabalho.

O emprego conquistado sem formação, por exemplo, por Cida, mãe de Carlos, de enfermeira num hospital psiquiátrico muito provavelmente só foi dado a ela porque o trabalho de cuidado de pessoas física e mentalmente vulneráveis não era visto como atividade que requeresse mais do que o aprendizado proporcionado pela socialização feminina, tema sobre o qual trataremos melhor posteriormente. Mas mesmo os bicos que Márcio, o pai de Carlos, fazia, descritos pelos autores como limpeza e capina de terrenos e manutenção simples de eletrodomésticos, podem ser entendidos também como atividades que não requerem aprendizado mais que a socialização de gênero e o cotidiano.

Os eventos da história de Carlos nos ajudam a ilustrar aspectos que caracterizam a relação das classes populares brasileiras com o trabalho. A falta de acesso, mencionada por Souza (2009), às condições que tornam possível a aquisição de capital cultural faz com que as classes populares vivam em uma situação de tensão entre marginalidade e o trabalho em condições precárias. Isso porque o pensamento da meritocracia que permeia as instituições brasileiras - a qual, nessa história, aparece atrelada à questão religiosa - leva à ilusão de que a dedicação, a entrega ao trabalho (ou a Deus) irão fazer com que essas pessoas mereçam reconhecimento social e, conseqüentemente, recompensas financeiras.

Entretanto, dadas as dificuldades ou impossibilidade de se adquirir conhecimento das técnicas necessárias para exercer profissões mais valorizadas, o único reconhecimento que essas pessoas conseguem conquistar é o de não se tornarem delinquentes. A necessidade do sustento para a sobrevivência imediata torna difícil o planejamento e a dedicação plena ao aprendizado de técnicas que não estejam presentes na socialização básica do indivíduo. Assim, as pessoas das classes populares acabam, como na família de Carlos, trabalhando em atividades braçais ou relacionadas ao corpo, conforme sua socialização de gênero.

Em relação ao trabalho das classes populares, a distinção feita por Hannah Arendt (2007[1958]) entre trabalho, labor e ação pode ajudar a entender, em partes, a diferença que é feita na atribuição de valor às atividades desempenhadas pela “ralé” e pelas demais classes. Isso porque, o trabalho realizado pelas classes baixas está, na maioria das vezes, relacionado com a atividade que ela chama de labor. Como já dissemos, o labor é caracterizado como uma

atividade de repetição, destinada à manutenção da vida e de toda a obra humana. Então, tudo aquilo que envolve limpeza, cuidado de pessoas ou objetos, por exemplo, pode ser entendido dentro dessa categoria, destinando-se à conservação de nossas vidas e do mundo que criamos.

Já o trabalho, para a autora, seria a atividade de transformação de algo que é da natureza em objetos de nossa criação. É uma atividade que envolve várias etapas e é planejada desde sua execução até sua finalização. Podemos perceber que, diferentemente do labor, essa é uma atividade de criação, de intervenção no mundo com objetivo de modificação.

A partir dessa distinção, é possível notar a existência de uma hierarquia entre labor e trabalho quando falamos de atividades remuneradas no sistema capitalista. O trabalho assalariado no capitalismo não diz respeito apenas ao trabalho como definido por Arendt. As atividades de labor também se tornaram atividades remuneradas que chamamos aqui de trabalho assalariado. De acordo com a autora, todos os seres vivos exercem atividade de labor para manutenção de suas vidas, mas a diferença entre eles e os humanos é que os últimos dispõem da técnica para amenizar o esforço feito na sua execução.

Quando pensamos em grande parte das tecnologias criadas pela humanidade, podemos dizer que, pelo menos em alguma medida, elas tiveram o objetivo de diminuir a necessidade de laborar para manter-se vivo. Entretanto, criaram novas necessidades em termos de manutenção, mudando o caráter do labor, destinando-o à preservação da obra humana. O que vemos em termos de trabalho assalariado é que a atividade de criação do mundo humano e seus objetos é muito mais valorizada que as atividades de manutenção dele e da própria vida.

Não bastasse essa distinção atuando na produção das hierarquias que definem o valor do trabalho, a exemplo do que foi mostrado nas diferenças entre as atividades executadas pela mãe e pelo pai da história contada por Rocha e Torres (2009), o fator do gênero também opera nessa produção. E através de simples dados como as estatísticas que revelam que a maior parte da população pobre e em empregos precarizados é negra, o fator raça também atua na configuração dos padrões de valorização do trabalho no Brasil. É essa articulação entre trabalho, gênero e raça, voltada para pensar o trabalho doméstico, que será discutida na próxima seção, a partir da reflexão sobre a divisão sexual do trabalho em nossa sociedade.

#### **1.4 Divisão sexual do trabalho e o fator racial**

Falar de divisão sexual do trabalho é falar da existência, na sociedade, de práticas que fazem com que diferentes atividades sejam atribuídas a mulheres ou homens. Em outras palavras, podemos dizer que existe uma expectativa socialmente compartilhada de que

mulheres executem ou se responsabilizem por determinadas tarefas enquanto homens realizam outras. Reconhecer e discutir a existência dessa divisão é importante para esta pesquisa, na medida em que o serviço doméstico remunerado é atravessado por questões que surgem justamente dessa separação.

De acordo com Flávia Biroli (2017), os estudos que relacionam gênero e trabalho entendem que a divisão sexual dessa atividade é um elemento que não só está presente, mas que fundamenta e organiza relações sociais. Embora, de acordo com ela, as mulheres tenham aumentado sua presença entre a população brasileira economicamente ativa e conquistado maiores níveis de escolarização e espaço no mercado de trabalho entre os anos 1970 e 2000, a disparidade salarial, por exemplo, ainda persiste entre elas e os homens que ocupam os mesmos cargos. Apesar de a porcentagem ter diminuído, ao longo dos anos, as mulheres ainda recebem aproximadamente 25% menos que homens em posição semelhante no mercado.

Se pensarmos que, do ponto de vista técnico e econômico, essas pessoas possuem a mesma capacidade e o mercado necessita de ambas, esse fato evidencia que não só a atividade em si conta para o estabelecimento do valor – nesse caso monetário – mas que o gênero é um fator determinante na quantia a ser paga pela realização de um conjunto de tarefas. A partir disso, é visível que a questão da valorização do trabalho não diz respeito apenas à ação de mecanismos do sistema capitalista baseados em elementos como oferta e procura ou carência de mão-de-obra.

Em relação a isso, Biroli (2017) levanta perspectivas feministas que demonstram que a divisão sexual do trabalho não é constituída a partir de uma necessidade histórica do capitalismo. O que ela mostra é que o patriarcado – instituição social caracterizada pela dominação masculina – age, enquanto sistema político, em conjunto com o sistema capitalista, de modo que as duas instituições se sobrepõem quando o assunto é a opressão que sofrem as mulheres em relação ao trabalho. O fato de serem responsabilizadas por uma série de tarefas, que se configuram enquanto trabalho não remunerado, estrutura a exploração do trabalho feminino dentro do sistema cuja base está nas relações de trabalho assalariado:

A distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é, assim, um ponto central. O trabalho que as mulheres fornecem sem remuneração, como aquele que está implicado na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, deixa os homens livres para se engajar no trabalho remunerado. (BIROLI, 2017. p. 28)

O engajamento no trabalho remunerado é também um modo de participação na vida pública e de constituição dos sujeitos em sociedade, se pensarmos segundo a perspectiva apresentada por Deranty (2009). Tendo em vista que a atividade conjuga subjetividade, técnica

e sociedade – como discutido anteriormente –, essas esferas não apenas atuam na constituição do trabalho, como ele também tem o potencial de atuar na definição e configuração desses três elementos. Ter menos espaço e tempo para se engajar no trabalho remunerado, então, também limita a participação das mulheres enquanto sujeitos na própria constituição e configuração das atividades de intervenção e modificação do mundo.

Em relação a isso, Biroli (2017) afirma que a divisão sexual do trabalho repercute fortemente nas democracias contemporâneas, definindo contornos para a possibilidade de participação política para diferentes membros da sociedade. A participação não diz respeito apenas à ocupação e à concorrência a cargos públicos, mas ao próprio engajamento, de maneira mais ampla, na ação política.

hooks (2019) aponta o importante papel que a entrada das mulheres no mercado de trabalho teve nos Estados Unidos. Embora o motivo que as tenha levado ao mercado tenha sido a organização capitalista e o modo de vida consumista dos estadunidenses, segundo ela, o engajamento das mulheres nas atividades produtivas foi de grande importância para a melhoria de sua autoestima e sua participação comunitária. “Não importa de que classe fosse, a mulher que trabalhava como dona de casa ficava frequentemente isolada, sozinha e deprimida” (HOOKS, 2019. p. 84).

Isso só reforça que o trabalho nesse contexto é uma dimensão fundamental da relação das mulheres com elas mesmas e com a sociedade. Fazer parte do mercado de trabalho, querendo ou não, aumenta a autopercepção enquanto parte do todo social e essa consciência pode fazer com que as mulheres estabeleçam as associações necessárias para que compreendam a desigualdade da posição que ocupam em relação aos homens.

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho, atuando na atribuição desigual das atividades domésticas, é responsável pela própria manutenção e pela reprodução dos padrões que fazem com que as mulheres continuem sendo minoria quando falamos de participação política. Isso dificulta não só a luta por salários e condições mais igualitárias para elas no mundo do trabalho, mas também nas outras esferas da vida pública, em que homens continuam falando e legislando sobre corpos e destinos das vidas das mulheres:

A posição das mulheres nas relações de trabalho está no cerne das formas de exploração que caracterizam a dominação de gênero (ou o patriarcado). Trata-se de um conjunto variado de abordagens, atravessado pelo problema da correlação entre a divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas. (BIROLI, 2017. p. 27)

Uma das expressões mais simples disso está no fato apontado pela autora de que a jornada de trabalho “normal” é baseada em uma rotina que não conta o tempo de trabalho gasto na manutenção do próprio indivíduo, ou seja, no tempo que ele dedica ao serviço doméstico, às atividades de caráter laboral. Nesse sentido, segundo a pesquisadora, o casamento representa uma instituição que fomenta a exploração do trabalho da mulher a nível individual, já que, dentro dele, ela fica responsável pelo cuidado da casa e dos/as filhos/as. Situação essa que só é possível pela atribuição coletiva dessas responsabilidades somente às mulheres.

Para Biroli (2017), o acesso ao tempo livre e à renda são dois pontos fundamentais capazes de garantir acesso à participação política. A divisão sexual do trabalho, como ela demonstra, acaba por discriminar, a partir do gênero, as possibilidades de participação. hooks (2019) também salienta a importância que a autossuficiência econômica tem na luta das mulheres por liberdade. Entretanto, para ela “Mais dinheiro não significa mais liberdade, se as finanças não estiverem voltadas ao bem-estar. Repensar o significado do trabalho é uma tarefa importante para futuros movimentos feministas”. (HOOKS, 2019. p. 88)

Por isso, hooks (2019) afirma que a busca pela independência financeira das mulheres deve levar a novos arranjos de trabalho que rompam com as estruturas classistas e racistas que permitem a mulheres brancas privilegiadas conquistar ainda mais poder por meio de discursos feministas que não levam em conta classe e raça. O não pensamento nesses fatores como atuando junto ao gênero nas opressões sofridas pelas mulheres leva a um afastamento de trabalhadoras, negras e pobres do feminismo, podendo fazer com que esse tome rumos como os apontados por hooks nos EUA: o de aumento e de reafirmação do poder capitalista branco.

No Brasil, as mudanças que vem despontando nos últimos anos no mercado de trabalho, embora seja vista com bons olhos por alguns, não deixam de manter em seu cerne a estrutura de exploração do trabalho da mulher.

A flexibilização das jornadas, assim como a possibilidade de trabalhar em casa, são demandas que partem, sobretudo, de mulheres de classe média, por permitirem que elas possam se dedicar ao cuidado da casa e dos filhos ao mesmo tempo em que possuem uma fonte de renda própria. O que, por muitos, é visto como uma mudança positiva, se não problematizada, acaba por se tornar apenas mais uma forma de manter tanto a estrutura de exploração do trabalho feminino no ambiente doméstico quanto a ausência de responsabilização masculina por ele:

Os interesses capitalistas e as formas correntes de exploração do trabalho incidem sobre a vida doméstica, a conjugalidade, a divisão cotidiana das tarefas, a possibilidade da mesma fruição do tempo por mulheres e homens. A alocação das responsabilidades na vida cotidiana, por sua vez, pode coibir ou facilitar a atuação em outras esferas da vida, entre elas a do trabalho e a da política institucional. (BIROLI, 2017. p. 34)

A questão da flexibilização de jornadas e a transformação da casa em um espaço em que também se realiza uma atividade remunerada são demandas que são tidas como novas no universo do trabalho, mas se pensarmos em ocupações como as de manicures, cabeleireiras, doceiras e diaristas, é possível dizer que esses aspectos – horário flexível, possibilidade de trabalhar em casa – sempre foram realidade e parte fundamental do dia-a-dia de quem que se ocupa dessas atividades, embora nunca tenham sido interpretados enquanto grandes conquistas trabalhistas. Pelo contrário, a necessidade de realizar uma atividade remunerada que fosse possível de ser “encaixada” tanto na própria rotina de serviços domésticos quanto nas de outras mulheres revela que, embora essas atividades proporcionem a principal fonte de renda e independência financeira de muitas mulheres, suas condições de existência e realização são fruto de uma estrutura de exploração não só do trabalho feminino, mas também de uma exploração entre classes.

Fato semelhante é apontado por hooks (2019) em relação ao feminismo reformista nos EUA. Lá, segundo ela, mulheres das classes altas com formação superior que não tinham espaço no mercado lutaram para conquistar os mesmos direitos que os homens de suas classes: de trabalhar fora com salários iguais para os mesmos cargos. Segundo a autora, isso aconteceu porque os postos de trabalho disponíveis para essas mulheres eram os mesmos que mulheres de classes baixas e trabalhadoras vinham a ocupar.

No fim, as reivindicações das mulheres brancas de classes altas resultaram na conquista de direitos somente dessa classe, enquanto as mulheres trabalhadoras e não brancas permaneceram em seus postos de trabalho subvalorizados, na base da pirâmide econômica da sociedade. Elas passaram a ser exploradas não só pelos homens brancos, mas também pelas mulheres brancas que reivindicavam o direito de trabalhar.

Em consonância com Biroli, podemos dizer que mesmo que mudanças tenham acontecido e ainda ocorram no Brasil e no mundo, as mulheres continuam a sofrer em decorrência da divisão sexual do trabalho. Porém, esse sofrimento possui diferentes recortes em que as mulheres mais pobres ainda são mais desfavorecidas:

Os arranjos familiares e os padrões da divisão sexual do trabalho modificaram-se, mas continuam a implicar, nas suas formas correntes, maior vulnerabilidade relativa para as mulheres, em especial as mais pobres. O diagnóstico dessa vulnerabilidade relativa não implica, como se verá a seguir, a pressuposição de que todas as mulheres são igualmente impactadas por esses arranjos e padrões. A exploração do trabalho e a expropriação do tempo e da energia das mulheres não têm apenas homens na outra ponta das relações cotidianas que as efetivam. (BIROLI, 2017. p. 34-35)

Como a pobreza no Brasil não é desvinculada da questão racial, mais à frente refletiremos melhor sobre a questão da mulher negra brasileira como estando na base desse sistema de exploração do trabalho feminino. Antes disso, gostaríamos de mostrar que os padrões da divisão sexual do trabalho tanto permanecem implicando essa vulnerabilidade às mulheres que podemos pensar no processo descrito por Yannoulas (2013) como feminização das profissões e ocupações como mais um modo pelo qual o patriarcado pode ser visto como atuante na configuração do valor do trabalho. Essa autora apresenta o modo como as profissões passam por uma desvalorização e por mudanças sociais relacionadas à incorporação de mulheres na força de trabalho ou até mesmo à predominância delas no desempenho de determinadas atividades remuneradas.

O processo de feminização, como descrito por ela, não se refere apenas a um aumento quantitativo na mão-de-obra feminina (feminilização) em determinadas ocupações e profissões, mas também de transformações práticas e simbólicas relacionadas a elas que refletem em todo o significado que aquela ocupação ou profissão possui em determinada cultura ou época (YANNOULAS, 2013. p. 37-38). Embora, como ela mesma aponta, o significado do termo feminização não seja uniforme e apareça com diferentes sentidos em diversos estudos, existe uma predominância daqueles que empregam o termo chamando a atenção para os aspectos da desvalorização e da perda de prestígio social das atividades que passam por esse processo:

As especialistas constataram que existe uma intensa relação entre o acesso massivo de mulheres em uma determinada profissão ou ocupação (feminilização, contabilidade de pessoas de sexo feminino ou fêmeas) e a progressiva transformação qualitativa da mesma (feminização, caracterização e tipificação de uma ocupação ou profissão). Com o ingresso massivo de mulheres, diminuem as remunerações, a qualificação profissional sofre um processo de desqualificação, e a atividade perde prestígio social. Além disso, quando as profissões e ocupações se feminilizam, passam a ser entendidas como extensão no espaço público da função privada de reprodução social. (YANNOULAS, 2013. p. 39)

É claro que o crescimento da mão-de-obra feminina qualificada e o ingresso em atividades antes consideradas masculinas são fatores que devem ser celebrados. Entretanto, o que a questão apontada por Yannoulas – e as demais pensadoras que ela elenca em seu texto – nos lembra é a necessidade de olhar com mais cuidado para as condições a que essas mulheres passam a ser submetidas quando começam a ocupar esses lugares no mercado de trabalho. A relação existente entre desvalorização e perda de prestígio de uma profissão ou ocupação com a quantidade ou o ingresso de mulheres em postos de trabalho demonstra que a justificativa do patriarcado para o valor que é estabelecido para certo tipo de atividade dentro do sistema

capitalista é o gênero. A norma para que um trabalho seja valorizado e prestigiado em primeiro lugar é não ser feminizado.

Particularmente, o uso do termo feminização ainda me causa estranhamento e certo desconforto. Entendo e concordo com a necessidade de se olhar para a operação das engrenagens do patriarcado dentro do sistema capitalista, que faz com que as mulheres, mesmo quando operam dentro das normas capitalistas, não consigam ser valorizadas e reconhecidas da mesma forma que os homens. Entretanto, assim como alguns sentidos encontrados por Yannoulas (2013) em seu levantamento dos usos do termo feminização, acredito que ele possa ser empregado em caráter subversivo, na medida em que demonstra que, além das engrenagens do capitalismo serem afetadas pela questão do gênero, é muito difícil – e isso é colocado pela perspectiva interseccional – dissociar as atuais normas capitalistas das normas patriarcais. Nesse sentido, os modos de valorizar o trabalho e talvez até a própria definição de trabalho devem ser colocados em xeque ao se questionar o lugar ocupado pelas mulheres no mercado, na tentativa de contribuir para a criação de modos de valorizar que sejam menos capitalistas e menos patriarcais.

E, como já sinalizamos acima, não são apenas essas duas instituições que atuam na valorização do trabalho. No caso das domésticas, por exemplo, a raça é uma questão central porque se refere à apreciação daqueles sujeitos enquanto em pé de igualdade. O racismo no Brasil, como podemos perceber através de Souza (2009), mascarado pela ideologia meritocrática discutida anteriormente, relega atividades desvalorizadas a pessoas negras. E o fato de serem realizadas majoritariamente por pessoas negras contribui para que continuem sendo desvalorizadas, de modo semelhante ao que acontece no processo de feminização.

Como apontado pelo autor, a explicação que muitas vezes é usada para se justificar a precariedade na qual vivem esses indivíduos é a história da escravidão no país. O que aconteceu ao longo de todos esses anos, e continua acontecendo, é uma reprodução e adaptação de práticas herdadas do sistema escravocrata que servem para que as elites continuem transmitindo o poder entre seus descendentes. Nesse sentido, é importante que recuperemos aqui um pouco dos fatos históricos que fizeram com que a raça fosse estabelecida como fator fundamental para marginalização de indivíduos na nossa sociedade.

O sistema escravocrata é narrado por Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015) como caracterizado pela naturalização da violência. Com o auxílio delas, tentaremos mostrar como a sociedade escravocrata do Brasil colonial reverbera nas práticas da nossa sociedade atual.

Muito antes de o Brasil ser conhecido pelos europeus, a escravidão já fazia parte das sociedades gregas e romanas. Do sistema existente nessas civilizações, Schwarcz e Starling



(2015) destacam a maneira de tratar o indivíduo escravizado como “estrangeiro” como sendo um importante traço do sistema escravocrata. Tratar como estrangeiro significa ignorar que aquela pessoa apresentava vínculos com outras pessoas, territórios, culturas. Embora as sociedades da Antiguidade, que já possuíam registros de escravidão, convivessem com outros tipos de trabalho, como o regime de servidão, considerado pelas autoras tão desgastante e precário quanto o escravocrata, “foi a falta de raízes, de direitos e de laços com a comunidade o que distinguiu a escravidão dos demais sistemas de trabalho, ainda que igualmente compulsórios” (SCHWARCZ; STARLING. 2015. p. 79).

É possível, assim, dizer que o regime escravocrata tem na sua base a necessidade de destituição dos escravizados de qualquer coisa que preceda o momento de sua escravização. Esse fato é corroborado, por exemplo, pela afirmação das autoras de que os senhores brasileiros preferiam adquirir mão de obra de diversas etnias e culturas a fim de evitar rebeliões entre as pessoas escravizadas.

Mas antes de chegar a esse ponto da história, é importante destacar que mesmo antes da chegada ao Brasil, os portugueses já comercializavam pessoas na África. Em um primeiro momento, os principais interesses comerciais no continente eram outros, de modo que o comércio de cativos ficava em segundo plano. Os indivíduos transformados em mercadoria eram levados para executar principalmente trabalho doméstico compulsório na Europa.

O tráfico de pessoas escravizadas só veio a se tornar a principal atividade comercial entre Portugal e o continente africano quando a cultura do açúcar foi introduzida:

se no princípio da colonização foram reexportados trabalhadores negros aculturados e cristianizados da península Ibérica, com o incremento das atividades açucareiras no Brasil iniciou-se um movimento direto da África para o Novo Mundo. (SCHWARCZ; STARLING. 2015. p. 81)

É preciso lembrar que o continente africano, assim como o europeu e demais territórios do mundo, estava longe de ser um território pacífico e unificado. Os povos que ali viviam não possuíam um sentimento de identificação uns com os outros a ponto de se entenderem como partes de um todo. Desse modo, no princípio, Schwarcz e Starling (2015) afirmam que o que chamamos hoje de raça, a cor das pessoas, não era um fator que importava para os portugueses ao traficarem seres humanos. Foi uma série de acontecimentos políticos na região de divisas entre Europa, Ásia e África que fizeram com que as pessoas negras se tornassem “mercadorias mais baratas”, portanto, mais lucrativas, para os traficantes.

Segundo elas, dos 8 a 11 milhões de africanos traficados para todo o mundo, 4,9 milhões vieram para o Brasil, para atuar majoritariamente nas plantações de cana. Ainda em solo

africano, essas pessoas eram negociadas com os traficantes locais em troca de tecidos, pólvora, bebidas, entre outros itens que serviam como moeda. E, embora os compradores tivessem preferências, como as de etnias diferentes que já citamos, os termos dos negócios eram frequentemente ditados pelos traficantes locais.

Segundo Schwarcz e Starling (2015), a maioria das pessoas escravizadas que chegaram ao Brasil, transportadas em péssimas condições nos navios negreiros, que deixavam vários mortos pelo caminho, era do sexo masculino. Isso porque as mulheres tinham grande valor de comércio no próprio território africano e os compradores brasileiros preferiam a força masculina à capacidade reprodutiva das mulheres.

Além disso, as populações escravizadas sofriam de baixa taxa de fecundidade causada pelas péssimas condições de vida às quais eram submetidas, e sua reprodução era desencorajada entre os senhores. Ao contrário da imagem de promiscuidade sexual que tentaram atribuir aos negros escravizados, as uniões entre eles eram comuns e a abstinência sexual era incentivada após as mulheres darem à luz. Entretanto, para o interesse comercial dos senhores, era melhor eles ignorarem e negarem o fato de que os cativos possuíam constituições familiares entre eles:

a regra era mesmo tentar deslegitimar esse tipo de relacionamento, e um exemplo oportuno pode ser encontrado nos registros dos cativos. Os escravizados em geral eram conhecidos pelo nome de batismo e identificados adicionalmente por sua cor e local de nascimento. [...] Em caso de libertação e alforria, não era raro que o liberto levasse consigo o sobrenome de seu ex-proprietário [...] ao adotar esse sobrenome, estendiam-se os laços de dependência, que não se esgotavam no momento em que se recebia a liberdade via alforria. Tido como uma modalidade arraigada da prática do compadrio, tal sistema criava vínculos de parentesco espiritual entre o afilhado e a afilhada, o padrinho e a madrinha. Ele significava, assim, que a lealdade e a subserviência deveriam ser mantidas, como se a escravidão fosse, no Brasil, uma espécie de destino eterno e sem volta. (SCHWARCZ; STARLING. 2015. p. 90-91)

Desse modo, mesmo alforriadas, essas pessoas carregavam em seus nomes a marca da relação de escravidão com os senhores, revelando que a libertação nunca havia se concretizado plenamente e que elas ainda não eram donas de si mesmas e não poderiam constituir família própria.

Um outro pensamento que era disseminado entre os senhores e endossado pela Igreja era o de que o trabalho realizado aqui no Brasil servia como uma atividade “disciplinadora e civilizadora”. A partir desse pensamento, chegaram a ser, inclusive, produzidos materiais semelhantes a manuais ensinando castigos necessários de serem aplicados para transformar cativos em trabalhadores submissos.

Schwarcz e Starling (2015) ressaltam que, para que todo esse sistema funcionasse, a violência precisava estar na base da forma de dominação dos escravizados, funcionando como método para fazer com que esses trabalhassem o máximo possível. No caso das mulheres escravizadas, além da violência física que visava a “ensinar” obediência, havia a violência sexual. Praticada pelos patrões como tentativa de submetê-las e afastá-las da imagem de suas esposas, os estupros também serviam para criar entre nas sinhás o ódio pelas mulheres escravizadas.

Apesar da difícil realidade e constante ameaça às suas vidas, os cativos não recebiam toda essa violência de maneira passiva. Em proporções muito diferentes, é claro, eles buscavam devolver aos senhores os maus tratos, mesmo que fosse sob a forma de pequenas sabotagens. Embora o risco fosse alto para os negros, muitos deles respondiam à dominação violenta se organizando em grupos de fuga, tramando assassinatos de senhores, roubos, entre outras ações.

Desse contexto, nasceram os quilombos:

O quilombo significou uma alternativa concreta à ordem escravista – e, por isso, tornou-se um problema real e bastante amedrontador para a sociedade colonial e para as autoridades, que precisavam combatê-lo de modo sistemático. Mas ao mesmo tempo, o quilombo era parte da sociedade que o reprimia, em função dos diversos vínculos que tinha com os diferentes setores desta. (SCHWARCZ; STARLING. 2015. p. 99)

Os vínculos estabelecidos entre quilombos e os demais setores da sociedade eram dos mais diversos tipos, indo de relações comerciais até tráfico de informações. O fato é que a formação de quilombos demonstra que os povos escravizados nunca deixaram de lutar por sua liberdade e autonomia e, ainda hoje, sob a figura histórica de Palmares, é símbolo importante para a cultura nacional: “Palmares também se converteu em símbolo de uma luta negra por inclusão social e em referência para uma interpretação do Brasil que não legava aos escravos apenas o papel de vítimas passivas”. (SCHWARCZ; STARLING. 2015. p. 102)

Uma outra questão a ser ressaltada do período escravocrata no Brasil é a inexistência de uniformidade na forma como as pessoas escravizadas eram tratadas. Sobre isso, Schwarcz e Starling (2015) destacam que, a princípio, o modo de se escravizar pessoas para o trabalho no campo e no ambiente doméstico eram distintos. Trabalhadores do campo eram apreendidos pelos senhores em termos numéricos. Não era necessário conhecer nenhuma informação sobre sua origem e laços desde que estivesse apto e submisso ao trabalho.

Já daqueles que iriam trabalhar no ambiente doméstico das casas-grandes, era fundamental que se conhecesse suas origens e todas as informações possíveis. Houve também a escravidão na área urbana do Brasil, onde pessoas bem menos abastadas que os senhores de

engenho possuíam uma pequena quantidade de cativos. Nesse cenário, escravizados eram “alugados” para cumprir uma série de atividades da vida urbana, tendo seus serviços explorados e revertidos em lucros para os senhores.

As mulheres eram domésticas, cozinheiras, arrumadeiras, amas, engomadeiras, lavadeiras. Escravas vendiam na rua mingaus, doces, bolos, caldo de cana, caruru e iguarias vindas da África. Saíam pela cidade oferecendo seus quitutes e muitas vezes levavam os filhos amarrados em panos da costa, que lhes identificavam a nação. Várias delas atuavam como mensageiras, pois, circulando pelas ruas, podiam transmitir informações e até notícias de rebeliões. Escravizadas também tiveram de exercer a prostituição nas regiões portuárias, vendendo seu corpo e entregando o ganho aos patrões. (SCHWARCZ; STARLING. 2015. p. 95)

Essa relação de atividades atribuídas à população negra cativa, no início da nossa história, é usada para explicar porque permanecem desvalorizadas ainda hoje. Isso somado ao fato de não serem ensinadas formalmente, bem como sua ligação com o corpo, acaba por obscurecer o fato de que práticas racistas e de desvalorização continuam sendo perpetuadas para o benefício das classes mais altas da sociedade brasileira. Então, de modo semelhante à forma como opera o patriarcado no sistema capitalista através da divisão sexual do trabalho, a persistência de práticas racistas no Brasil produz uma espécie de divisão racial do trabalho.

E por mais que o benefício das classes altas e pessoas brancas se transfigure também em poder econômico, vemos que ele não é o único nem o central na definição dos contornos da opressão que sofrem as empregadas domésticas. A definição de classe social não pode mais ser feita apenas levando-se em conta os fatores econômicos. A definição de classe, de certo modo, também fica mais interessante se feita interseccionalmente.

O trabalho de um indivíduo e o status que sua profissão apresenta são fundamentais para a percepção de classe que a sociedade terá dele e nesse sentido, a raça e o gênero influenciam fortemente nesse resultado. Se o trabalho feminizado é menos valorizado e se a raça é um fator que caracteriza os trabalhadores de determinados tipos de profissão, podemos dizer que a formação das classes sociais e as possibilidades de mobilidade são fortemente marcadas por gênero e raça.

bell hooks sinaliza o fato de a pobreza ter se tornado “uma questão feminina central” (HOOKS, 2019. p. 85). Isso parte da percepção do movimento feminista estadunidense de que o modelo de trabalho vigente não iria proporcionar autossuficiência econômica das mulheres trabalhadoras. Ao mesmo tempo, a supremacia do capitalismo branco tentava desmontar os aparatos de assistência social que permitiam que várias mulheres pobres tivessem o mínimo para viver.

Nesse sentido, os fatores econômicos aparecem mais em decorrência da constituição machista e racista de classe social. Ao mesmo tempo, são fundamentais para a perpetuação desse sistema e a continuação da opressão de negros, mulheres e pobres.

Ao dizer que “não poderia haver verdadeira sororidade entre mulheres brancas e mulheres não brancas se as brancas não fossem capazes de abrir mão da supremacia branca” (HOOKS, 2019. p. 92), bell hooks chama a atenção para a necessidade de se pensar os atravessamentos de raça que as opressões sofridas pelas mulheres apresentam. De modo semelhante, como já recuperado no início dessa seção, ela fala da questão de classe.

Esse modo interseccional<sup>7</sup> de abordar a questão das opressões é especialmente importante no caso das empregadas domésticas porque as opressões não podem ser facilmente separadas e “tratadas”, uma vez que a combinação delas configura uma opressão específica, distinta daquelas que atuam na sua formação, ao mesmo tempo que com elementos fundamentais das outras. Com isso, queremos dizer que a experiência das empregadas domésticas é marcada pelas opressões de gênero, raça e classe, mas que elas não se dão de forma separada. Pelo contrário, esses elementos combinados criam uma forma de opressão específica que marca a experiência dessas mulheres enquanto trabalhadoras e membros da sociedade.

Tendo isso em mente, buscamos mais reflexões do feminismo negro que são importantes para pensar esse lugar não só das empregadas domésticas, mas de diferentes mulheres. Patricia Hill Collins (2016) utiliza o termo *outsider within* para caracterizar o tipo de relação que as mulheres afro-americanas estabeleceram durante muitos anos com as famílias brancas para quem trabalharam e para caracterizar também a relação que pensadoras e autoras negras possuem com o meio acadêmico.

O termo utilizado para descrever essa condição é difícil de ser expresso em outra língua, como aponta a própria tradução do texto, mas a tentativa já revela em si traços da natureza dessas relações. *Outsider* é alguém que está de fora, que não pertence, uma pessoa estrangeira. *Outsider within* seria como alguém que é de fora, mas que está naquele meio, que participa ativamente, mas que não pertenceria àquele lugar.

Corrêa e Guimarães-Silva (2018) resgatam o conceito e o traduzem como forasteira de dentro, destacando-o dentro de um escopo de contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras que ajudam a pensar o lugar que, como elas e diversas referências as quais remetem,

---

<sup>7</sup> A teoria interseccional foi inicialmente fundada por Kimberlé Crenshaw, advogada dos direitos civis e professora americana, em 1980. O termo interseccional diz, justamente, da inter-relação entre opressões. (RIBEIRO, 2018. p. 279-280)

afirmam ser de dupla alteridade, *o outro do outro*. Elas apontam que as definições e representações sociais da mulher negra são geralmente feitas a partir desse lugar em que a referência é o homem branco e, a partir dele, são definidos, em oposição, o que é ser mulher e o que é ser negra ou negro. Nesse cenário, as mulheres negras ocupam esse lugar que é de um pertencimento incompleto.

Por não ser o lugar de pertencimento de origem, ocupar posição de forasteira de dentro pode ser muito potente quando o assunto é proporcionar uma outra visão daquela realidade. Segundo Hill Collins (2016), o status de *outsider within* permitiu às empregadas domésticas, por exemplo, a desmistificação do poder branco na medida em que no cotidiano das casas dos patrões e no contato com eles ficava evidente que não havia nada que justificasse uma superioridade além do racismo. Entretanto, a barreira do pertencimento nunca pode ser ultrapassada por essas mulheres justamente por causa dele, mantendo-as nesse status de *outsider within*, o qual podemos fazer uma analogia com o “quase da família” que é muito utilizado para se referir ao lugar das empregadas domésticas no país.

De modo semelhante, as intelectuais negras como figuras provenientes de espaços marginalizados, ao adentrar as discussões em espaços acadêmicos trazendo em si as marcas de uma experiência frequentemente dolorosa à margem, são capazes de levantar questões que outros pesquisadores sequer considerariam por não terem acesso a esse outro tipo de realidade. Assim, Collins (2016), defende que o ponto de vista das estudiosas feministas negras tem enorme potencial enriquecedor para o discurso sociológico contemporâneo.

A autora reforça que as vivências das mulheres negras estão longe de serem uniformes. Mesmo possuindo aspectos compartilhados, o modo de vivenciar é particular e existem outros fatores além de raça, como religião, orientação sexual, classe, que marcam a experiência dessas mulheres. Como todo pensamento atual, existem questões para o feminismo negro que não estão pacificadas nem para as mulheres negras e, nesse sentido, as intelectuais possuem um papel “de produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras que vão elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras.” (COLLINS, 2016. p. 102)

Como ela mostra, o tema da interseccionalidade, chamado em seu texto de opressão interligada, é recorrente e já é tema das discussões feministas negras há muito tempo:

Isso não deveria ser uma surpresa, considerando que as mulheres negras seriam as primeiras a perceberem que minimizar uma forma de opressão, apesar de essencial, ainda pode deixá-las oprimidas de outras formas igualmente desumanizadoras. (COLLINS, 2016. p. 107)

Nesse sentido, acredito que um dos apontamentos mais ricos que essa autora traz para esse trabalho, além de evidenciar a atenção que precisa ser dada ao fator raça, é a necessidade de se ouvir a experiência das empregadas domésticas para se falar sobre sua condição. Isso porque, a experiência é um fator marcante de dois pontos defendidos por Hill Collins como essenciais ao pensamento das feministas negras: a autodefinição e autoavaliação das mulheres negras:

Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras. (COLLINS, 2016. p. 102)

De acordo com ela, a partir desses dois movimentos, as operações de poder que perpassam as próprias definições das mulheres negras se tornam mais evidentes em comparação a um processo em que um outro se encarrega de determinar a elas uma imagem. Esses gestos permitem que as mulheres negras resistam à definição objetificada e desumanizada que o olhar masculino branco impõe a elas, podendo escapar ao modelo de imagem de outro negativo em relação aos homens brancos. Por isso, a autodefinição e autoavaliação das mulheres negras oferecem grande potencial de subjetivação a elas.

Essas duas ações só acontecem em decorrência da experiência dessas mulheres, tendo em vista que surgem de embates e contradições vividos no cotidiano das interações, em que as visões estereotipadas de mulher negra vêm confrontar cada mulher em sua subjetividade. Relatar a experiência, então, pode ser uma forma dessas mulheres de se autodefinirem e autoavaliarem e isso, além de colocá-las no centro da produção de uma autoimagem positivas de si mesmas, é capaz de revelar traços importante dessas experiências marginais ao modelo masculino branco, à academia e ao universo do trabalho.

Por isso, a seguir, trabalharemos mais especificamente com a questão da experiência e do relato para que isso ajude a construir as bases para a análise dos relatos da página “Eu empregada doméstica”.

## 2 EXPERIÊNCIA E RELATO DA EXPERIÊNCIA

Até o momento, a palavra experiência foi citada em muitos trechos, sem que ela fosse discutida de forma mais aprofundada como um conceito. É este o objetivo deste capítulo: apresentar e discutir a noção de experiência, buscando sua articulação com a questão do relato ou do “relatar uma experiência” e até “relatar a si mesmo”. Tudo isso na tentativa de compreender melhor o que podem dizer os relatos presentes na página “Eu empregada doméstica”, como constituem representações e como eles podem exercer determinado papel cambiante para as mulheres que os fazem.

Com esse propósito, discutiremos a noção de experiência a partir da perspectiva pragmatista com o objetivo de orientar o nosso próprio modo de olhar para o objeto. A autora Thamy Pogrebinschi (2005) recupera as principais características dessa matriz filosófica que, segundo ela, é primeiramente fundada por Peirce.

Foi esse autor quem nomeou e inaugurou propriamente a tradição, fornecendo as bases, as principais características dessa corrente filosófica. Entretanto, em sua formulação e uso, o pragmatismo peirciano assumia a forma apenas de uma teoria da significação. Os responsáveis por expandir o pensamento pragmático de Pierce e dar-lhe outras aplicações foram, principalmente, William James e John Dewey, segundo a autora.

Pogrebinschi aponta que, nas obras desses três autores, é possível identificar as características comuns que demonstram a existência de uma mesma matriz de pensamento:

apesar das peculiaridades e desenvolvimentos particulares de cada um daqueles três autores – os primeiros pragmatistas, ou pragmatistas originais, clássicos, conforme invariavelmente os chamaremos –, o fato é que o pragmatismo indubitavelmente apresenta um núcleo comum, que transparece na obra de cada um deles, e que constitui a razão da relação real que existe entre os seus pensamentos. Este núcleo comum, que aqui denominamos de matriz pragmatista, pode ser subsumido em três idéias principais: o antifundacionalismo, o consequencialismo e o contextualismo. (POGREBINSCHI, 2005. p. 24)

Cada uma dessas ideias principais influencia de uma forma diferente o modo como o pensamento é tratado por essa tradição – e também desvela o modo como a experiência é vista. O antifundacionalismo se refere à negação da existência de grandes verdades que fundamentam *a priori* o pensamento. “Trata-se, afinal, de negar que o pensamento seja passível de uma fundação estática, perpétua, imutável” (POGREBINSCHI, 2005. p. 26). Manifestando-se diferentemente em cada um dos três autores, o antifundacionalismo vai aparecer no



pragmatismo de James dando forma a uma teoria da verdade, em que essa vai adquirir caráter processual, de constituição nas relações e interações.

Nesse sentido, as ideias e as interpretações que surgem das interações não são aspectos descolados delas, mas são parte imprescindível da experiência. Por terem a capacidade de promover outras múltiplas relações das pessoas com ela, as ideias são verdadeiras, ou seja, não são simples abstrações, afetando o mundo na prática.

Assim, através do pragmatismo, somos capazes de questionar significados de conceitos muito cristalizados, por compreendermos que esses nunca se oferecem de forma plenamente definida e as situações nas quais os utilizamos acrescentam e contestam significados anteriores a ela. Um exemplo disso é o próprio conceito de trabalho que discutimos no primeiro capítulo. Percebemos que trabalho é um conceito importante, que, entretanto, se modificou e continua se modificando historicamente e nos processos sociais e que, nesta pesquisa, a partir dos relatos das domésticas, ele poderá emergir de uma forma diferente.

Em Dewey, Pogrebinschi (2005) afirma que o antifundacionalismo aparece como uma negação da segurança filosófica baseada na certeza do conhecimento fundado na relação com objetos imutáveis e fixados. Segundo ela, Dewey entende que os fundamentos tentam substituir os acidentes e incidentes, na tentativa de oferecer uma sensação de segurança e previsibilidade onde de fato não há.

Além disso, a autora nota que Dewey chama a atenção para a importância de se valorizar a prática e as ações na filosofia. O autor aponta que, na tentativa de buscar fundamentos e segurança, a filosofia deixa de olhar para a ação que é fonte de incertezas e está sempre sujeita à frustração. E, para ele, é na ação que emergem os valores<sup>8</sup> e as noções de bom e mau. Dessa forma, os dualismos que possam existir previamente devem ser refutados, assim como as hierarquias entre valores, pois só são classificados como melhores ou piores quando partimos do pressuposto de que existem fundações do que são bem e mal. Como destaca Pogrebinschi, “o antifundacionalismo de Dewey se manifesta, portanto, em sua recusa incessante em torno da certeza e da segurança, não apenas em um nível filosófico, mas enquanto prática de vida”. (POGREBINSCHI, 2005. p. 37)

A segunda característica do pragmatismo apontada pela autora é o consequencialismo: o direcionamento do olhar para o futuro, recuperando o passado apenas quando ele for metodologicamente necessário para o estabelecimento das consequências futuras de ações e

---

<sup>8</sup> Valores são entendidos aqui como “referências culturais que controlam relações intersubjetivas” (COELHO; CORRÊA. 2014), orientando a conduta dos indivíduos em sociedade.

proposições. E, nesse ponto, Pogrebinschi nota maior diferenciação entre as perspectivas dos três pragmatistas originais.

Não é o caso aqui de retomar todas distinções apontadas por ela, mas é importante dizer que o consequencialismo é um traço que permite inserir a página aqui estudada em uma dimensão temporal, instaurando um futuro (e suas consequências), ao mesmo tempo em que se constitui em relação ao passado que ela mesma convoca. Ou seja, na medida em que o passado também revela algo acerca das ações e proposições oferecidas pela própria página. Além disso, o consequencialismo nos ajuda a refletir sobre as escolhas que são feitas pela criadora da página e suas consequências na configuração da mesma e dos relatos presentes nela. Por conseguinte, essas escolhas também irão possuir algum desdobramento sobre as mulheres que optam por publicarem seus relatos. Esse exemplo é apenas uma menção ao que essa característica em específico nos ajuda a pensar o objeto. Entretanto, não é nosso objetivo fazer uma leitura dele por meio de cada uma. No momento, estamos apenas demonstrando as potencialidades que a perspectiva pragmatista nos oferece em termos da própria definição do que é o nosso objeto e como olharemos para ele.

Nesse seguimento, a terceira característica listada por Pogrebinschi, o contextualismo, vem não só fornecer um modo de olhar, mas também consolidar a justificativa de buscar no conceito pragmatista de experiência um dos conceitos centrais desse trabalho.

O contextualismo pragmatista chama a atenção para o importante papel de se levar em conta o contexto nas investigações filosóficas:

Em outras palavras, trata-se de reivindicar consideração às crenças políticas, religiosas, científicas, enfim, à cultura da sociedade e às relações que mantém com as instituições e práticas sociais. A este corpo de crenças, o pragmatismo chama de experiência. (POGREBINSCHI, 2005. p. 49)

Segundo a autora, a experiência poderia ser considerada o mais abrangente dos contextos e ela não existiria sem a prática, que é onde ela surge. Desse modo, assim como, na perspectiva pragmatista, não existem verdades e fundamentos que precedam à ação, é na prática que emerge a experiência, não só trazendo todo o contexto imbricado, mas o constituindo.

Isso ajuda a compreender o que John Dewey (1980) diz em relação à experiência como sendo algo intrínseco à natureza, que não a tem apenas como palco, mas que também a compõe. Uma vez que a experiência pode ser considerada esse contexto abrangente, que informa sobre instituições e práticas sociais, ela também acontece em meio a ele e é sua parte integrante.

Assim, a defesa de Dewey é que esse caráter inerente de experiência e natureza faz com que a análise da primeira seja reveladora de aspectos da segunda anteriormente ocultos, visto a

profundidade através da qual as duas estão relacionadas. Como a experiência está na e compõe a natureza, olhando para ela, podemos descobrir do que se trata essa natureza.

É preciso esclarecer que a visão do autor sobre natureza não é a visão que a coloca em oposição à cultura e àquilo que é produzido pelos seres humanos, pois, como disse Pogrebinschi (2005), o pensamento de Dewey tende a refutar os dualismos. Isto posto, a experiência é um modo de vivenciar a “natureza”, ou o que, para evitar qualquer confusão que se possa fazer com o termo natureza, simplesmente, o mundo. É a relação estabelecida entre o sujeito e algum elemento desse mundo, inclusive relações sociais mediadas pela cultura. Como ele mesmo descreve em *A arte como experiência*: “A experiência ocorre continuamente, porque a interação da criatura viva com as condições que a rodeiam está implicada no próprio processo da vida.” (DEWEY, 1980. p. 89).

Dessa forma, esse pensador coloca a experiência como ponto de partida fundamental para reflexão filosófica, ancorando-a à prática, à vivência, àquilo que acontece no cotidiano mundano. E esse caráter contínuo da experiência é o que, segundo ele, faz com que em grande parte do tempo ela se configure enquanto incompleta. Essa incompletude é fruto da nossa dispersão cotidiana e do fato que nem sempre atingimos o fim da experiência iniciada.

Entretanto, quando algo é experienciado de maneira completa, Dewey chama essa experiência de *uma* experiência, ou ainda aquela que possui caráter estético, ressaltando seu grande poder transformador e de afetação do sujeito. A experiência estética, ou que ele nomeia de *uma* experiência, é aquela marcada por singularidade e unicidade, capaz de transformar permanentemente quem a vivencia:

Em uma experiência, o fluxo vai de algo a algo. Como uma parte conduz a outra e como outra parte traz aquela que veio antes, cada uma ganha distinção em si própria. O todo permanente é diversificado por fases sucessivas que constituem ênfases de seus variados matizes. (DEWEY, 1980. p. 90)

Nessa passagem, é possível perceber que a experiência de caráter estético concretiza um processo em que as partes são diferenciadas ao mesmo tempo em que constituem um todo diferente do que havia anteriormente. E aqui vemos as características do pragmatismo emergindo através do conceito de experiência: centrando a emergência na ação, compreendendo que essa gera consequências que são, ao mesmo tempo, constituídas por um contexto e parte dele. A transformação empreendida pelo vivenciar da *uma* experiência afeta tanto o sujeito quanto o aspecto do mundo com o qual ele se relaciona, e não apenas concretamente.

A noção de ideia como verdade, que Pogrebinschi (2005) aponta ver sobretudo em James, corrobora isso. O sujeito que tem *uma* experiência com um aspecto do mundo vem a ter

sua percepção alterada e, por isso, o próprio mundo é transformado já que, na prática, as ideias são verdadeiras.

Em uma outra diferenciação entre experiências, Dewey (1980) ressalta a importância da chamada “experiência primária” na constituição da percepção, ou seja, do próprio mundo. A experiência primária seria a matéria bruta da experiência, o objeto experienciado sem um grande trabalho reflexivo sobre ele. Já a experiência secundária é fruto de um processo reflexivo um pouco mais estruturado em cima do fragmento de natureza vivenciado.

Na dispersão cotidiana, é possível que tenhamos uma série de experiências primárias que nunca chegarão nem perto da chamada *uma* experiência. Esse movimento é necessário ao fluxo da vida, pois a reflexão constante sobre diversas ações repetitivas que executamos impediria que houvesse uma grande evolução do mundo. Apesar disso, essas ações repetitivas constituem a matéria bruta da experiência, podendo ser trabalhadas reflexivamente para chegar a uma transformação de um aspecto até então dado como não-conflituoso, como indigno ou que dispensa qualquer necessidade de reflexão.

Embora quando ele fala sobre o assunto esteja construindo um pensamento sobre a utilização de uma abordagem filosófica que propõe, Dewey (1980) abre espaço para que pensemos aqui na ação reflexiva sistemática dos próprios sujeitos sobre suas experiências. Isso porque, se a experiência deve ser o ponto de partida para acessar e estudar o mundo, ela pode servir para o sujeito como ponto de partida para compreender seu entorno, bem como sua relação e seu posicionamento nele. E se a reflexão é capaz de alterar a forma de viver uma experiência, ela não só pode alterar o mundo como pode transformar também o próprio sujeito.

Para que tal transformação aconteça, é necessário não só ter a experiência, pois como bem aponta Quéré (2010), essa possui um caráter impessoal e objetivo. Isso quer dizer que, embora o sujeito participe ativamente dela, ele não é seu dono ou portador. Segundo ele, na experiência, “o agente e o ambiente cooperam, no sentido literal do termo: eles operam junto, numa distribuição controlada das operações e em transações” (QUÉRÉ, 2010. p. 33).

Isso indica que o sujeito e seu entorno são fatores que possuem o mesmo peso quando tomamos a experiência em sua forma bruta. Apesar disso, diferentemente de objetos inanimados, o sujeito é capaz de se apropriar da experiência, controlando-a e reordenando-a a seu propósito, ao mesmo tempo em que se produz através dela:

O processo a-subjetivo da experiência se presta especialmente a apropriações. Apropriar-se da experiência é dizê-la e fazê-la sua. Isso implica um ato de interpretação a partir de uma perspectiva. Mas implica também uma extração: para se apropriar da experiência, e dizê-la sua, o sujeito precisa abandonar seu estatuto de “fator” e se extrair do agente integrado que a produziu, postular um

sujeito individual capaz de responder por ela. Assim o sujeito se produz nas interpretações da experiência (QUÉRÉ, 2010, p. 32)

Desse modo, essa extração do sujeito da experiência e a tomada de posse por parte dele acusam uma transformação de todos os elementos engajados na experiência, inclusive os objetos. Sobre eles, Dewey os diferencia quando produzidos pelas formas de experienciar envolvendo mais ou menos trabalho reflexivo. Ele contrapõe a produção de “objetos refinados” da experiência secundária aos “objetos grosseiros” da experiência primária:

A diferença é a existente entre aquilo que é experienciado como o resultado de um mínimo de reflexão incidental e aquilo que é experienciado em consequência de investigação reflexiva contínua e dirigida. Pois os produtos derivados e refinados experienciam-se somente por causa da intervenção do pensamento sistemático. (DEWEY, 1980, p. 7)

Contudo, ainda assim, a produção dos objetos refinados só acontece a partir de uma primeira experiência com objetos em seu estado bruto e grosseiro. Por isso, o processo reflexivo aparece em Dewey como um refinamento de um aspecto vivenciado da natureza, que só é possível por partir do material bruto como fonte de análise, mas nunca enquanto uma substituição da experiência bruta ou como algo superior a ela ou mais elevado. O objeto refinado é um objeto transformado, e isso significa que o entendimento dele será diferenciado do produzido incidentalmente, assim como, possivelmente, o sujeito que age na experiência com o objeto refinado também é um sujeito transformado.

Essa ação de reflexão que modifica a experiência é de suma importância no contexto deste trabalho, pois nos interessa justamente entender a transformação na experiência das domésticas através tanto do processo reflexivo individual de compor um relato de uma situação vivenciada pessoalmente, quanto do processo reflexivo de um grupo de mulheres sobre uma experiência compartilhada por elas. Mais do que identificar quem ou quantas viveram *uma* experiência ao relatar a própria vida, o objetivo é tentar apreender de que maneira os relatos acerca dela são construídos, levando em conta a ação de tomar posse da própria experiência e se constituírem como sujeitos. Ao extraírem a si mesmas da experiência, é possível que essas mulheres consigam perceber de forma diferenciada os outros agentes que confluem para sua conformação.

É interessante atentar para como a perspectiva do sujeito é importante ao se pensar na produção de “objetos refinados”. A ação do sujeito ao refletir sistematicamente sobre suas experiências é fundamental para evidenciar, compreender e aprofundar-se em um aspecto do

mundo. Essa questão se torna ainda mais importante quando o autor menciona o caráter não narrável da globalidade da experiência.

Por ser algo que se vivencia, algo pelo qual se age e é afetado, ao mesmo tempo em que é algo objetivo e do qual não temos posse, a experiência não é passível de ser narrada em sua totalidade. Nunca seremos capazes de fazer com que outra pessoa, através do nosso relato, tenha acesso ao mesmo objeto do mundo que nós, nas mesmas condições, pois essas coisas são únicas da interação entre nós e esse objeto.

Entretanto, é possível pensar, partindo dessa perspectiva, que, por meio do trabalho reflexivo sobre a experiência, de sua apropriação pelo sujeito e do refinamento dos objetos, é possível nomear e dar palavras a certos aspectos marcantes da experiência de diversos sujeitos no mundo quando falamos em sociedade, pois, como afirma França “se é social, impessoal, ela [a experiência] está, por outro lado, intimamente relacionada com o processo de constituição e posicionamento dos sujeitos” (FRANÇA, 2010. p. 43).

Ainda que cada sujeito vivencie o aspecto de uma maneira única, a comunhão de diversos fatores presentes no processo pode levar a posicionamentos semelhantes ao de outros sujeitos, que se reconhecem em situação análoga. Essa é uma potente ferramenta de aperfeiçoamento e expansão do processo reflexivo e, conseqüentemente, do refinamento do objeto, culminando numa compreensão mais aprofundada de certas características da própria sociedade que marcam o estar no mundo dessas pessoas.

Digo isso pois o objeto desta pesquisa é composto, justamente, por relatos de experiências vividas por empregadas domésticas reunidos sob o título “Eu empregada doméstica”. É interessante observar que o nome da página está no singular, embora as mulheres que relatem para a página sejam várias e muitas. Voltaremos com mais calma a esse tema durante a análise. Entretanto, a título de articular a compreensão do conceito de experiência, acredito que o trabalho reflexivo exercido por essas mulheres sobre a própria história no ato de relatar faz com que aquilo que elas viveram tome uma outra configuração que permite dizer que “ser doméstica” é um objeto do mundo vivido por todas elas de modo subjetivo, mas também social.

Reunir os relatos sob o rótulo “Eu empregada doméstica” é algo que diz de um indivíduo ao mesmo tempo em que apela para a coletividade daquela experiência de ser doméstica com todas as suas marcas de trabalho, gênero, raça e classe social. A interpelação colocada pela página para a elaboração dos relatos dessas mulheres é justamente essa: que elas digam quem sou *eu, empregada doméstica*, convocando ao mesmo tempo as sujeitas nas especificidades das suas experiências, mas reunidas pelo que significa ser doméstica. O singular, ao mesmo tempo

que individualiza, nesse caso, também coletiviza, afirmando que essa página possui um ponto de vista de que existe algo em comum e particular de ser doméstica perpassando a vivência de todas essas mulheres.

Nesse sentido, a reflexão feita por Simões (2010) sobre a conexão da experiência com a constituição de representações dá ainda mais força para a importância de pensar o conceito ao olhar para esse objeto. A pesquisadora levanta várias perspectivas de pensadores de áreas diferentes que conceituam representação, a fim de mostrar como ela é um aspecto importante da relação do sujeito com o mundo.

Primeiramente, é importante ressaltar que Simões busca estabelecer, dentro de um vasto terreno de definições de representação, algumas possibilidades que mostrem a vinculação profunda desse conceito com a experiência. Assim, a partir do que é colocado por ela, entendemos as representações como fundamentais às nossas interações, constituindo, no interior dos contextos, redes de significados que preenchem nossas práticas cotidianas. E, nesse sentido, as experiências são fundamentais na constituição de representações.

Partindo também da noção de experiência em Dewey, Simões (2010) afirma que “A experiência se refere ao nosso estar no mundo, ao modo como o apreendemos, como nos relacionamos com ele e com os outros indivíduos na vida cotidiana”. (SIMÕES, 2010. p. 2). Por isso, a experiência precisa ser entendida tendo como ponto de partida as ações concretas dos indivíduos em seus contextos. Ela coloca em relação esses indivíduos com o mundo e suas coisas e também com a temporalidade em que estão inseridos. Isso por meio de um processo que envolve apreender e construir sentido sobre as coisas por meio da linguagem e partilhá-los socialmente, implicando um processo de acionar e constituir representações. Nessa ação, o repertório de representações do indivíduo não é apenas mobilizado, mas também é atualizado, revelando a dinamicidade que as interpretações e a produção de significados podem adquirir.

Segundo ela, a experiência em Dewey implica um agir e sofrer, em que há uma modificação constante não só do sujeito, mas do objeto com o qual ele interage. Assim, relacionando com o que já foi apresentado anteriormente, essa alteração não necessariamente modifica o mundo de forma física e material, mas no campo das ideias e do sensível, no que diz respeito ao modo de apreender, entender, significar um objeto do mundo. E o fato de estarmos em sociedade e da linguagem ser o fator marcante da nossa sociabilidade, faz com que seja possível compreender o que a autora e suas referências apontam como sendo a importância da linguagem no movimento de ligar experiência e representações, o subjetivo e social, na nossa interpretação.

Ela busca em Rodrigues (1991 apud SIMÕES, 2010) três papéis da linguagem na constituição da experiência: o que permite o acesso do indivíduo ao mundo, o que diz da interpretação feita por ele e da criação de novos sentidos. Em cada um desses momentos, a linguagem é a mediação entre a pessoa e aquilo com que ela interage. Através desse processo, o que acontece não é uma compreensão fixa, imutável, acessível e padronizada daquilo, mas a constituição de um mundo próprio a partir da interação.

Entretanto, embora a construção de sentidos para apreender o mundo permita uma flexibilidade e a emergência de diferentes significados, a intersubjetividade do processo de constituição de experiências limita a produção do sujeito a um certo número de significados compartilhados. A criação de novas experiências pelos sujeitos é, então, afetada porque se dá no âmbito desse estoque limitado de significados compartilhados, amplamente difundidos por meio das representações.

Por isso, os fatores social e cultural, responsáveis por fornecer aos sujeitos uma série de representações que irão compor seu repertório com elementos compartilhados por um grupo de pessoas, são tão influentes na configuração das experiências. Do mesmo modo, elas têm o poder de retornar a eles atualizando os sentidos antes construídos, num movimento dinâmico em que há atuação tanto do indivíduo quanto da sociedade:

É nesse movimento entre o indivíduo (que imagina, constrói sentidos e apreende o mundo) e o social (que dinamiza, atualiza e reorienta os significados) que o universo de representações se edifica através da experiência. Assim, a experiência é fundadora das representações, frutos, portanto, de nosso embate com o mundo; ao mesmo tempo, elas reorientam nossa vivência, permitindo que, através das apreensões que realizamos da realidade, a nossa própria prática se constitua. (SIMÕES, 2010. p. 12)

Nesse sentido, entendemos que os relatos da experiência, construídos através dos sentidos materializados através da linguagem, fazem emergir representações acerca do mundo. Se a experiência tem algo de inenarrável que não pode ser apreendido em um relato, as representações também apresentam limitações. Mas, de qualquer forma, as representações que podem emergir de tais relatos são capazes de ajudar a compreender a própria configuração da experiência dos sujeitos em uma sociedade.

Assim, pensando nos relatos presentes na página “Eu empregada doméstica”, podemos cogitar que os textos produzidos pelas mulheres estão a todo tempo jogando com um repertório existente de significados de ser doméstica e do trabalho doméstico. Esses significados conformam, em partes, o modo como elas se entendem enquanto sujeitas e como são apreendidas socialmente. Os relatos fazem emergir, desse modo, representações do trabalho



doméstico e do ser empregada doméstica que contribuem para a compreensão da experiência dessas mulheres no Brasil contemporâneo. Ser doméstica não é algo novo e os elementos que se destacam da experiência dessas mulheres muito provavelmente não o são. Entretanto, qual proposta de significação essas mulheres fazem e o que ela traz de atualização ou contestação para o repertório de representações composto anteriormente?

Nesse sentido, as contribuições de Judith Butler (2015) se mostram profícuas para os objetivos desta pesquisa. A autora discute sobre as motivações que levam um sujeito a dar um relato de si mesmo e como esse relato pode expor a violência de um *ethos* até então dito coletivo. Segundo o percurso traçado por ela, o confronto do indivíduo com a coletividade e a percepção de que o *ethos* coletivo não se aplica a ele ou à sua situação levantam questões morais que podem levar à modificação dos costumes e hábitos vigentes ou sua permanência por meio de violência.

Ela chama de violência pois, uma vez que indivíduos participantes não enxergam no *ethos* coletivo certo nível de “pertencimento”, a única forma pela qual ele se impõe é por meio de uma força que não só busca sua reafirmação, mas também o apagamento de qualquer outro modo de vida que possa estar sendo configurado.

No caso da página “Eu empregada doméstica”, se considerarmos que essas mulheres estão colocando em questão significados de ser doméstica e do trabalho doméstico, é possível refletir sobre o posicionamento delas e dos demais membros da sociedade em relação a um extrato desse *ethos* coletivo. Se houvesse a percepção, por parte dessas mulheres, de que elas pertencem a essa coletividade do modo como suas normas se colocam, é muito provável que não sentissem necessidade ou não vissem sentido em se engajar na proposta da página.

Sobre isso, Butler (2015), a partir de Adorno e Nietzsche, demonstra como essa experiência de divergência do universal e do seu particular inaugura a moral para o indivíduo. E, desse ponto, pode ser que ele ou ela parta para uma investigação moral que leve a refletir sobre sua própria condição e posicionamento dentro daquele conjunto de normas até então estabelecidas. Essa experiência inaugural da moral pode ser frutífera para pensar como a página convoca, interpela as mulheres a fazerem um relato de si mesmas. Veremos adiante nos relatos que as situações vivenciadas pelas empregadas as colocam nesse embate com o *ethos* coletivo são diversas entre si. Entretanto, são suficientemente fortes para que, mesmo anos depois do acontecimento, possam ser lembradas e recuperadas nesse processo de investigação moral que revela, como já dissemos, que apesar de subjetivas e marcadas por particularidades, suas experiências compartilham de um mesmo caráter que está profundamente relacionado com o *ethos* coletivo, mesmo quando não contemplado por ele. Na passagem a seguir, Butler fala sobre

isso: “Quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse ‘si mesmo’ já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração” (BUTLER, 2015. p. 18)

Quando Conceição Evaristo ([2005]2007) nos conta sobre o desenvolvimento de sua relação com a escrita, ela oferece um excelente exemplo de como ela se dá conta de sua vinculação com determinada realidade e temporalidade social:

Se a leitura desde a adolescência foi para mim um meio, uma maneira de suportar o mundo, pois me proporcionava um duplo movimento de fuga e inserção no espaço em que eu vivia, a escrita também desde aquela época, abarcava estas duas possibilidades. Fugir para sonhar e inserir-se para modificar. Essa inserção para mim pedia a escrita. E se inconscientemente desde pequena, nas redações escolares eu inventava outro mundo, pois dentro dos meus limites de compreensão, eu já havia entendido a precariedade da vida que nos era oferecida, aos poucos fui ganhando uma consciência. Consciência que compromete a minha escrita como um lugar de auto-afirmação de minhas particularidades, de minhas especificidades como sujeito-mulher-negra. (EVARISTO, 2007)

Por mais que, se apropriando de suas experiências, cada empregada doméstica se veja diante de uma questão moral particular, elas precisam dispor dos elementos que compõem o contexto em que estão inseridas para se constituir como sujeitas e construir seus relatos, do mesmo modo que Evaristo careceu da escrita para “inserir-se para modificar”. Embora possa parecer limitante, é justamente o fato de contar com as ferramentas oferecidas pela coletividade que a força do questionamento moral colocado pode ser tão grande.

Dizemos isso pois são os elementos do contexto e da temporalidade social que as empregadas trazem que fazem com que seus relatos sejam não só compreendidos por elas enquanto “relatos de empregadas domésticas”, mas também compreendidos por outras pessoas enquanto tal: no caso da página, outras mulheres e homens que se relacionam com ela.

Esses elementos fazem parte da dimensão inenarrável da experiência que Dewey (1980) já havia apontado. A verdadeira experiência, ele diz, é infinitamente distinta e maior do que aquilo que é passível de ser narrado. Isso porque,

o relato dá conta apenas do que diz respeito a uma porção selecionada da experiência real, a saber, a porção que define o ato de experienciar, com omissão deliberada, tendo em vista os objetivos da investigação específica, daquilo que é experienciado. (DEWEY, 1980. p. 15)

Então, esse excedente que compõe a experiência das empregadas domésticas, a página e seu público, ao mesmo tempo em que não está expresso no relato dessas mulheres, nas palavras delas, emerge deles através de um contexto e do próprio fato de que seus relatos são

passíveis de serem reunidos sob um só título. A proposta da página sugere um recorte na experiência das mulheres que seja capaz de constituir representações do que é ser empregada doméstica. Entretanto, a própria ação de relatar, que é de iniciativa delas, revela que não só essas representações, mas a própria experiência está em um lugar de disputa.

Sendo assim, a seguir, buscaremos explicitar os meios pelos quais criamos o nosso modo de olhar para os relatos e a página, buscando apreender os aspectos coletivos da experiência dessas empregadas domésticas.

### 3 METODOLOGIA

Retomando o que foi colocado por Collins (2016) sobre a necessidade da autodefinição e autoavaliação das mulheres negras na construção do pensamento feminista negro e buscando relacionar com a noção da experiência a partir do pragmatismo de Dewey (1980), a ideia é desenvolver uma metodologia que consiga apreender os relatos presentes na página “Eu empregada doméstica” como uma forma de apropriação da própria experiência pelas domésticas e que fazem emergir representações acerca desse lugar social. Como foi colocado, essa apropriação não só modifica o entendimento do mundo como é nessa ação que os sujeitos se constituem.

Conseqüentemente, as empregadas domésticas se constituem enquanto tal ao relatar para a página, quando se apropriam criativamente das experiências que tiveram. Mas o que, nesse caso, significa se constituir enquanto empregada doméstica? Como apontamos anteriormente, a página tem em seu nome uma reivindicação a uma imagem unificada de empregada doméstica, pelo uso do singular, mas que ao mesmo tempo diz de uma coletividade de experiências atravessadas por determinados aspectos comuns.

A nosso ver, esses aspectos emergem nas situações relatadas, que, em sua maioria, tratam de interações com patrões ou outras pessoas, e também emergem na configuração da própria página, na medida em que alguns temas aparecem com muita frequência em detrimento de outros. Temas esses que não estão relacionados a dificuldades, por exemplo, com os aspectos técnicos da tarefa. Os relatos não dizem de dificuldades que essas mulheres tiveram para cozinhar, limpar, lavar, em que o problema era um instrumento de trabalho ou a falta de familiaridade com determinado procedimento. Os relatos são, em sua maioria, sobre situações consequentes de relações interpessoais.

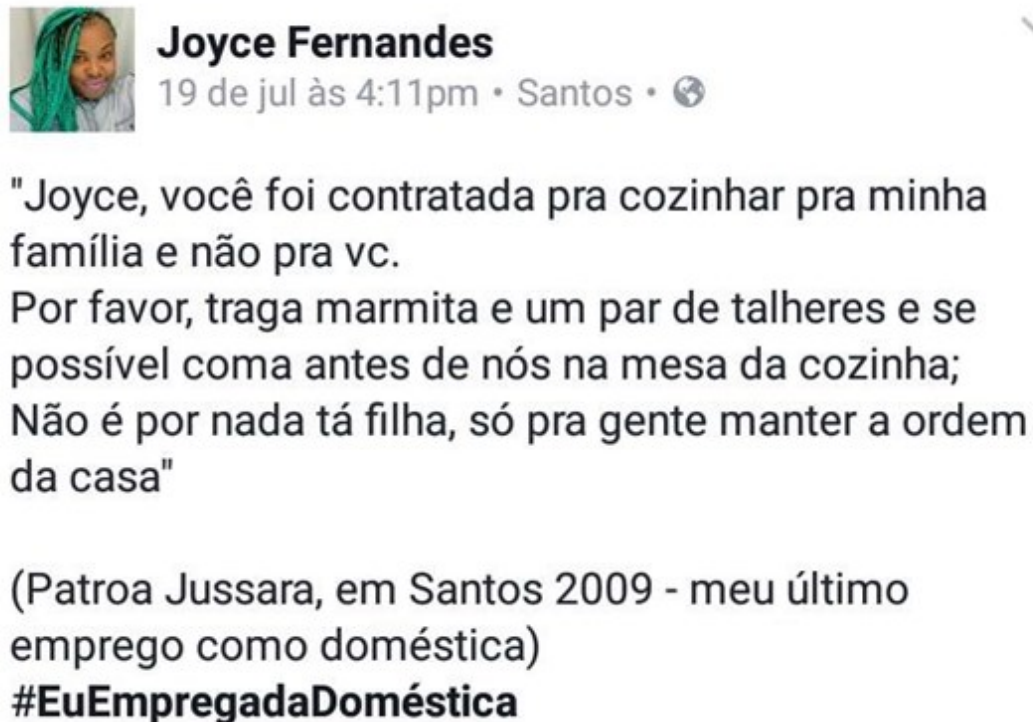
Para explicar melhor isso, apresentamos a seguir a página, sua história e contexto de surgimento para tentar construir esse cenário descrito.

A página “Eu empregada doméstica” é uma página do Facebook criada em 19 de julho de 2016<sup>9</sup> por Joyce Fernandes, Preta Rara, rapper, historiadora e ex-empregada doméstica. Com o objetivo não só de relatar sua experiência, mas também de incentivar outras mulheres a fazê-lo, Joyce fez uma postagem em sua página pessoal do Facebook contando o que, em seu último trabalho como doméstica, havia ouvido de sua patroa, utilizando no final a *hashtag* #euempregadadoméstica:

---

<sup>9</sup>Fonte: Sobre. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page_internal)>  
Acesso em: 18/10/2017

Figura 2 - Print do relato de Joyce em seu perfil pessoal



Fonte: Perfil de Joyce Fernandes no Facebook.<sup>10</sup>

Em entrevistas<sup>11</sup>, Joyce conta que, pouco tempo depois, além de muitos comentários, recebeu diversos relatos por mensagem de outras mulheres que passavam por situação semelhante. Desse modo, ela teve a ideia de reunir esses relatos em uma página no Facebook com o mesmo nome da *hashtag*, “Eu empregada doméstica”. De acordo com a descrição da página, seu principal objetivo divulgando os relatos é: “Quem sabe juntos podemos mudar a situação dessas mulheres que as patroas dizem que são como se fossem da família, porém não são tratadas como seus entes queridos.” (FERNANDES, 2016.)<sup>12</sup>

Na época do surgimento da página, no ano de 2016, o uso das *hashtags* para identificar relatos que denunciavam violências sofridas por mulheres já não era novidade na internet. O final do ano de 2015 foi marcado por movimentações online com o intuito de denunciar o

<sup>10</sup>Disponível em: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=1697347352>> Acesso em: 08 de abril de 2017.

<sup>11</sup>“Ex-empregada doméstica lança campanha nas redes sociais para denunciar abusos de patrões” Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/salasocial-36857963>> Acesso em 30/08/2016.

“Por meio da Internet, empregadas domésticas relatam abusos de patrões” Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/brasil/2016-07-24/por-meio-da-internet-empregadas-domesticas-relatam-abusos-de-patroes.html>> Acesso em 29/08/2016.

<sup>12</sup>Disponível em <[https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page_internal)>

machismo<sup>13</sup> e suas reverberações na nossa sociedade. Através do uso das *hashtags* #primeiroassedio e #meuamigosecreto, diversas mulheres compartilharam relatos nas redes sociais digitais – Twitter e Facebook – de assédios, estupros e situações em que a opressão de gênero marcou suas histórias de vida e relações com homens.

O que esse histórico sinaliza é que, naquele momento, havia nas redes um crescente debate sobre, principalmente, a questão de gênero e direitos das mulheres. Nesse cenário, as *hashtags*, ferramentas importantes de categorização de postagens em redes como o Twitter, Instagram e Tumblr, foram apropriadas para identificar os relatos como pertencentes à movimentação mesmo no Facebook, em que elas não funcionavam como link que redirecionava para o conjunto de postagens com o mesmo marcador.

Como mencionamos no primeiro capítulo, podemos pensar que o cenário de extrema instabilidade política pelo qual passava e ainda passa o país, caracterizado, dentre outras coisas, por uma desconfiança em relação às instituições governamentais e pela ascensão de um conservadorismo que busca combater ações direcionadas à diminuição de desigualdades na nossa sociedade, tem relação com o surgimento da página e também com as outras *hashtags* mencionadas. Se considerarmos que o período é de crise no *espírito do capitalismo*, em que as justificativas morais que até então serviam para engajar os assalariados não funcionam tão bem, o momento representa solo fértil para a emergência de discussões que evidenciam desigualdades não só produzidas pelo capitalismo, mas reproduzidas dentro dele para melhor funcionamento dentro da sociedade.

Maria Bogado (2018) fala sobre as *hashtags* e o modo como as manifestações feministas dessa época são capazes de enfatizar a experiência em primeira pessoa fazendo uso da palavra para narrar publicamente situações vividas em seu íntimo. Ao mesmo tempo em que convocam as singularidades pessoais através da narrativa do “eu”, segundo Bogado, essas manifestações conseguem promover a identificação de todo um grupo por meio do anonimato e da repetição:

No caso das manifestações feministas, se, por um lado, a narrativa provém de um “eu”, por outro ela se dissolve na repetição no grupo que circunda esse “eu”. A narrativa, sem se tornar impessoal, passa a integrar a experiência do grupo, que assume coletivamente a voz individual: “Mexeu com uma, mexeu com todas”. (BOGADO, 2018. p. 36)

<sup>13</sup>“#PrimeiroAssédio: Mulheres compartilham no Twitter primeira vez que sofreram assédio” Disponível em: <[http://www.huffpostbrasil.com/2015/10/22/primeiroassedio-mulheres-compartilham-no-twitter-primeira-vez\\_a\\_21693923/](http://www.huffpostbrasil.com/2015/10/22/primeiroassedio-mulheres-compartilham-no-twitter-primeira-vez_a_21693923/)> Acesso em 31/10/2017.

“Meu primeiro assédio” Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/meu-primeiro-assedio.html>> Acesso em 31/10/2017.

“20 relatos da *hashtag* #meuamigosecreto que precisam ser lidos” Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/blogs/buzz/noticia/2015/11/20-relatos-da-hashtag-meuamigosecreto-que-precisam-ser-lidos.html>> Acesso em 31/10/2017.

Desse modo, a desigualdade e a violência de gênero que acontecem principalmente no ambiente doméstico começam a ser discutidas enquanto reprodução do sistema patriarcal que afeta profundamente a participação das mulheres na vida pública, como vimos no primeiro capítulo. Consequentemente, essa discussão também abre espaço para o questionamento da exploração do trabalho das mulheres negras subjugadas pelo patriarcado racista e pelo capitalismo.

A desvalorização do trabalho doméstico e a questão das empregadas domésticas pode ser enxergada aí. Os avanços em termos de legislação que garante os direitos trabalhistas de domésticas, assim como o maior acesso à renda e educação que as classes populares tiveram durante os anos do governo do Partido dos Trabalhadores, ajudaram a criar um ambiente propício para o questionamento dos privilégios das classes altas. E a questão se mostra ainda mais urgente quando os privilegiados buscam combater os avanços sociais no país, apelando para as ideologias arraigadas na constituição do povo brasileiro citadas por Souza (2009), e manter sua hegemonia.

Podemos pensar o surgimento da página como parte desse contexto, e a rapidez com que se deu desde o relato de Joyce em seu perfil pessoal como uma evidência da urgência dessa discussão. Desde o início, todas as funções da “Eu empregada doméstica” são desempenhadas pela criadora, que é quem recebe, lê e publica os relatos, assim como as demais notícias e denúncias de anúncios abusivos. Assim que foi lançada, logo no primeiro dia de funcionamento, a página recebeu 20 mil curtidas e atualmente<sup>14</sup> esse número está em 162.994 likes e 163.857 seguidores, sendo que a página segue ativa.

Tanto a projeção rápida quanto a intensa atividade da página motivaram o interesse por esse objeto de estudo específico, assim como o fato de se tratar de um espaço, o Facebook, que vem sendo apropriado por pessoas consideradas à margem da sociedade em processos de subjetivação ou na busca por direitos e visibilidade.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica desta dissertação buscou por noções que pudessem auxiliar na compreensão da relação entre os relatos das empregadas domésticas na página, o contexto e a sociedade brasileira, atentando para a configuração de mulheres pobres e frequentemente negras enquanto sujeitos políticos nesse processo. A investigação da constituição do valor do trabalho, então, é feita com o intuito de relacionar o status atribuído

---

<sup>14</sup> 04 de junho de 2019.

para o trabalho doméstico com as questões de classe social, raça e gênero, a fim de demonstrar que o trabalho enquanto valor tem uma constituição complexa.

O fato de o emprego doméstico ser desvalorizado e suas questões serem, muitas vezes, invisibilizadas constitui um problema muito maior do que uma legislação consegue dar conta, embora sua existência seja essencial no processo de mudança de apreensão da atividade e dos sujeitos que a realizam. No entanto, afirmar-se enquanto empregada doméstica ainda faz referência a um lugar extremamente marcado historicamente por opressões de diversos tipos, o que altera a percepção social das pessoas que o fazem.

Assim, ao se apropriarem de sua experiência e se afirmarem no lugar de empregadas domésticas ao compor um relato para a página “Eu empregada doméstica”, as mulheres remetem às diversas opressões constituídas ao longo dos anos e suas reverberações atualmente. Se partirmos da associação entre experiência e representações, como discutida por Simões (2010), podemos pensar que a apropriação da experiência por parte delas é um importante passo na edificação de representações acerca do trabalho doméstico que podem alterar a forma pela qual as próprias mulheres são apreendidas na sociedade, na medida em que a apropriação reconfigura a própria experiência.

Na tentativa de entender como se dá essa reconfiguração, trabalhamos, então, com os relatos, extraindo deles a forma como as empregadas domésticas definem as situações que viveram e posicionam a si mesmas e outros interlocutores na situação. Com isso, apreendemos representações do trabalho doméstico que emergem a partir dos relatos.

O corpus inicial é constituído por 361 posts página “Eu empregada doméstica” dos três primeiros meses a partir da data de criação, período entre os dias 19 de junho de 2016 e 19 de setembro de 2016, coletados em 26 de outubro de 2017. Esse recorte foi escolhido por constituir um período de grande atividade da página por causa da repercussão de sua criação em diversos portais noticiosos da internet<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> “#EuEmpregadaDoméstica: campanha revela abusos sofridos por domésticas em serviço” Disponível em: <<http://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento/euempregadadomestica-campanha-revela-abusos-sofridos-por-domesticas-em-servico.10000064191>> Acesso em 30/072017.

“Os depoimentos mais chocantes do #EuEmpregadaDoméstica” Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/08/os-depoimentos-mais-chocantes-do-euempregadadomestica.html>> Acesso em 30/072017.

“Ex-empregada doméstica lança campanha nas redes sociais para denunciar abusos de patrões” Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2016/07/ex-empregada-domestica-lanca-campanha-nas-redes-sociais-para-denunciar-abusos-de-patroes.html>> Acesso em 30/072017.

““Não era só a minha história”, diz criadora de página que conta relatos vividos por empregadas domésticas” Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/2016/07/21/nao-era-so-a-minha-historia-diz-criadora-de-pagina-que-conta-relatos-vividos-por-empregadas-domesticas/>> Acesso em 30/072017.



Juntamente com os posts, todas as informações adicionais, como quantidades de interações, reações e comentários também foram coletados através do aplicativo Netvizz. A coleta foi realizada em 26 de outubro de 2017, quando o software ainda estava em operação. Essas informações adicionais não foram utilizadas, de modo que a análise ficou centrada no conteúdo dos relatos.

Devido a uma questão da ferramenta, os posts foram extraídos sem pontuação adequada. Optamos por não corrigir com o intuito de não fazer maiores alterações nas falas das mulheres, que são marcadas por traços de linguagem próprios.

Assim, a abordagem inicial dos dados foi feita através de uma análise de conteúdo com objetivo de categorizar os posts para organizar o corpus. Foram selecionados os posts que contêm relatos, excluindo postagens de outros tipos, como compartilhamento de notícias e fotos. Isso foi facilmente feito através do recurso de filtragem do software Excel, no qual a tabela com todas as informações coletadas pelo Netvizz ficou disposta. Em seguida, esses posts foram distribuídos em 6 diferentes eixos temáticos obtidos, mais uma vez, através da análise de conteúdo. Nessa etapa, as categorias criadas para agrupar os posts foram inferidas através da leitura dos mesmos.

Embora existam diferentes modelos de análise de conteúdo, aquela pela qual optamos se baseia na discussão realizada por Fonseca Júnior (2005), inspirado na perspectiva clássica de Bardin (1988). Trata-se de inferir, ou deduzir de maneira lógica, informações sobre os interlocutores dessa comunicação. Nessa perspectiva, a análise de frequências e outros dados quantitativos não é relevante como em outras compreensões da análise de conteúdo. Isso é especialmente importante para nós, tendo em vista toda a discussão sobre apropriação da experiência e constituição de sujeitos políticos que fizemos. Acreditamos que a inferência de categorias a partir da leitura dos relatos é uma maneira de reconhecer que existe algo compartilhado por um grupo de mulheres sem deixar de contemplar suas subjetividades.

A partir dos relatos categorizados, foi realizada outra leitura de cada um deles sob inspiração da análise de enquadramento de Goffman (2012), tendo em mente a busca por extrair como as empregadas domésticas compreendem o que houve em cada situação – *o que aconteceu ali* –, atentando não só para a forma como elas realizam uma autodefinição e uma autoavaliação, propostas por Collins (2016), mas para a importância disso no processo de apropriação e reconfiguração da experiência. A ideia é que elas, ao se apropriarem da experiência, se constituem como sujeitas que se autodefinem (mesmo que essa autodefinição seja feita em relação a uma norma existente) e se autoavaliam, na medida em que conseguem posicionar suas

histórias dentro daquela página e identifica-las como vivência de empregada doméstica como um coletivo.

Para isso, o movimento analítico se configura em, primeiramente, atribuir a cada relato uma *definição da situação*, tendo como base o principal problema relatado nela. A partir disso, foi possível apreender informações sobre qual tipo de problema elas mais relatam sofrer e como caracterizam esse sofrimento. Então, será possível verificar quais os problemas mais evidentes e passíveis de tematização por parte delas e o modo como tematizam – configurando as representações acerca do trabalho doméstico que buscamos nesta análise.

O grande número de posts impossibilita que façamos a descrição detalhada da análise de cada um deles. Desse modo, através do mesmo padrão de análise de conteúdo usado para obter os grupos temáticos de relatos, foi feito um segundo movimento de encontrar temáticas semelhantes no interior dos seis grupos de relatos para que sejam melhor apresentados, de acordo com o tipo de situação que as autoras relatam sofrer. De cada temática, são reproduzidos trechos ou relatos na íntegra de modo a representar, nas palavras das próprias mulheres, as circunstâncias dos acontecimentos narrados.

De posse da definição da situação, também será possível perceber como as próprias mulheres se definem em relação a elas. Um exemplo disso é, se uma mulher relata sofrer racismo, de certo modo ela se define, então, como mulher negra. Por meio disso, também será possível entender como as mulheres se posicionam em relação às definições feitas pelos outros atores implicados na situação, revelando representações dessas mulheres a partir dos relatos assim construídos.

Por meio desses movimentos, é possível apreender como a reconfiguração da experiência se dá através da página. Tudo isso para entender como, através dos relatos, essas mulheres são capazes de reconfigurar uma experiência que poderia ser interpretada apenas como parte do cotidiano de trabalho como uma experiência compartilhada de um problema social. Então, será possível também identificar o que essas mulheres estão afirmando em relação a ser empregada doméstica no Brasil e o que isso diz da sociedade brasileira, ou seja, apreender as representações ali construídas em torno dessa temática.

Desse modo, esquematicamente, a análise é estruturada nos seguintes passos:

- Filtragem dos posts para separar os relatos.
- Categorização dos relatos por eixos temáticos inferidos através da leitura.
- Análise de enquadramento dos relatos dentro de suas categorias, dando a ver como são definidas as situações pelas mulheres.

- Análise do posicionamento das mulheres em relação à situação e seus outros participantes.
- Articulação dos resultados dos passos anteriores com o contexto da página e o contexto brasileiro.
- Apreensão das representações em torno de ser empregada doméstica e do trabalho doméstico no Brasil contemporâneo.

## 4 ANÁLISE

Filtrando os 361 posts da página, separando somente aqueles que consistem em texto (excluindo, dessa forma, fotos e links), encontramos 228 posts. Eles se dividem em relatos das próprias empregadas domésticas, relatos de Joyce (que tem a ver tanto com o cotidiano de administradora da página quanto com as memórias dos tempos de empregada doméstica), histórias de familiares de empregadas, na maioria filhos e netos, ou ainda de terceiros que presenciaram situações marcantes.

A tentativa de agrupar os relatos em temáticas é desafiadora porque muitos deles retratam mais de uma questão, um problema. E como bem vimos na teoria, essas questões geralmente estão conectadas entre si. Entretanto, tentamos construir o agrupamento com base na problemática a qual é mais dada ênfase em cada relato. Existem alguns relatos que estão presentes em mais de um grupo ao mesmo tempo, dada a relevância do problema narrado para a configuração da situação e da sujeita implicada nela.

A partir disso, encontramos seis diferentes grupos de relatos. Aos agrupamentos demos os nomes de acordo com as temáticas: relatos de Joyce, privação de condições básicas, degeneração ético-moral, violência física e sexual, racismo e xenofobia e gratidão e relatos positivos.

O maior agrupamento de todos é “privação de condições básicas”, composto por 100 posts. Denominamos assim porque são relatos em que às mulheres foi negado algo fundamental para que pudessem simplesmente viver bem. A negação às empregadas domésticas de alimentação de qualidade, semelhante à dos patrões, é um dos temas mais mencionados pelas mulheres e familiares em seus relatos. Em sequência, temos a negação de cama para dormir, condições de trabalho análogas à escravidão e recusa em realizar pagamento.

Em seguida a esse grupo, temos os relatos que tratam de “degeneração ético-moral”, com 87 relatos. Nessa categoria, agrupamos o que consideramos práticas abusivas mais relacionadas a um nível discursivo, situações nas quais foi dito ou subentendido que as mulheres não eram merecedoras do que ganhavam ou que deveriam receber menos pelo que faziam e ainda situações em que foram atacadas verbalmente de outro modo. Assim, nessa categoria, presenciamos relatos de humilhações, xingamentos, rebaixamentos, depreciação tanto das pessoas quanto das atividades que realizam. Alguns relatos trazem casos mais graves de violência psicológica, em que as mulheres relatam ter sido vítimas de ameaças por parte dos patrões.

Após essa temática, a terceira maior quantidade de relatos diz de “violência física e sexual”, com 29 posts. Aqui foram incluídos relatos de mulheres que sofreram assédio sexual, tentativas de estupro, estupro por parte de patrões e filhos de patrões, além de humilhação de caráter sexual de patroas. Relatos de agressão física no ambiente de trabalho, omissão de socorro em caso de acidente, encarceramento na casa dos patrões também foram reunidos nessa categoria.

Embora tenhamos a compreensão de que o racismo está presente e possui relação com as demais categorias, separamos os relatos que falam exclusivamente sobre “racismo e xenofobia” em uma categoria própria, que conta com 18 relatos. Isso porque muitas mulheres não chegam a mencionar se são negras ou nordestinas nas situações anteriores, mas em alguns relatos, a questão da raça e da região de origem aparecem como fator decisivo na maneira como são tratadas por patrões. Assim, nessa categoria, foram incluídos os relatos em que as mulheres foram depreciadas por sua cor ou pela origem nordestina; às vezes, pelas duas coisas.

Outra questão que aparece em um certo volume de relatos é a gratidão que algumas empregadas ou seus familiares têm em relação a determinados patrões, familiares, locais de trabalho ou mesmo à página “Eu empregada doméstica”. Por isso, reunimos 20 posts em uma categoria própria, que dá a ver os mecanismos pelos quais as empregadas domésticas e suas famílias se sentem, no mínimo, apreciadas.

Um outro grupo de 72 postagens configura um relato maior de Joyce Fernandes, composto não só de fragmentos da sua história como empregada doméstica, como também da história da página e do seu dia-a-dia enquanto militante em favor das empregadas domésticas e mulheres negras periféricas. Mesmo que alguns dos relatos de Joyce também apareçam em outras categorias, eles foram agrupados nessa como uma forma de refletir sobre a presença e a participação dela na constituição dessa representação de empregada doméstica presente na página criada por ela.

Por esse motivo, escolhemos começar a apresentar a análise pelos relatos de Joyce. Em seguida, partiremos para o maior grupo de relatos, privação de condições básicas, e seguiremos em ordem decrescente entre os grupos que tratam de denúncias de sofrimento. Fecharemos a análise com o grupo de relatos positivos e de agradecimentos, tendo em vista a sua particularidade em relação aos demais.

#### **4.1 Relatos de Joyce**

A história da criadora da página “Eu empregada doméstica” Joyce Fernandes, Preta Rara, motiva seu trabalho de reunir e publicar relatos de outras mulheres. Como já mencionamos anteriormente, o relato que deu início a toda movimentação em torno da *hashtag* #Euempregadadoméstica começou depois de uma seção de terapia da criadora, em que ela resgatava acontecimentos de seu passado como empregada.

Ao longo dos três primeiros meses de funcionamento da página, Joyce fez 72 postagens. Dessas, 13 são relatos de seu passado como empregada doméstica e, portanto, relatos pré-criação da página, e as outras 59 postagens são relatos pós-criação. Os posts com relatos pré-página se assemelham e até estão nos outros grupos de relatos analisados. Já os pós-página tratam de situações vividas por ela em decorrência da criação da página, entrevistas, notícias sobre seu trabalho para desenvolver outros tipos de conteúdo que trouxessem a voz das empregadas domésticas (como livro e documentário). Além disso, há poesias, comentários sobre o cenário político e posicionamentos sobre determinados temas e acontecimentos, além de informações úteis para mulheres em geral e empregadas domésticas (assistência jurídica, como denunciar violência doméstica) e informes sobre o funcionamento da página.

A nossa intenção com esse tópico é demonstrar como Joyce se utiliza da página, instrumento criado por ela para dar visibilidade às histórias das domésticas tanto na tentativa de lutar contra os abusos sofridos por elas como de constituir a si mesma como sujeito. Com o avanço da página, Joyce constrói uma narrativa de si mesma em torno da luta pelos direitos das domésticas e das mulheres negras, afirmando-se enquanto mulher negra, periférica, ex-empregada doméstica, feminista e militante dessas causas.

Por meio desse movimento dela, conseguimos perceber que a questão da autodefinição e autoavaliação colocadas por Collins (2016) está presente na ação Preta Rara. Ao encarar os sentimentos fruto das situações experienciadas como empregada doméstica no passado e que retornam para ela em terapia, ela se coloca nesse lugar de mulher que já sofreu abusos e exploração no cotidiano da atividade que exercia. A partir disso, se posiciona como agente central dessa produção de uma narrativa sobre o trabalho doméstico que é contextual e subjetiva, mas que também é histórica e social. Semelhantemente a Conceição Evaristo (2007) com sua escrita, Preta Rara utiliza seu trabalho como lugar de autoafirmação de sua condição de sujeito no mundo.

Essa construção de Preta Rara é essencial para que a página seja o que é e tenha atingido tal visibilidade. Seu primeiro relato funciona como faísca para dar partida no motor de todo esse movimento que continua em cada relato posterior, seja do passado, reforçando o pertencimento dela a essa classe de mulheres, seja do presente e do futuro, mostrando que ela

continua em atividade e trabalhando por si e por outras mulheres. Preta Rara segue a impulsionar e manter a página ativa, mesmo depois de quase três anos, reafirmando-se no seu papel de mulher negra, periférica, ex-empregada doméstica, militante com a consciência do valor de seu trabalho (no presente e no passado), de sua projeção e daquilo que ainda pode fazer por ela e pelas mulheres com histórias de vida e trabalho semelhantes.

#### **4.2 Privação de condições básicas**

O grupo de relatos que identificamos com o nome privação de condições básicas é composto por 100 relatos. Eles foram agrupados nessa categoria por entendermos que, em suas falas, as mulheres contam sobre situações em que a elas foi negado algo que compreendemos como básico para se ter dignidade na vida e no trabalho.

Se recuperarmos o diagrama de Deranty (2009) sobre os eixos que representam a relação entre as três esferas que compõem o trabalho – eixo *ego-real*, correspondente ao sujeito que encara os desafios da tarefa, eixo *real-others*, equivalente à eficiência da ação do sujeito e eixo *ego-others*, que traz o significado da técnica para a sociedade – tendemos a localizar as situações aqui descritas como fatos que irão dificultar ou até menos impedir que os sujeitos tenham condições de minimamente cumprir com tarefas prescritas. A privação de condições básicas implica ações que afetarão a capacidade das mulheres de se relacionar com o trabalho para além da atividade de doméstica e também de se relacionar com o mundo para além da atividade de trabalho.

Dos relatos, 50 são exclusivamente em primeira pessoa, ou seja, relatam situações vividas pelas próprias autoras, 38 relatam situações vividas por outras pessoas (mães e avós, em sua maioria) e 12 contam histórias das próprias autoras e de alguma outra pessoa.

As situações descritas foram identificadas como: negação ou separação de alimentos, acomodações precárias, cerceamento da liberdade, falta de especificação do horário de trabalho (que inclui a ausência de horários de almoço e descanso) e das tarefas a serem cumpridas, trabalho infantil doméstico, recusa em pagar salário ou quantia compatível com o serviço, impedimento de frequentar a escola, privação do convívio familiar, condições análogas à escravidão, não fornecimento de material de trabalho adequado e, ainda, a negação em cumprir com obrigações trabalhistas (carteira assinada, férias, acerto, etc).

Entendemos que é complicado falar do cumprimento das obrigações trabalhistas tendo em vista que a maioria dos fatos relatados não possuem data e se referem a acontecimentos com avós e mães, indicando estarem mais antigos na história, e os direitos trabalhistas só tenham

sido plenamente conquistados pelas empregadas legalmente em 2015. Apesar disso, o assunto é tematizado dessa forma ou de forma semelhante por diversas pessoas que escrevem para página e o entendimento de que deveria haver algum tipo de garantia em termos de direitos trabalhistas caracteriza a percepção de uma privação.

A questão do trabalho infantil doméstico também é delicada e polêmica<sup>16</sup>. Ela é abordada aqui enquanto privação da infância dessas mulheres, que, “contratadas” para trabalhar desde cedo como domésticas, têm seus anos que deveriam ser de aprendizado e proteção substituídos por uma socialização para o trabalho doméstico mais precoce e ainda mais perversa que a de meninas que não trabalham.

Dito isso, passamos para a análise da primeira temática dentro desse grupo. A situação que é mais frequentemente relatada é a negação dos patrões em fornecer alimento ou a recusa em partilhar o que os mesmos comem com as empregadas, que é citada em 60 dos 100 relatos. A privação do alimento é entendida por algumas domésticas e outros autores de relatos como uma grande humilhação e retrata a mesquinha dos patrões ou ainda a superioridade com a qual eles tratam suas funcionárias:

Minha mãe grávida de mim trabalhava numa casa que quando a patroa foi viajar jogou toda comida fora pra minha mãe não comer.

[...] No segundo dia de serviço fiz o almoço conforme ela pediu e fui p lavanderia esperar eles acabarem de comer pois não podia ficar na cozinha com fome e ansiosa para poder almoçar vi ela saindo da sala e recolhendo umas comidas na geladeira ela mesmo fez um mexido pos num prato e me deu p comer. A comida estava azeda daquelas q chega a babar. Chorei mais como estava com fome comi assim mesmo [...]

[...] a D. da casa é uma dondoca mesquinha que vive pra gastar o dinheiro do marido e ser servida. Um dia na hora do jantar usei um pouco de pimenta do reino dela para colocar no meu prato. A mulher fez um escândalo disse que aquilo era muito caro que aquelas pimentas era dela e da família dela. Não era pra eu usar na comida da empregada. - Onde já se viu? Uma pimenta de 17 reais (só porque vinha naqueles moedores) a empregada colocar no prato. No dia seguinte comprei as pimentas com moedor mais caras do supermercado levei pra casa dela. usava em todas as comidas da casa colocava na mesa a minha pimenta oferecia para os convidados dela usava a rodo. Eu sentia o constrangimento e a raiva dela mas ela não podia fazer nada eu estava sendo legal. Uns 3 anos depois vocês não sabem o que eu encontro vencida bem escondidinha. AS PIMENTAS. Era tão caras e ela deixou apodrecer.

Os relatos acima são exemplos de como as mulheres narram as privações de alimento impostas por patrões a empregadas e o sentimento de rebaixamento que a atitude provoca,

---

<sup>16</sup> CAL, Danila. Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder, resistências. Salvador: EDUFBA, 2016.



levando a reações distintas, mas evidenciando a reivindicação por um tratamento respeitoso e igualitário. A frequência com que esse tema aparece e o modo como as empregadas narram, revela que essa separação do alimento é uma atitude simbólica para marcar a distinção entre patrão e empregado, entre quem tem direito a acessar certo tipo de recurso e quem não tem.

As comidas negadas geralmente são frutas, doces, refrigerantes, especiarias, azeites, considerados mais nobres em relação a outros itens populares, que não estão necessariamente ligados a uma alimentação para a sobrevivência, mas a uma alimentação para o prazer ou para a “saúde”. A privação do alimento ou da obtenção de prazer com a alimentação é uma forma de subjugar, oprimir e também controlar essas mulheres em seus locais de trabalho. Por estarem trabalhando, elas não poderiam obter prazer nem por via da comida, já que, no pensamento dos patrões, o prazer é destinado às horas de lazer, que, para a empregada, não correspondem às horas de trabalho na casa deles.

Nesse sentido, o pensamento sobre o trabalho que parece vigorar entre os patrões lembra aquele presente entre os pensadores gregos que, segundo Migeotte (2005), discerniam claramente aqueles que tinham o direito ao lazer, cidadãos, e aqueles que não possuíam, trabalhadores e demais classes.

Aliada à privação da comida, a proibição de sentarem-se à mesa no momento das refeições é algo que aparece frequentemente nos relatos que tratam de alimentação:

Minha mãe me contou um Caso que quando trabalhava em uma certa casa não era permitido comer no mesmo lugar que os patrões era necessário comer no lugar da empregada preparava tudo e colocava sobre a mesa mas ela não era permitida a sentar isso a incomodava muito.

Comecei a trabalhar com 9 anos em casa de família passei por tantas humilhações vou citar somente algumas desde a fazer refeições separadas a não usar talheres de patrão[...]

Sentar-se à mesa de casa é um privilégio que os patrões, por estarem em seu horário de almoço, têm, em detrimento das empregadas que, por estarem em horário de trabalho, não podem nem comer, quanto menos sentarem-se junto aos patrões. Além de, fisicamente, ser uma maneira de dizer que as empregadas não ocupam o mesmo lugar que os patrões, simbolicamente, ajuda a reforçar a opressão e a separação de quem serve de quem é servido, numa relação que é muito mais que uma relação de trabalho. Isso porque, combinadas, as privações de comida e convívio à mesa dão a entender que essas mulheres não são dignas das mesmas coisas que os patrões por causa de sua condição social que as sujeita a trabalharem como domésticas e, portanto, a aceitarem essas privações.

É um modo perverso de lembrar quem merece e quem não merece certos privilégios, de acordo com a ideologia meritocrática economicista que vigora entre as classes médias e altas no Brasil, segundo Souza (2009). Isso aparece aqui por meio da questão da valorização do trabalho intelectual em detrimento do braçal e da diferenciação feita entre trabalho produtivo e reprodutivo, designando claramente quem tem direito a desfrutar do lazer ao comer e do convívio social porque “se esforçou para isso”. Além dos baixos salários, das condições sociais ruins, as mulheres pobres no seu ambiente de trabalho sofrem não só com a reafirmação da sua condição precária, mas também com a culpabilização por ela.

Um outro modo em que a reafirmação e a culpabilização pela condição precária aparecem é na privação de uma definição clara entre horário de descanso e horário de trabalho. Situações desse tipo são contadas em 31 relatos, sob forma de recusa dos patrões em dar folgas, inexistência de horários de almoço e de horário de trabalho fixo (com hora para entrar e para sair):

Minha família muito pobre veio do Paraná para morar em Minas então quando chegamos eu era caçula de uma família de 5 irmãos e minha mãe estava grávida. Passamos muito aperto então tínhamos que nós virar eu minha mãe e minhas 3 irmãs mais velhas trabalhamos como domesticas as coisas que me marcam imagino que para a grande maioria é : \*excesso de tarefas e horários abusivo em uma das casas que trabalhei na (pior delas) eu tinha horário para chegar e sair era de 7 as 17 pois tinha aula as 17:30 se não ficava até mais tarde tudo que vocês pensarem eu fazia buscava menino em escola fazia dever de casa compras dava banho em cachorro e como não trabalha aos sábados porque eles são adventistas tinha de ir aos domingos de manhã também! \*Baixo salário por esse horário eu recebia a miséria de meio salário

Eu trabalhava em uma casa baba mais fazia de tudo para ajuda até no dia 25 meu patrão chegou com as compra mais de 23 horas q eu guardasse tudo só como estava cansada não ouvi então as uma da manhã q ela chegou foi me chama para reclama porque ele disse eu fingi q estava dormindo sento eu acordo a as 5:30 para por umas das meninas para escola.

Essa questão é dificultada pelo fato de muitas, senão a maioria das mulheres, viverem em condição de trabalho irregular, sem carteira assinada, às vezes residindo junto aos patrões. Mas, mesmo quando a situação é regularizada, a falta de fiscalização faz com que muitas mulheres cumpram hora extra sem receber por isso.

Em alguns casos, a situação se torna, claramente, uma relação análoga à escravidão. Isso porque, como fica descrito em nove relatos do grupo, muitas mulheres são privadas não só do horário de descanso, mas também do convívio social e dos familiares:

Trabalhei de caseira doméstica durante 4 anos não podia receber amigos em casa não podia sair de casa os patroes só vinham no fim de semana chegavam de madrugada e eu era obrigada a ficar acordada esperando pra abrir o portão da garagem durante a semana eles ligavam toda hora e tinha q atender senão a

Patroa falava: onde você estava? Por q vc demorou pra atender o telefone vc tá aqui é pra trabalhar.

Nesses casos, a questão da meritocracia, já mencionada anteriormente, emerge como forma de torturar essas pessoas já de vida sofrida. Por não terem, muitas vezes, instrução e conhecimento acadêmico que seja valorizado pelo mercado de trabalho, elas sofrem por meio da privação de condições minimamente dignas para “merecerem” os baixos salários que ganham, muitas vezes pagos por pessoas que mal possuem condições de sustentar uma funcionária particular e garantir todos seus direitos. E aqui o patriarcado pode ser visto acirrando as disputas entre as próprias mulheres, como Biroli (2017) e hooks (2019) afirmaram que é comum acontecer. Isso porque a necessidade de contratar alguém diante da impossibilidade de cumprir com o papel socialmente designado de donas de casa e mães cria nelas uma espécie de rancor das empregadas que estão sendo pagas às custas de um salário não tão alto e de uma jornada turbulenta em comparação com a masculina.

Assim, as próprias mulheres que sofrem com questões relacionadas à exploração de seu trabalho no ambiente doméstico acabam por causar o sofrimento de outras mulheres. Isso porque são levadas a acreditar que por terem outros empregos ou condições de contratar uma pessoa para se ocupar dos serviços domésticos, merecem horário de descanso, convívio familiar e a total “liberdade” das tarefas domésticas. Devido, muitas vezes, à total ausência masculina na participação dos afazeres domésticos, as empregadas se tornam as únicas pessoas que podem livrar as mulheres do fardo do serviço de casa. Tal situação faz com que sejam penalizadas por não proporcionarem livramento completo do serviço, já que, mesmo cumprindo as tarefas, grande parte da carga mental do trabalho doméstico ainda é da patroa. Isso incluiria “manter a ordem da casa” ao lidar com e supervisionar empregados.

Apesar disso, os casos mais extremos de cerceamento da liberdade, como o apresentado no trecho acima, dão a entender que o aspecto mais problemático da questão das empregadas domésticas no Brasil ainda remete à escravidão, tanto pelo caráter da atividade em si quanto pela forma como esses relatos revelam que elas e seu trabalho são encarados. Schwarcz e Starling (2015) afirmam que, na época da escravidão, “todo trabalho físico e que demandasse esforço era considerado aviltante, e assim relegado aos africanos” (SCHWARCZ; STARLING, 2015. p.95). Embora todos os casos que citamos até aqui, das diferentes privações, possam ser pensados como motivados por um pensamento atualizado, muitas patroas e patrões tratam as empregadas como se fossem suas propriedades, considerando que, se não vão dar nenhum tipo de lucro, que pelo menos não deem prejuízo.

Nesse cenário, as diversas privações podem ser enxergadas como a maneira pela qual patrões levam vantagem na relação custo-benefício de se ter uma empregada, como as elites coloniais levavam vantagem na utilização de mão de obra escravizada, oferecendo aos cativos as piores e mais baratas condições de sobrevivência possíveis. A relação de trabalho muitas vezes é a última coisa presente na forma como essas mulheres são tratadas e vemos isso também no modo como são privadas de acomodações dignas para descansar, fazer suas necessidades e viver com o mínimo de dignidade, como relaram em 20 postagens desse grupo.

É curioso e triste notar como o descanso digno e o sono, por exemplo, são vistos como um privilégio das pessoas que já “conquistaram o pão do seu dia”. A forma como são obrigadas a se acomodarem em quartos pequenos, quentes, apertados, colchões de má qualidade ou até mesmo tapetes e sofás, revela que os patrões pensam que, mesmo no momento de dormir em suas casas, as empregadas ainda estão em horário de trabalho e, portanto, não devem dar prejuízo ficando paradas ou desfrutar de nenhum prazer que possa ser obtido por meio daquela atividade. O que deve ser oferecido, mais uma vez, é o mínimo para sobreviver, o mínimo para cumprir com suas obrigações para uma pessoa que “fez o mínimo para vencer na vida”:

Bem na verdade não era um quartinho eu trabalhava de folguista nos finais de semana pra uma família de médicos bastante conhecida de Recife tinha um quartinho pra empregada mais como já tinha outra pessoa trabalhando lá ela dormia nesse quarto que era muito pequeno mesmo é só dava ela eu dormia num colchonete velho bem fino no chão na área da mini lavanderia entre a máquina de lavar e os baldes fazia um frio terrível lá e os lençóis era bem finos e um travesseiro velho

Na primeira casa em que trabalhou e viveu os patrões não ofereceram-na um quarto uma cama ou qualquer dignidade. Deram-na um TAPETE NO CHAO para dormir.

Minha mãe é empregada domestica e já passou por muitos maus bocados na vida. Lembro-me de um deles quando eu tinha mais ou menos seis anos em Caruaru e minha mãe passava a semana na casa da patroa num quarto muito pequeno perto da garagem mal cabia à cama e não tinha luz. E lá minha mãe tinha que levar minha irmã caçula e só voltava no fim de semana pra casa.

Minha mãe foi mãe muito novinha e por isso acabou tendo que trabalhar desde cedo em diversos empregos e por não ter ensino superior acabou trabalhando anos como doceira e salgadeira de um buffet. Lembro que ela dormia num quartinho no andar superior seu colchão tinha cheiro de xixi de cachorro porque antes era o colchão do cachorro além de ter um buraco enorme no meio do colchão. Ela dormia no emprego e trabalha das 7 às 21hs e só tinha direito a pausa pra comer (a pausa era de 30 min).

De modo semelhante, o trabalho infantil doméstico (retratado em 12 postagens) e a privação de educação (seis postagens) “ensinam” às meninas pobres, desde muito jovens, qual

é o “seu lugar”. Isso sob a oferta disfarçada de uma chance de melhorar na vida, tentando fazer o trabalho parecer uma oportunidade ou o único caminho que podem seguir:

Falando em uma reunião de família sobre a existência dessa página minha avó pediu para contar sua história. Ela ficou órfã muito nova o problema é que minha avó foi parar na casa de uma tia que a transformou em empregada doméstica: ela tinha cerca de 12 anos e era obrigada a lavar passar cozinhar limpar não tinha direito de ir a escola.

Minha mãe empregada doméstica a vida inteira quando meu avô morreu minha avó teve que vender as terras deixadas por ele em Glicério distrito de Macaé (RJ) e vir para o a cidade do Rio de Janeiro isso nos anos 1940. Minha avó foi ser caseira em um sitio no Recreio dos Bandeirantes (RJ) e as filhas foram se empregar em casa de família minha mãe então com 09 anos de idade. Minha mãe contava que a mulher que a criou colocou-a para aprender a ler. E certo dia ela criança toda empolgada leu uma receita para ela e ela disse-lhe: ótimo que você aprendeu a ler para o que você vai ser não precisa mais estudar minha mãe ficou arrasada e quando eu cresci ela me deu a oportunidade de fazer uma faculdade sou Assistente Social com MBA. Sou grata a ela por tudo que sou.

Por necessitarem de um mínimo para sobreviver ainda crianças, algumas dessas mulheres são, desde novas, obrigadas a fazer por merecer sua sobrevivência. Assim, são privadas do direito à infância, à proteção para aprender, brincar e ter uma socialização com dignidade no tempo certo. E mesmo nos casos em que as patroas não impedem as meninas de frequentarem a escola, elas estão, conseqüentemente, sendo privadas de adquirir o capital cultural, de acordo com Souza (2009); ou, ainda, o tipo de conhecimento que é valorizado pelo mercado de trabalho e que permitiria que ascendessem socialmente no futuro, porque o tempo e o desgaste físico e mental que têm em decorrência das tarefas domésticas podem se tornar empecilhos para a aprendizagem.

Até o momento, o que foi apresentado nessa análise ajuda a elucidar os motivos pelos quais o cumprimento das obrigações trabalhistas por parte dos patrões ou o pagamento apropriado para as atividades realizadas pelas empregadas (presentes em 36 relatos) é tão difícil de ser conquistado:

A minha família toda já trabalharam ou ainda trabalham de doméstica eu nunca trabalhei nessa área mas sei da histórias que meus familiares contam e uma me chamou a atenção certa vez uma prima me contou que a patroa dela acha um absurdo essa nova lei das domésticas. Ela disse assim ...meu amor não é por nada mas não é justo uma empregada doméstica ter os mesmos direitos que uma secretária é questão de justiça elas tiveram pelo menos alguma preparação para trabalhar. Minha prima chorou ao me contar é um absurdo achar que eles estão abaixo de qualquer coisa... muito triste e ela continua trabalhando lá.

O tipo de trabalho que é valorizado, juntamente com a ideia do mérito e a atribuição desigual das tarefas domésticas aos gêneros se fazem fortemente presentes nessas situações em

que as mulheres descrevem as principais privações às quais foram e são submetidas ao longo de suas vidas como empregadas domésticas. Por meio de tudo que foi colocado, podemos refletir que, ao voltarmos a questão triangular do trabalho de Deranty (2009), o significado dado ao trabalho doméstico pela sociedade apresenta um valor negativo – tido como um gasto ou prejuízo para patrões – que é alimentado por um ciclo em que as empregadas domésticas são privadas das condições básicas para exercer uma atividade que possa ser entendida como eficaz e importante em uma sociedade.

A carga simbólica que essas privações carregam é gigantesca e corrobora para a construção e reprodução de uma imagem de empregada doméstica como subalterna, inferior, como alguém que “deveria ser grata pela oportunidade que está tendo”, a quem não é permitido reclamar, pois “recebe mais do que merece” dadas as condições. Tudo isso aliado ao risco de não terem mais empregos e não conseguirem sobreviver, impacta fortemente a construção dessas mulheres enquanto sujeitos na sociedade.

Nesse sentido, os relatos têm o papel importante de fazer com que essas mulheres pelo menos repensem toda essa construção simbólica e se coloquem frente a ela como sujeitas de suas próprias histórias, podendo confrontar a imagem que é feita de empregada doméstica por patrões e pelo resto da sociedade e participar ativamente da construção de outra.

#### **4.3 Degeneração ético-moral**

O grupo nomeado degeneração ético-moral é composto por 87 relatos. Desses, 49 são exclusivamente em primeira pessoa, 27 são em terceira pessoa e 11 trazem histórias em primeira e terceira pessoa ao mesmo tempo.

Nomear esse grupo foi uma tarefa desafiadora. Inicialmente, foi dado o nome de violência psicológica. Entretanto, o nome não parecia adequado tendo em vista o conteúdo dos relatos, que são compostos de distintas situações em que os instrumentos usados para maltratar as empregadas não são materiais ou físicos. Apesar dos acontecimentos narrados nesse grupo poderem ser considerados violência psicológica, as situações que aparecem em relatos de outros grupos também podem ser consideradas como tal. Assim é o caso da privação de condições básicas, em que a negação constante de algo essencial para viver com dignidade fere psicologicamente diversas dessas mulheres.

A presente categoria se refere a ações que não configuram privação de nenhuma condição básica nos termos de sobrevivência do corpo ou condições para viver e trabalhar. O que acontece na maioria desses relatos são situações em que essas mulheres são ditas ou

confrontadas discursivamente como inferiores enquanto seres humanos, como se a condição de domésticas as fizesse menos gente.

No processo de pensar esse grupo de relatos, outro termo que apareceu como sugestão foi violência simbólica. Entretanto, assim como no caso da violência psicológica, a violência simbólica também está presente em atitudes relatadas em outros grupos e não se encaixa aqui como uma categoria que indique de forma mais clara qual o real conteúdo daqueles relatos, quais suas semelhanças e o que os coloca lado a lado.

Tendemos a pensar que as ações relatadas nesse grupo estão mais a nível discursivo, em que o meio usado para oprimir essas mulheres não é físico ou material. O que é atacado diretamente aqui é o “ser social” dessas mulheres – em que valores são colocados em xeque na relação entre patrões e empregada. Acreditamos que isso ficará mais claro ao longo da apresentação dos tipos de situações presentes nos relatos.

Nesse grupo, encontramos situações que nomeamos de rebaixamento, intimidação, ofensa, acusação falsa, ridicularização, depreciação, vexação, supervisão exagerada, desconfiança, entre outras. Assim como nomear o grupo de relatos foi difícil, fazer esse segundo movimento de análise de conteúdo para entender a caracterização das situações das mulheres também foi difícil, de forma que muitos relatos causaram dúvida quanto a essa segunda classificação. Apesar disso, o objetivo não é obter uma frequência exata de cada tema, mas sim o que eles dizem das situações de degradação ético-moral que as empregadas relatam sofrer e o que isso diz sobre ser empregada doméstica no Brasil. Portanto, as situações foram categorizadas e agrupadas de acordo com o que mais se destacava na fala, segundo nossa análise.

As situações mais frequentemente relatadas são as que nomeamos de rebaixamento, que aparecem em 44 dos relatos, entendidas aqui como falas e atitudes com objetivo de diminuir a pessoa em seus status como ser humano membro da sociedade, dando a entender que essa pessoa é pior ou menos importante ou ainda que ela não entende sua posição subalterna na sociedade. Encontramos uma expressão usada pelas mulheres que tende a caracterizar bem essa situação, a de “serem colocadas em seus lugares”:

Eu já fui empregada doméstica em um dos lugares que trabalhei eu fui babá de 3 meninos por muitas vezes agi como se eu fosse da família sempre tinha algum parente dos patrões para me colocar no meu lugar eu me sentia injustiçada mas sabia que a culpa era minha por me envolver emocionalmente fiquei doente e não quero nunca mais trabalhar de empregada doméstica.

Trabalhei 4 anos em uma casa comecei tinha 15 anos. Era muito humilhada porque era menina do interior eu fazia tudo que eles mandavam. Com o passar dos tempos eu não aguentava mais ficar naquela casa comecei a agir de forma

diferente e a minha ex patroa não aceitava ser contrariada e por isso queria me humilhar mais ainda para mostrar qual era o meu lugar. Um dia ela mandou eu esquentar o leite para ela eu esquentei e deixei no fogão que ficava perto da mesa. Pois ela me obrigou a colocar o leite na xícara dela na hora me veio o pensamento de jogar o leite quente encima dela. Depois sai de lá e rezo pra nunca mais ter que ver a cara daquela mulher. Tive que fazer tratamento no psicólogo pois sempre me sentia inferior a outras pessoas.

Chegando na casa que minha tia trabalhava eu toquei a campainha saiu uma senhora de cara fechada que sequer saiu da varanda e já gritou que não tinha esmola pra dar foi quando eu sem jeito e com vergonha perguntei se podia falar com a Cleide sua empregada. Ela já furiosa grita ainda mais alto que não era pra eu tocar a campainha da casa dela pra falar com serviçal que esperasse ela sair do trabalho bem longe do portão dela e voltou pra dentro batendo com força a porta.

[...] Na falta de opção de outro trabalho fui ser empregada doméstica. Dentre os muitos absurdos: 1) - O que vc quer cursando Administração? Só tem a própria vida para administrar? [...] 7) O pior de tudo é que eles perpetuavam aos filhos a forma degradante de tratar os empregados domésticos. Tanto é que saí desse trabalho quando a menina tinha menos de 03 anos mas já me tratava mal por ser empregada.

Nesses relatos, há uma marcação clara dos lugares que situam patroa e empregada na relação ali estabelecida: colocar a empregada no seu lugar significa posicioná-la como inferior, como alguém a serviço dos donos da casa. Como se não bastassem falas e comportamentos que dessem a entender isso, o rebaixamento também aparece para essas mulheres na obrigatoriedade, em certos serviços, do uso dos uniformes:

A patroa sabia que eu trabalhava pra ela nunca entendi pq ela me obrigava a usar branco quando eu tinha que tomar conta do filho dela na rua nas festas no supermercado e em outros lugares públicos. Será que era pra deixar bem claro para as outras pessoas qual era o meu papel na vida daquela família?

Um dos dias mais constrangedores da minha vida foi ter que ir uniformizada de babá para uma festa de casamento. Além da noiva somente eu vestia branco para deixar bem claro para os presentes que eu não era convidada.

Esses relatos evidenciam, dentre outras coisas, que patrões e pessoas de seu círculo social agem constantemente para reafirmar uma separação entre eles e as empregadas. Essa separação não é inaugurada na relação de emprego doméstico, muito menos restrita a ele. Sobre isso, Shwarcz e Starling (2015) afirmam:

Se a casa-grande delimitava a fronteira entre a área social e a de serviços, a mesma arquitetura simbólica permaneceria presente nas casas e edifícios, onde, até os dias que correm, elevador de serviço não é só para carga, mas também e, sobretudo, para os empregados (SHWARCZ; STARLING, 2015. p. 92)



Não bastasse as privações a que muitas são submetidas, situações e diálogos são criados com o intuito de estabelecer e reforçar uma hierarquia que vai além da relação de trabalho e se torna opressão. Várias das atitudes relatadas imprimem nas mulheres o sentimento de que são ou deveriam ser menos importantes, menos valorizadas ou pior tratadas por causa de sua condição social, econômica, trabalhista, racial e de gênero. Se pensarmos nos valores positivos relacionados pela sociedade a cada um desses aspectos, veremos que as empregadas domésticas se encontram no outro polo, e as ações de rebaixamento vem reafirmar para elas que sim, a sociedade as considera inferiores.

Próximas a tais ações de rebaixamento, estão as situações de ridicularização, presentes em 14 relatos, e vexação, em 12. Nelas, características das empregadas são ressaltadas de forma irônica ou crítica pelos patrões (ridicularização), que em outros momentos as expõe, propositalmente, a situações vergonhosas e humilhantes (vexação):

Atualmente minha mãe cumpre aviso (agora com direitos trabalhistas) por não ter sido subserviente o suficiente. Eu sou o primeiro da minha família a entrar numa universidade e certo dia estudando na biblioteca fui obrigado a ouvir os filhos dos patrões cantar em coro em um trote da Engenharia Civil da universidade federal em que estudo: P.. que pariu hoje em dia até o filho da empregada faz Civil.

Como por exemplo a filha metida da patroa que adorava me humilhar na frente de outros amiguinhos dela falava de mim sendo a filha da empregada que estava ali só de favor e passagem enquanto a minha mãe trabalhava que eu não era moradora do condomínio que os brinquedos eram dela e coisas assim em tom depreciativo.

Sempre ouvíamos piadinhas insinuando que éramos sujos vagabundos e preguiçosos e quando tínhamos algo ela menosprezava.

[...] Um dia o namorado da filha dela [patroa] encontrou uma pulga no sofá. Ela então disse a minha mãe você toma cuidado pq meu genro achou uma pulga no sofá e a minha cachorra é tratada ela não tem pulga. Então vc tem que ver o que está acontecendo né?!... Tomar mais cuidado.

Dizemos que as ridicularizações e vexações estão próximas aos rebaixamentos porque nelas patrões partem do princípio que as empregadas são inferiores e, então, se utilizam de sua pretensa superioridade para fazer críticas, piadas, comentários maldosos, irônicos, expor a situações vergonhosas, dentre outras coisas, de forma a claramente desconsiderar a existência de uma semelhança entre aquele indivíduo e eles mesmos:

No último dia o pior de todos eu já exausta de tantas humilhações de ouvir que tinha que fazer tudo do jeito dela de ter que ouvir cantadas desaforadas do patrão e ter que ouvir que teria que lavar o banheiro com escova dental ainda tive que lavar o canil descalça pisando nos excrementos do cachorro e ouvir que eu teria

que lavar calcinhas enroladas e sujas de menstruação na mão pra não estragar a renda...

Sem falar em outro dourorzinho que expõe sua empregada ao ridículo lá no meu trabalho ele sai mostrando a foto do perfil dela do whatsapp para seus outros colegas e debochando Olha só essa foto que cara de pobre que pose de vagabunda só podia ser doméstica mesmo!

Uma vez minha patroa mandou eu fazer um suco de laranja pra filha dela e a avó sempre se intrometia nas coisas que eu fazia. Antes da menina tomar ela deu um gole e foi correndo falar pra filha que o suco estava muito adocicado. Imediatamente a minha patroa queria me forçar a beber o suco todinho.

O tratamento perverso, por vezes sádico, dado às domésticas e revelado nesses relatos é considerado por Schwarcz e Starling (2015) como a perpetuação de práticas geradas pela escravidão. Segundo elas, regimes escravocratas, independentemente de lugar ou época, sempre remetem a “sadismo, a rotinização da violência e a perversão social” (SCHWARCZ; STARLING, 2015. p. 97) A consequência disso é que todo um grupo de mulheres que possuem condições sociais e econômicas desprivilegiadas e ainda são frequentemente negras recebe tratamento frequentemente desumanizante, revelando a existência de padrões que classificam indivíduos em melhores ou piores que os outros, menos ou mais valiosos.

Desse modo, por não serem consideradas em um mesmo patamar que os patrões, intimidações e ameaças também são comuns nos relatos dessas mulheres (17 posts), chegando a ter, inclusive, ameaça de morte (um post) e tentativa de coagir a empregada a dar seu filho para os patrões (dois posts):

[...] A patroa deixou ela morando lá até o bebê nascer como minha mãe nasceu branca e parecida com o patrão a patroa propôs a ela para que ficasse com a bebê mas minha vó teria que ir embora. Desesperada minha vó fugiu com minha mãe [...]

Minha mãe foi empregada doméstica durante 40 anos e abaixo segue a história que a deixou apavorada: Em 1989 eu tinha dois anos e era comum que empregadas com filhos morassem na casa dos patrões um dia patroa da minha mãe propôs me comprar pois ela não podia ter filhos alegou que por ser solteira minha mãe não teria condições de cuidar direito de uma criança ela deve ter pensado que minha mãe aceitaria assim como a outra empregada dela aceitou o pior era que a mãe da criança ainda trabalhava na casa e ficava vendo seu filho chamar outra mulher de mãe minha mãe ficou com medo e foi embora no meio da noite.

Disse bem assim Eu mato você. Minha mãe tem dinheiro e nem para a cadeia eu vou se eu sumir com algo da casa e dizer que foi você você apodrece lá.

Ao sair da casa ela aos gritos dizia vc nunca mais arruma um emprego se depender de mim e eu respondia se depender de mim vc também não terá mais empregada

Além da tensão e risco de demissão comuns a todas as pessoas assalariadas, as empregadas domésticas convivem mais de perto e mais claramente com ameaças que reforçam o não-lugar que ocupam na esfera do trabalho e na sociedade. A tal liberdade de negociação que os trabalhadores possuiriam com patrões no capitalismo, lembrada por Boltanski e Chiapello (2009) e denominada por eles como grande falha do sistema, se mostra inexistente e praticamente impossível na realidade dessas mulheres.

A classe trabalhadora como um todo depende daquilo que ganha em troca da sua força de trabalho para sobreviver. Dada a vulnerabilidade proveniente da situação em que se encontram essas mulheres, elas não dispõem das mesmas condições que outras classes de pessoas possuem para se posicionar no mercado de trabalho. Isso porque, como os próprios relatos evidenciam, o que está em jogo, muitas das vezes, é a vida daquela mulher e daqueles por quem ela preza.

Nesse cenário e dado o tipo de trabalho que é valorizado na nossa sociedade, as empregadas domésticas se encontram em posição desvantajosa inclusive de argumentação para precificar os serviços prestados, que é o que fica evidente através dos relatos de depreciações (13 posts):

trabalhei lá por uns 8 meses pq eu estava precisando muito do dinheiro trabalhava muito e não ganhava a diária correta de uma fogaista pois o patrão dizia que não valia a pena pagar 100 reais a diária pra quem só ia cuidar do filho dele

Não pude lavar as paredes da cozinha porque os armários eram de compensado e estavam abrindo então para evitar que chupassem a água inchassem e esfarelassem limpei com o pano mesmo. Ao fim do dia quando eles voltaram do trabalho fui buscar meu pagamento. Ela disse que não gostou do que fiz que ainda estava sujo e me pagou apenas R\$25 00.

Ela disse assim ...meu amor não é por nada mas não é justo uma empregada doméstica ter os mesmos direitos que uma secretária é questão de justiça elas tiveram pelo menos alguma preparação para trabalhar.

Interpretamos depreciação aqui como a ação de dizer ou insinuar que o trabalho realizado pelas empregadas vale menos do que é pago por ele. Diferentemente da privação de um salário digno, analisada na seção anterior, a depreciação não necessariamente significa privação do pagamento adequado ou acordado; antes de tudo, a depreciação está no entendimento dos patrões e na expressão deles de que a atividade realizada pelas empregadas não vale o que eles pagam por ela. É possível entender isso tanto como consequência de uma visão rebaixada dessas pessoas, quanto da própria visão desse tipo de trabalho como algo

inferior e, como já foi falado anteriormente, dessas duas coisas atuando junto na criação desse sistema que não permite a essas mulheres ascensão social.

Semelhantemente às depreciações, a supervisão exagerada, que está presente em 5 relatos do grupo, é reflexo de um entendimento de que essas mulheres não são aptas a cumprir com as tarefas domésticas nas casas dos patrões de forma adequada:

Parecia que as frustrações que tinha na vida ela descontava nos funcionários. Quando ela estava em casa ficava ao meu redor olhando para que fosse tudo bem feito.

Ela conseguiu ficar lá poucos meses porque sofria muitas humilhações. Ela era supervisionada da hora que entrava até a hora que saía já limpando e a sinhá atrás passando a mão em tudo pra ver se estava limpo.

O status rebaixado que recebem dos patrões faz com que elas não sejam consideradas nem capazes de executar seu trabalho de forma satisfatória, a fim de atingir os padrões de quem contrata. Isso também é consequência de um pensamento escravocrata em que as pessoas escravizadas não possuíam nem direitos, nem condições dignas de vida e acesso a material de higiene, entre outras coisas, mas eram forçadas a saber como garantir essas coisas para os senhores da melhor maneira possível. Dada a não-passividade dos cativos, que, como apontam Schwarcz e Starling (2015), podia ser percebida em pequenos atos de insubordinação, a supervisão exagerada pode ser pensada como um modo de senhores garantirem o cumprimento das tarefas.

Uma outra relação passível de ser feita com a necessidade de “ensinar” o trabalho às domésticas reside nas relações de gênero na divisão sexual do trabalho que, como apontado por Biroli (2016) e visto anteriormente, tornam as mulheres responsáveis pelo cumprimento das tarefas domésticas, independentemente se são elas que as realizam. Isso pode fazer com que muitas patroas se sintam não só no direito, mas no dever de fiscalizar o trabalho feito dentro de suas casas.

A forma de pensar e agir como se as empregadas domésticas fossem inferiores e precisassem ser supervisionadas para atingir os padrões dos patrões se aproxima também das situações em que a desconfiança dos patrões é expressa, como vemos em cinco relatos:

Em várias casas que eu já trabalhei na primeira semana de serviço. Toda vez que eu afastava o sofá da sala eu achava R\$ 100 chegava pra limpar em cima do guarda roupa R\$ 50 e em vários lugares moedas e dinheiro escondidos pela casa. Tipo caça ao tesouro é o jogo que várias patroas gostam de jogar pra saber se a empregada é de confiança!

Uma patroa minha me trancava dentro do apartamento dela quando saia com medo de eu roubar as suas coisas!!!

É como se essas mulheres, a todo tempo, estivessem com inveja ou desejassem as coisas de seus patrões, que é algo que faz muito sentido quando pensamos na influência do pensamento escravocrata, tendo em vista a resistência que os cativos ofereciam por meio dos pequenos atos de insubordinação (SCHWARCZ E STARLING, 2015). É possível supor que, de certa forma, os patrões entendam que a posição em que as empregadas domésticas estão é consequência de uma grande injustiça social. Entretanto, por diversas razões, que incluem as apontadas por Souza (2009) como a forte disseminação da ideia de que os problemas sociais já são conhecidos e tem raízes num passado muito longínquo e que, por isso, seriam difíceis de solucionar, os patrões não agem a fim de combater essa injustiça, pelo contrário, defendem seus privilégios e contribuem para reafirmar uma posição de inferioridade em que as empregadas são colocadas.

Isso se torna ainda mais pronunciado nos relatos em que as domésticas são vítimas de acusações falsas (16 posts). Desde a acusação de furto de itens caros, como relógios de sete mil reais, até de itens pequenos como absorventes e jujubas, as acusações falsas, na maioria das vezes, levam à demissão e, quando se provam infundadas, quase nunca terminam com um pedido de desculpas ou readmissão:

Desde que me entendo por gente minha mãe tem abominação por camarão ontem eu estava conversando com ela sobre a página e ela me disse que odeia camarão porque assim que chegou em São Paulo foi trabalhar na casa de uma senhora após um bom tempo trabalhando lá fizeram um jantar muito luxuoso e a patroa deu conta que faltavam 5 camarões entrou na cozinha furiosa e a apontou como se minha mãe que tivesse os comido explicou que nunca na vida tinha comido e que a patroa poderia confiar pois ela não comeu ainda assim na mesma noite minha mãe foi demitida “por ter comido 5 camarões.

Entendemos que abrir as portas e dar as chaves de casa para uma pessoa que não seja próxima e que está sendo contratada para fazer um serviço é algo que pode deixar qualquer um apreensivo. Entretanto, o que os relatos revelam não é consequência de simples apreensão, mas de uma crença de que aquelas pessoas, quando puderem, vão ser as primeiras a tentar tirar algum proveito material da casa dos patrões. Assim, eles não hesitam, na primeira falta de algum objeto ou alimento, em acusar as empregadas de terem pegado. A maioria nem se dá o trabalho de se desculpar quando percebe o erro, de modo que, aparentemente, eles teriam o direito de desconfiar da pessoa que contrataram.

A “confusão” em torno do que é direito ou não dos patrões, em termos morais, também aparece nos 16 relatos de ofensa presentes nesse grupo:

Uma certa vez minha mãe me contou que a filha mais velha da patroa que é analista contábil pediu q ela fizesse um ovo frito para o café da manhã. E o ovo não saiu no gosto dela. E ela disse: Nossa como vc é burra!! e minha mãe respondeu: Uéee burra é vc que não sabe nem fritar um ovo...

Eu sou uma empregada doméstica. Acabo de descobrir que tenho direito a férias e 1/3 fui cobrar da minha patroa e ainda fui chamada de louca.

Me lembro também uma vez que atrasei para descer do prédio até e estacionamento e ajudá-la a descarregar as compras. Nossa ela ficou um tempão me ofendendo chamando-me de filha da puta.

A nosso ver, as ofensas são a forma mais simples de demonstrar como as empregadas domésticas sofrem com a degeneração ético-moral em seu contexto de trabalho e que, apesar de simples, são muito eficientes em imprimir nessas mulheres uma imagem negativa de si mesmas. O fato de relatarem todos esses casos para a página revela que situações como as apresentadas contribuem para a manutenção de um pensamento social que exclui, segrega e ataca essas pessoas a posições sociais e econômicas desfavorecidas, além de contribuir para a manutenção dos sistemas racistas e patriarcais.

Desse modo, a importância dos relatos sobre degeneração ético-moral reside na possibilidade de se autodefinirem e avaliarem (COLLINS, 2016) de forma a, pelo menos, amenizar os impactos negativos que essas experiências imprimem em sua autoimagem como trabalhadoras e cidadãs.

#### **4.4 Violência Física e Sexual**

O agrupamento de relatos denominado de violência física e sexual conta com 29 postagens. Dessas, 11 narram histórias que aconteceram com as próprias autoras, e as outras 18 narram histórias que aconteceram com outras pessoas.

Nessa categoria, foram reunidos não apenas relatos de agressões físicas e sexuais, mas histórias em que houve negação de socorro a vítimas que se feriram em acidentes de trabalho, encarceramento (entendido aqui como a restrição física da liberdade da pessoa), intervenção contra a vontade no corpo da vítima e também casos de assédio e importunação sexual.

Embora o número de relatos não seja tão grande em comparação a outras categorias e o sofrimento relatado por cada pessoa não possa ser medido ou comparado, o fato de existirem relatos de violação ou negligência em relação à integridade física dessas mulheres revela o nível de desumanidade a que as relações de emprego doméstico podem chegar. Se pensarmos nas críticas ao capitalismo e à dominação, ou mesmo no espírito do capitalismo, que vem para justificar moralmente o sistema, a integridade do corpo do sujeito aparentemente é algo a ser

minimamente preservado, tendo em vista, inclusive, suas condições de exercer as tarefas para as quais foi contratado.

Quando nos deparamos com relatos em que há clara violação do corpo dessas pessoas, pensamos que a forma como esses seres humanos são lidos e apreendidos no mundo do trabalho não é a mesma de outras categorias de trabalhadoras e trabalhadores. Assim como aponta Souza (2009), como existe emprego no setor produtivo para a classe que ele denomina “ralé”, resta a ela “ser empregada enquanto mero ‘corpo’” (SOUZA, 2009. p. 24). Tendo em vista essa colocação e os relatos aqui presentes, parece existir nas relações de emprego doméstico uma abertura para uma relação de poder ou até mesmo de posse sobre o corpo da outra pessoa.

Um exemplo claro, a nosso ver, do exercício desse poder sobre os corpos das empregadas está presente nos trechos de relatos abaixo, em que padrões intervêm nos corpos das mulheres contra a vontade delas:

Falando em uma reunião de família sobre a existência dessa página minha avó pediu para contar sua história. Ela ficou órfã muito nova o problema é que minha avó foi parar na casa de uma tia que a transformou em empregada doméstica: ela tinha cerca de 12 anos e era obrigada a lavar passar cozinhar limpar não tinha direito de ir a escola. Minha avó sempre teve um cabelo muito bonito e comprido e as primas da mesma idade tinham um cabelo muito crespo e com dificuldade para crescimento e ficaram claramente com inveja do cabelo da minha avó. O que a tia bondosa fez com minha avó ?? Sentou ela no meio das pernas fez uma trança e entregou a tesoura pra uma das filhas que cortou o cabelo dela á força no topo da trança. A tia disse que o cabelo da minha avó comprido estava chateando as filhas dela.

Vou deixar o relato da minha tia. Ela era doméstica em uma casa onde a patroa tinha uma filha que regulava de idade com minha tia. Quando o pessoal da vizinhança começou a achar minha tia a empregadinha mais bonita que a filha da patroa ela cortou o cabelo da minha tia a força a proibiu de usar qualquer acessórios e começou a tratá-la com pronomes masculinos. Tiveram meses que o pagamento foi feito com chinelas havaianas porque sandálinhas também foram proibidas. Ela não consegue falar o nome da patroa de tanta raiva foi em Mauá - Sp nos anos 90

É visível que existe uma questão relacionada não só ao poder sobre o corpo, mas em relação ao controle e à negação de um cuidado consigo, que socialmente pode ser entendido como vaidade, e também da sexualidade, principalmente no segundo trecho. Nesse momento, percebemos o quão forte pode ser a ideia de que os corpos dessas mulheres devem estar à disposição de seus empregadores para que elas possam continuar a obter seu sustento.

Pensando na relação apresentada por Schwarcz e Starling (2015) de que a violência no sistema escravocrata tinha o papel de estabelecer a posição das pessoas escravizadas, fazendo com que trabalhassem o máximo que seus corpos permitiam, essas ações adquirem um significado. A interferência no corpo das empregadas domésticas é feita com intuito de marcar

sua posição e, nos relatos apresentados acima, é a de que elas não teriam o direito de parecer tão bonitas quanto ou mais bonitas que as patroas por estarem, socialmente, em uma posição inferior a elas.

Outro modo como essa questão da posse sobre o próprio corpo aparece é no relato da filha de uma empregada cuja patroa tentou interromper sua gravidez contra sua vontade e sem seu conhecimento:

[...] Ela trabalhou a vida inteira como doméstica e criou a mim e às minhas duas irmãs assim. Quando ela ficou grávida de mim em 1984 ela tinha 24 anos e já era doméstica há oito. Os exames davam negativo mas mesmo assim ela sabia que estava esperando um bebê. Ao relatar isso para a patroa a patroa ofereceu a ela um comprimidinho para ajudar os resultados dos exames a darem positivo. Alguma coisa dentro da minha mãe a alertou a não tomar o comprimido. Só depois ela descobriu que aquele era um remédio abortivo afinal a patroa não queria uma empregada grávida fazendo corpo mole no serviço. Essa história sempre me doeu muito pois era a minha vida ali em jogo e minha mãe me queria loucamente na vida dela. Eu poderia simplesmente nem existir porque esse era o desejo de quem a explorava com sobrecarga de tarefas e dias inteiros de trabalho sem descanso. Não era um desejo dela mas de quem achava ter soberania sobre o corpo e a vontade dela.

Tentar impedir a gravidez é uma forma de controlar não só o corpo, mas o destino da empregada por achar que esse, de alguma forma, pertence, pelo menos em partes, à patroa. A ideia que emerge, a partir desses relatos, é a de que patrões se sentem no direito de governar os corpos e as vontades de suas empregadas. Ideia essa que é endossada pelos relatos de castigos e agressões físicas e encarceramento.

Os castigos e agressões acontecem quando algo não é feito como esperado, quando há frustração de expectativas inclusive por parte de crianças que são cuidadas pelas empregadas domésticas:

Minha madrinha trabalhava como empregada doméstica em São Leopoldo / RS. Detalhe minha madrinha tinha 13 anos. A patroa costumava humilhá-la de várias formas mas teve uma vez que realmente a marcou. Estava ela escolhendo o feijão. Estava separando além das pedras e sujeiras os grãos partidos. A patroa talvez por achar que os grãos partidos não deviam ser jogados fora achou que devia dar uma lição na empregada de 13 anos. Minha madrinha estava sentada escolhendo o feijão quando sem aviso algum levou um tapão na orelha que a derrubou no chão. Com o ouvido zumbindo os olhos marejados ainda ouviu um sermão sobre desperdício.

[...] Houve um dia que rolou um estresse entre patroa e criança e minha mãe tentou apaziguar a situação. A menina ficou emburrada e enquanto a coitada passava roupa a criança simplesmente lhe acertou a cabeça com um brinquedo. (Sim!). Depois de passar a tontura minha mãe relata que abaixou e disse que elas não passeariam até a criança se desculpar. A sinházinha disse que não sabia pedir desculpas e começou a berrar rolando no chão. Aí a patroa apareceu minha mãe relatou a situação e adivinhem quem foi demitida na mesma semana?



[...] Filhos sem educação que faziam de mim gato e sapato a filha dessa minha patroa tinha minha idade 14 anos a época e ela até me batia mas isso eu não deixava revidava então era uma brigaiada mas como eles não podiam perder a escravinha não me mandavam embora só ameaçavam!

A violação da integridade física dessas pessoas revela que, para os patrões, é aceitável que o cumprimento de suas ordens esteja acima do próprio respeito pela empregada como sujeito. E o encarceramento também revela que, quando em serviço, seu direito de ir e vir fisicamente é menos importante ou pode ser suspenso em decorrência da sua condição:

Uma patroa minha me trancava dentro do apartamento dela quando saia com medo de eu roubar as suas coisas!!!

[...] Quando eles saiam para trabalhar eles trancavam minha mãe dentro de casa com o filho deles. [...]

[...] Na sua primeira experiência como doméstica foi mantida sob cárcere privado. A patroa escondia as chaves e quando saia para trabalhar trancava a casa e mantinha trancado o quarto com telefone.

O ato de trancar as empregadas em casa no horário de trabalho e, em alguns casos, impedir completamente o contato com o mundo exterior, aponta uma crença dos patrões de que, quando está a serviço, a empregada “pertence” à casa deles, mais como se fosse um objeto do que uma pessoa. Mesmo no caso em que o relato aponta que o encarceramento seria motivado pela desconfiança da patroa, se compararmos a outras ocupações, o ato de trancar a pessoa nunca seria justificável e aceitável pública e legalmente da mesma forma.

Esse sentimento de posse em relação às empregadas ainda apresenta outra face, dessa vez relacionada ao gênero. Os estupros e assédios por parte dos patrões são mencionados em 13 relatos desse grupo.

Quando a patroa saía o patrão ficava andando de cueca pela casa. E ficava se tocando e olhando pra mim dizendo que eu tinha mô cara de vagabundinha mulher de bandido.

Nasci de família muito pobre era a caçula de quatros irmãos e pais ignorantes... Fui abusada por um tio quando criança guardo na memória as imagens e as sensações de angustias e terror. Comecei a trabalhar aos 12 anos como babá para vizinhas aos 14 fui trabalhar como babá e telefonista em uma granja. Lá novamente fui abusada pelo patrão a patroa era dona de mim. Me humilhava e ele me assediava não entendia nada daquilo como caçula da pobreza na minha casa já era cada um por si. [...]

[...] Foi talvez o segundo pior dia da minha vida porque o primeiro foi quando aquele monstro do filho dessa abençoada me assediou. Passou a mão por todo o meu corpo manteve contato oral com meus seios... enquanto eu o empurrava

eu o ameaçava gritar pedindo socorro e ele disse que se eu fizesse isso ele iria me matar. [...]

Minha vó foi empregada doméstica de várias famílias ricas. Em 1958 ela trabalhava pra família mais rica de São Paulo mulher negra bonita era assediada pelo patrão o tempo todo a patroa fazia vista grossa era como na época da escravidão mesmo elas sabiam e tinham aquilo como um hobby para o marido. Minha vó engravidou e até hoje não sabemos se foi estupro ou não. Ela nunca contou esta parte mas também não negou. [...]

Os relatos de estupros e assédios sexuais revelam que a questão do poder sobre os corpos das empregadas é, além de tudo que foi mostrado, marcada pelo gênero. Assim como hooks (2019) e Biroli (2016) demonstram, as mulheres negras estão na base da pirâmide social em termos de poder. Sobre elas, existem várias categorias de indivíduos que, de diferentes modos, as oprimem. No caso das empregadas domésticas, enquanto patroas restringem liberdade, castigam, tentam provocar aborto, entre outras coisas, os patrões encontram na violência sexual o meio de demonstrar seu poder.

Todos esses relatos de violências físicas e sexuais também podem ser relacionados com a permanência de atitudes e pensamentos escravagistas, quando as mulheres negras eram forçadas a fazer os trabalhos de casa e, frequentemente, as vontades sexuais de seus patrões:

Padecer com a arbitrariedade e o abuso dos senhores era moeda corrente, e mulheres escravizadas não poucas vezes foram vítimas do sadismo deles. Seu corpo não era apropriado apenas como produtor de riqueza, mas também como instrumento de prazer, gozo e culpa no caso dos proprietários, e de ódio, por conta dos ciúmes das senhoras. Aqui aparece pintada, e com tintas fortes, a sexualidade exercida na intimidade da alcova escravista: o autoritarismo senhorial aí se encontrava com a “aparente” passividade da mulher escravizada, a qual era antes uma rendição apavorada. (SCHWARCZ; STARLING, 2015. p. 93)

O fato de o serviço doméstico ainda ser, hoje, entendido socialmente como braçal, não-intelectual, leva ao entendimento das relações de trabalho doméstico não como um contrato de prestação de serviços, mas de empréstimo de um corpo para que este fique à disposição para executar o que for necessário da parte dele.

A violência física, nesse sentido, aparece como um desdobramento do pensamento que faz com que, por exemplo, as patroas sintam necessidade de “ensinar o jeito delas” ou supervisionar de perto o que as empregadas fazem no trabalho, como se elas, sozinhas, não estivessem aptas para a função. E a violência sexual se apresenta como uma permanência racista, escravagista e patriarcal da ideia de que os patrões têm o poder de dispor daquele corpo

que pagam para exercer todas as atividades que são esperadas de uma mulher no ambiente doméstico, o que incluiria a “disponibilidade” sexual.

Assim, o serviço doméstico aparece não como uma venda ou comercialização da força de trabalho, mas como um “aluguel” de um corpo de um sujeito vulnerável, que antes era escravizado. Para se adequar ao novo modelo de sociedade capitalista, essa relação com as pessoas que executam os serviços domésticos foi vestida com um traje que aparenta ser de uma relação de trabalho, mas esconde uma imagem de pagamento em troca de ter um corpo disponível para executar tarefas desagradáveis, indesejadas ou abusivas, que são atribuídas às mulheres por uma sociedade patriarcal.

#### **4.5 Racismo e xenofobia**

Como apresentado anteriormente, o grupo de relatos que identificamos com as temáticas racismo e xenofobia é composto por 18 textos. Desses, 13 são de situações vividas pelas próprias autoras dos textos; um deles trata de uma situação vivida pela autora e por sua mãe, e os outros quatro de situações vividas por terceiras, frequentemente, mães e avós.

Esse grupo de relatos foi particularmente desafiador para fazer o segundo movimento de análise de conteúdo. Ele não apenas é um grupo pequeno de relatos como sua análise revela que o racismo e a xenofobia podem estar nos mais variados tipos de situação. Muitas vezes, a definição da situação não é feita pelas mulheres de forma explícita, mas as situações que elas relatam são colocadas como consequências diretas ou indiretas do racismo e da xenofobia.

A importância dessa colocação é a afirmação, por parte delas, como mulheres negras ou migrantes e que, por isso, são vítimas de preconceito. Assim, a distinção de subgrupos possível de ser feita aqui é em relatos de racismo (13) e relatos de xenofobia (três). Um dos relatos trata das duas categorias juntas e um último relato é um caso especial de preconceito, contra portadoras do vírus HIV, que colocamos nesse agrupamento por partilhar da característica de narrar uma situação que é consequência do preconceito que a empregada sofre. Em decorrência disso, conduzimos a análise de forma um pouco distinta, analisando, relato por relato, as relações entre o preconceito e o modo como as empregadas são tratadas.

O primeiro relato conta de uma demissão de uma mulher que se identifica como pobre e nordestina, que trabalhava no interior de São Paulo. Para contar o que de fato aconteceu ali, a demissão, a autora recorre ao contexto da época, em que havia um surto de zika e bebês nascendo com microcefalia, e a condição de sua patroa, que estava grávida. Ao receber a notícia

de que o filho da empregada vinha visitá-la, a patroa demite a funcionária sob alegação de que a proximidade com o filho dela colocaria em risco a saúde do seu bebê.

Por tudo que é dito no relato, fica claro que a autora considera sua demissão mais que injusta, motivada por preconceito em relação a seu filho. Isso fica ainda mais claro pela frase final do relato: “Nordestino e preto não tem doenças e quem passa dengue chicungunha e zika é o mosquito da dengue não nordestino.” Desse modo, a autora não só define atitude como preconceituosa, como se posiciona como uma mulher preta e nordestina.

O segundo relato é de uma mulher que, aos nove anos, acompanhava sua mãe no trabalho de doméstica e, ao fim do expediente, brincava com a filha da patroa, que, na brincadeira, a chamava de escrava e ordenava que ela realizasse atividades semelhantes ao trabalho de empregada doméstica que exercia junto com sua mãe. Vale destacar, nesse relato, que, em nenhum momento, a autora se declara negra. Entretanto, em um dado momento, ela afirma que a lembrança é dolorida porque pensa no modo como a mãe e a avó, alegoricamente, “aceitavam a ‘chibata’” para que a família pudesse garantir seu sustento.

Nesse texto, a autora define a situação da brincadeira com a filha da patroa como uma reprodução da relação de trabalho de patroas com as mulheres da sua família, apontando para uma continuidade de um modelo semelhante ao escravocrata. Ela também chama a atenção para os danos que isso causa à autoestima das mulheres pobres e negras, quando afirma: “É lamentável, pois muitas vezes aceitamos certos aspectos em uma relação seja ela de trabalho ou qualquer outra por sentirmos que não merecemos nada além do desprezo, humilhação...”

Assim, ela se coloca num lugar marcado pela condição a que ela, sua mãe e avó foram expostas e, embora afirme que sua condição e dos seus filhos atualmente seja outra, que as marcas ainda fazem parte da sua subjetividade.

O próximo relato é de uma mulher que se identifica como negra e pobre e também ingressa no serviço doméstico na infância. Aos 12 anos, ela conta que trabalhou em uma casa onde a patroa a obrigava a limpar brinquedos sexuais. O filho da patroa, que era já um homem mais velho e casado, frequentava a casa quando a mãe não estava para assistir canais com conteúdo pornográfico e a menina ficava com medo de que ele fizesse algo com ela. Por isso, ela se trancava no quarto juntamente com a bebê de quem tomava conta e passava horas sem comer ou ir ao banheiro. Entretanto, é importante destacar aqui que, ao tentar conversar com a patroa sobre a situação, foi demitida e chamada de “neguinha favelada mentirosa”.

O relato prossegue com uma situação vivenciada com outra patroa, que a obrigava a lavar à mão calcinhas sujas de fezes e sangue menstrual e de como, hoje, aos 30 anos, ela não trabalha mais como doméstica, mas continua a encontrar gente que, segunda ela, “se acham

mais que os outros”. Ela termina dizendo que não culpa a mãe pelo ingresso precoce no trabalho, que ela também realizava, pois foi a forma que encontrou para criar os dois filhos sem o pai, que os abandonou, e que, apesar de tudo, a mãe nunca deixou que eles parassem de estudar.

Acredito que a forma como esse relato é construído nos conduz a um entendimento de que pela situação precária de sua família, a autora teve que se submeter ao trabalho doméstico na infância e, como ela mesma diz, a diversos “casos vexatórios” em decorrência. E o fato de se afirmar no início do texto como negra e pobre demonstra que isso faz toda a diferença nas situações que seguem.

O relato seguinte é de uma funcionária pública que trabalhou como doméstica desde os nove anos de idade. A narrativa que ela constrói é sobre os eventos que culminam no seu pedido de demissão e saída de uma casa de família rica de sua cidade. O evento que traz esse relato a esse tópico é o primeiro que ela descreve:

um dia ao chegar e se deparar com a patroa chorando perguntei o porque por educação. A resposta foi que ela estava triste pois descobriu que sua filha estava a namorar um mulatinho na faculdade de Medicina e ela não queria netos negros.

Ela conta que ficou calada, pois precisava do trabalho. Entretanto, o fato de listar esse evento em um relato cujo quadro trata dos motivos que a levaram a pedir demissão, mostra que ela se identifica numa posição de afetada pelo racismo da patroa. Essa que não se importava de tê-la como empregada, mas se incomodava pela filha namorar um negro na faculdade de Medicina, como se aos negros estivesse reservado o convívio com sua família através apenas das relações de trabalho de servidão.

O quinto relato denuncia claramente a relação que se faz das mulheres negras com o trabalho doméstico. A autora, uma mulher negra com formação universitária, relata duas situações em que foi tomada erroneamente por empregada doméstica. A primeira foi quando, ao voltar para casa da universidade que ficava em um bairro de classe média de Belo Horizonte, uma mulher parou o carro ao seu lado para perguntar quanto cobrava pela faxina. A segunda foi quando, recém-chegada a seu apartamento, sua vizinha disse para que ela e seu primo usassem o elevador de serviço até perceber que eram novos moradores.

Os casos que ela conta são de racismo, em que, pelo fato de serem negras, as pessoas foram tomadas como serviçais, evidenciando o preconceito existente na nossa sociedade que não toma como comum e de direito a ocupação de negros em atividades que não sejam de prestação de serviços. Isso é bem relatado por Corrêa e Guimarães-Silva (2018) na introdução de seu texto, em que narram cenas comuns vividas por mulheres negras que ocupam posições

sociais e de poder em que a branquitude domina. Também é corroborado pela afirmação de Schwarcz e Starling (2015) de que o sistema escravocrata foi responsável por moldar condutas, definindo desigualdades sociais e raça e cor como fatores determinantes delas.

O próximo relato conta a história do pedido de demissão da mãe da autora, que se deu pela atitude racista da patroa. A última costumava sempre enviar alimentos para a autora através da mãe, que, segundo ela, era muito bem tratada pela família de árabes. Entretanto, um dia após ela buscar a mãe no trabalho ao sair de uma entrevista de estágio, ela pediu demissão. A mãe revelou o motivo anos depois: a patroa tinha dito que mandava comida para ela justamente para que nunca fosse ao seu local de trabalho e que tinha quebrado e jogado fora o copo que a menina usou para beber água. Isso por ela ser negra, enquanto a mãe era branca.

O racismo da patroa compõe o quadro central da situação, sobrepondo-se a qualquer outra relação vinculada ao trabalho doméstico. No caso, a posição da autora e da mãe dela é tomada em oposição ao racismo da patroa que ela tenta usar como forma de exercer poder sobre quem pode ou não ir ao encontro de sua empregada no trabalho.

O relato seguinte diz respeito ao caso de uma paulista que se mudou para Santa Catarina para estudar psicologia. Embora a maior parte de seu relato fale de privação de direitos e de violência simbólica, ela afirma que o que a levou a trabalhar como doméstica foi a xenofobia: “Lá as pessoas julgam muito as aparências e a descendência (todos falam aos risos que em SP só tem retirante) e eu não arrumava emprego por conta de um problema de acne e ter sotaque do interior”. A partir disso, ela anuncia em seu prédio que realiza serviço de faxineira e coleciona passagens de desrespeito das pessoas que a contratam.

As situações que decorrem não são descritas por ela como consequências da xenofobia, mas é possível perceber que ela associa a questão de sua origem e aparência com o tipo de emprego que consegue encontrar. Dessa forma, o que essa mulher nos diz através de seu relato em relação à xenofobia e ao trabalho doméstico é que este é visto como atribuição válida para as mulheres que migram para o sudeste e o sul em busca de uma vida melhor, enquanto outras não são. A posição em que essas mulheres “estrangeiras” são colocadas é de inferioridade em relação as nativas, e os traços que determinam essa inferioridade para o mundo são a aparência e o sotaque diferentes.

O outro relato também começa narrando uma mudança da autora, porém, dessa vez, do interior de Minas para a capital, Belo Horizonte. O texto decorre falando principalmente das privações as quais a patroa impunha a autora, trancando as comidas da casa e servindo alimento estragado a ela. O racismo é revelado quando a empregada se posiciona diante da patroa ao ser agredida verbalmente, ouvindo que não sabia fazer nada. Ao responder a ofensa e reunir seus

pertences para partir, a patroa diz a ela que “iria morrer de fome por ser preta, não ia trabalhar em nenhum outro lugar”.

Por meio dessa frase, vemos que o tratamento dado a ela de privação de alimento de qualidade foi no fundo baseado na concepção racista de que pessoas negras são pobres e, portanto, não têm o que comer. A autora diz que o fato ficou marcado em sua vida e, por mais que não coloque claramente os acontecimentos de privação como consequência do racismo, ela evidencia que a cor de sua pele foi uma questão importante para definir a imagem que a ex-patroa fez dela.

A história seguinte não é especificamente sobre racismo ou xenofobia, mas sobre um outro tipo de preconceito, como definido pela própria autora. Portadora de HIV, ela descreve a ex-patroa como uma mulher rica que se sentia melhor que ela e desdenhava de seus sonhos de ter uma vida melhor. Apesar disso, antes de saber que a empregada possuía o vírus, chegou a tratá-la como “a empregada perfeita”. Até o dia em que ouviu a autora comentar ao telefone com uma amiga sobre os efeitos colaterais da medicação e a questionou sobre isso. A partir do momento em que soube, a patroa parou de comer tudo o que era preparado pela empregada, alegando problemas estomacais. Pouco depois do dia do pagamento, a mulher foi despedida, sob alegação de que poderia trazer problemas para a patroa, sofrer um corte e transmitir o vírus para a patroa. A autora finaliza com: “Bom até hoje não acredito que uma mulher tão estudada tem tanto preconceito..”.

Desse modo, ela caracteriza a atitude da patroa de demiti-la como preconceituosa, pois, como ela relata, foi motivada pelo medo da contaminação apesar de todo conhecimento formal acerca das formas de contágio e dos medicamentos para o controle do HIV.

O relato seguinte é de uma filha de empregada doméstica, cuja mãe trabalhava para uma família de portugueses e, por ser negra, a ela era negado o direito de comer e beber na casa dos patrões. Apesar de mencionar a privação de alimentos, o que nos informa que o racismo é a questão central dessa narrativa é a comparação do tratamento da mulher negra com o da outra empregada, branca. Essa podia comer e beber livremente. Além disso, a autora conta que os patrões eram claramente racistas ao afirmarem que “as raças não podiam se misturar”.

A narrativa a seguir também não tem como centro do problema a questão racial. Digamos que ela é um agravante do desrespeito ao horário de trabalho de uma cuidadora de idosos e da subestimação de seu sofrimento emocional. Isso porque a principal questão do relato é que a autora, após um término de um longo relacionamento, foi “solicitada” para cobrir a falta da cuidadora do outro turno sem consulta prévia. Ao se recusar, a cuidadora foi questionada

sobre o motivo de não poder, e, ao falar do término e do seu sofrimento, a filha da senhora de quem cuidava desdenhou de seus sentimentos e disse para que ficasse mesmo assim.

A questão racial aparece no princípio do relato como uma contextualização e apresentação da pessoa de quem tem que cuidar:

“A idosa que eu tomo conta tem um temperamento difícil, eu não vejo a hora de conseguir outro emprego pq o desgaste psicológico é muito forte. Eu aguento comentários racistas e gordofóbicos da parte dela o tempo todo e sempre sou silenciada pelo motivo de ter que ter paciência pq é uma idosa que já está demente (ok, porém pra ela fazer tais comentários antes de ficar demente já tinha esses comportamentos).”

A fragilidade da pessoa de quem toma conta faz com que a mulher tente relevar as ofensas relacionadas a sua raça e peso. Entretanto, fica claro que o racismo e a gordofobia são sofridos por essa empregada no seu cotidiano e servem para piorar o desgaste emocional da mulher, que, além de tudo, teve seu horário e direito de descanso, privacidade e sofrimento desrespeitados.

O relato que segue não trata especificamente da narração de uma situação, mas de toda a vida de uma mulher de 45 anos que diz ter trabalhado a vida toda como doméstica. Ela conta que a ela foi negado o direito de estudar pelas patroas e os direitos trabalhistas, ao não assinarem sua carteira. Tendo conseguido a assinatura há apenas seis anos, ela acredita que não conseguirá aposentar-se direito e, quando a chamam para trabalhar atualmente, pagam muito pouco. O analfabetismo fez com que uma patroa diabética jogasse suas roupas pela janela e a ofendesse, por não saber ler rótulos para diferenciar produtos dietéticos. As privações e ofensas que sofreu, entretanto, aparecem por ela relacionadas à sua classe, mas principalmente à sua cor: “Pensam que é a negra que faz o trabalho sem reclamar e direito. Eu não tive apoio de ninguém, hoje consigo pagar meu aluguel, mas é muito difícil e penso em desistir. Doe, machuca e é difícil provar as injustiças que sofro. Sou preta e pobre e por isso os homens correm de mim.”

Nessa passagem, além de relacionar as privações que sofreu como doméstica com sua cor, ela ainda relata a dificuldade de conseguir um companheiro. Ela se diz muito cansada de toda essa situação, embora ainda tenha “forças para vencer”. Atualmente está se alfabetizando, recolhe latinhas para ajudar na renda e tem orgulho de ter chegado onde chegou na vida mesmo sem estudos formais.

Em seu relato, ela ainda afirma que negros e brancos possuem as mesmas capacidades, reconhece a própria inteligência e percepção das “coisas do mundo” e questiona em que o racismo está fundado: “A discriminação deveria ter acabado, os negros tem a mesma capacidade. O povo branco não tem a coragem que nós temos. Há espaço para todos. [...] Se



não fossem os negros não existiria o que existe hoje. Brancos também foram escravos, porque só nós sofremos racismo? Todos precisam ser livres.”

Assim, ela se coloca no lugar de uma mulher preta e pobre, cuja vida foi e ainda é marcada negativamente pela forma como são tratadas as pessoas que têm essas características. Mas em um exercício de autorreflexão que ela realiza no relato, ela se autoafirma e se autodefine como uma mulher dotada de inteligência e de consciência da própria condição e dos motivos porque, socialmente, ela e outras pessoas continuam numa posição de vulnerabilidade.

Ao se posicionar dessa forma, ela corrobora para o ponto defendido por Collins (2016), de que é importante que as mulheres negras realizem esses dois gestos (autodefinição e autoafirmação) para que possam enfrentar e escapar das representações atribuídas a elas pela sociedade racista. Ela, num gesto muito importante de apropriação de sua experiência, reconhece a própria inteligência, capacidade e conhecimento de mundo, além das razões pelas quais ela e suas semelhantes são oprimidas.

O relato seguinte é da filha de uma empregada doméstica que narra a experiência da mãe com o machismo e o racismo atuando juntos na sexualização dos corpos negros. Ela conta que, na casa em que trabalhou aos 17 anos, a mãe convivía com olhares frequentes do marido da patroa, um senhor de 60 anos de idade, em direção aos seus seios e com assédios em que ele dizia ter tido uma ama de leite preta, quando criança.

É possível perceber que a filha define a situação como assédio e poderíamos também dizer de pedofilia, já que, na ocasião, a moça era menor de idade. Entretanto, o fato do senhor se dirigir à empregada fazendo referência a sua ama de leite preta, mostra que a motivação desse assédio também está fortemente vinculada à raça da mulher, que, embora não seja diretamente descrita pela filha como negra no relato, podemos inferir essa informação pela forma como o patrão se dirige a ela. Isso corrobora a questão que já analisamos no item anterior, que diz respeito à relação entre o trabalho doméstico, a dominação masculina, o racismo e a violência de gênero no Brasil.

No próximo relato, a migração da mãe da autora de Pernambuco para São Paulo na adolescência, a dificuldade de se sustentar e encontrar um emprego que não fosse de doméstica são descritas no início da postagem. Ela conta que, por causa de sua origem, a mãe foi, em diversas situações, humilhada, escravizada, acusada de roubos que não cometeu, chamada de vagabunda, preguiçosa e que, se tinha vindo do Nordeste, “Deve ter deixado uma penca de filhos lá”. Ela também conta como o patrão e as filhas dele submetiam sua mãe a torturas físicas.

O fato de narrar a trajetória de migração da mãe e outras violências em que o fato de ser nordestina esteve no centro da questão, faz com que percebamos a relação que a autora do texto

faz entre a origem da mulher e o sofrimento a qual foi submetida nos trabalhos. Ser de origem nordestina fez com que diversos patrões se sentissem no direito de desrespeitá-la, agredi-la ou torturá-la.

O relato seguinte faz uma associação parecida. A irmã da autora do texto, que trabalhava como doméstica na casa de uma bancária no interior do Paraná, logo no início já é apresentada como uma mulher negra. O relato é sobre como, dias após se demitir, a irmã dela é acusada de roubar dois itens da casa da ex-patroa, que vai à casa da família pedir explicações.

O fato de elaborar a narrativa sobre a falsa acusação de sua irmã começando com sua caracterização enquanto mulher negra, mostra que a autora percebe que, na situação relatada, o fato de sua irmã ser negra foi no mínimo importante para que a história se desenrolasse como tal.

O próximo relato faz parte também do grupo de relatos de Joyce Fernandes, a criadora da página. Ela conta que, em uma matéria feita pelo portal G1, em que usaram uma foto sua de batom azul e cabelo “black pro alto” para ilustrar, recebeu vários comentários de ataque a sua cor, o que fez com que o site bloqueasse a função de comentar no final da matéria. Segundo ela, “a Casa Grande surtou”, dando a entender que se sentiu atacada por aquilo que ela e sua página representam.

Ela diz que: “De onde eu saí tem várias que já saíram há muito tempo antes de mim, várias saindo junto comigo e várias que sairão em breve, pq a nossa voz ecoa agora no mundo. E racista otário você não vai me fazer parar!” A partir disso, é possível perceber como ela interpreta os ataques pelos comentários na matéria como um desejo de silenciamento não só de mulheres negras, empregadas domésticas, que sofreram e sofrem situações semelhantes às relatadas na página, mas também daquelas que, como Joyce, recusam um lugar de submissão e a imagem de obediência e domesticidade.

O penúltimo relato que compõe esse grupo é uma narrativa extensa de uma mulher que foi contratada para ser babá de um dos filhos adotivos de um “casal esnobe” que a tratava com o devido respeito. O casal tinha outra filha que ela nunca via, pois estava sempre no quarto com a mãe e enfermeiras e, quase um ano depois de ser contratada, a mulher descobriu através da avó da menina que ela sofria de leucemia e só podia ser curada através de um transplante.

A mulher conta que a avó estava aos prantos, pois centenas de pessoas já tinham sido testadas e nenhuma era compatível: “Vc acredita que até nos empregados negros nós testamos???” havia dito a senhora a ela. Diante da situação, a autora conta que se voluntariou para fazer o teste de compatibilidade, que, a princípio, a patroa recusou. Após a insistência da babá, ela enfim levou-a para fazer o teste, que apontou a compatibilidade.

Ela acabou sendo a doadora da menina e ao retornar para o trabalho, o patrão lhe ofereceu pagamento pelo ato. Quatro meses depois de recusar o pagamento, a mulher foi demitida, sob alegação de que causava constrangimento aos patrões, pois sua ação ficou famosa entre parentes, vizinhos e até nos meios de comunicação, para os quais sempre recusou entrevistas. A babá conta que, naquele tempo, morava “mal”, em uma comunidade muito pobre, mas que nem assim quis aceitar o pagamento do ex-patrão. O que vemos, além da fala racista da avó da menina doente que considera medida extrema testar a compatibilidade com empregados negros, é a incapacidade da família abastada em lidar com o ato altruísta da babá pobre, que depois de ter ajudado a salvar a vida da filha dos patrões não quis extrair nenhum benefício disso, mesmo quando esse foi oferecido a ela.

O último relato é um relato internacional de uma mulher que trabalhou como doméstica na Itália. Ela conta que, diferentemente do Brasil, lá ela nunca teve problemas com violência de qualquer tipo ou privações, como relatam a maioria das mulheres na página. O problema, que ela chamou de “inconveniente”, era o fato de os patrões perguntarem a ela o tempo todo se no Brasil era tudo floresta, se ela dormia em camas, se havia escolas ou ainda se ela sabia ler.

Tal desconhecimento em relação ao Brasil não é incomum e esse relato foi agrupado juntamente com os de racismo e xenofobia porque, embora nesse caso não tenha trazido nenhuma consequência para a mulher em relação ao modo como foi tratada pelos patrões, essa imagem do nosso país faz com que, muitas vezes, nossas mulheres sejam desrespeitadas no exterior. Entretanto, esse relato não contribui exatamente para nossa análise como os anteriores.

Por fim, esse grupo de relatos aponta que, assim como Collins (2016) afirma que muitas negras *outsiders within* americanas que trabalharam nas casas de brancos perceberam que não havia justificção para a superioridade branca que não fosse o racismo, as empregadas domésticas e mulheres negras e nordestinas brasileiras vivenciam e percebem a presença do preconceito no modo como são tratadas por “patrões”. O tratamento inferior que lhes é dado, a exploração ou até a violência física tem como base um racismo que se mostra saudosos da escravidão, como já mencionamos, conferindo a diversas práticas de patrões tons semelhantes aos das realizadas pelos outrora senhores de escravizados.

No ambiente doméstico, a impressão que se tem por meio dos relatos dessas mulheres é de que o racismo e a xenofobia são mais claramente demonstrados que no ambiente público. É como se, por estarem em ambiente privado, patrões se sentissem “mais à vontade” em praticar os preconceitos baseados na raça e na origem das mulheres; como se naquele lugar a máscara da aceitação do negro ou do migrante pudesse ser relaxada tanto pelo senso de propriedade

privada quanto pela fiscalização praticamente inexistente por parte do Estado sob as casas que empregam trabalhadores domésticos.

Uma outra observação importante a ser feita e que já foi mencionada, é como a presença da definição das autoras como mulheres negras ou como falando de mulheres negras é importante para a apropriação da experiência que fazem, tanto modificando o posicionamento de quem participa, quanto contribuindo para definir a própria situação. Isto, acredito eu, é um fato distintivo desse grupo em relação aos demais.

#### **4.6 Gratidão e relatos positivos**

Embora o principal objetivo da página seja de denunciar as situações abusivas às quais as empregadas são submetidas no trabalho, existem alguns relatos em que elas ou terceiros demonstram gratidão ou contam alguma história positiva, que tenha provocado nelas sensações de reconhecimento ou semelhantes. No corpus dessa pesquisa, 20 posts foram identificados como contendo esse tipo de história.

Ao fazer a análise dos posts, destacamos três tipos diferentes: relatos em que pessoas agradecem à página “Eu empregada doméstica” e à Preta Rara; relatos em que as empregadas ou seus filhos se sentem gratos por receber tratamento digno e auxílio, principalmente nos estudos; e, ainda, relatos em que familiares de empregadas ou outras pessoas demonstram gratidão a elas.

É curioso e revelador o fato de a maioria deles, 13 posts, se tratar de relatos em que autoras e autores descrevem o tratamento dado às empregadas como digno:

[...] ao vir para São Paulo trabalhar com uma família tive certeza que ainda existe humanos. Tinha meu quarto com TV a cabo telefone guarda roupas boa cama tinha meu horário de levantar de dormir era sempre convidada a sentar na mesa com eles para as refeições a geladeira era livre para comermos o que quisesse foi a última casa que trabalhei mas trabalhei feliz.

Graças a Bom Jesus da Lapa nem todos os patrões são iguais a maioria. Minha Mãe criou eu e mais duas irmãs trabalhando de doméstica na casa de uma Professora e de um Médico ambas pessoas maravilhosas. Íamos sempre na casa deles sempre nos trataram muito bem. Comíamos junto a eles brincávamos com os filhos e tínhamos todo um tratamento. Hoje minha Mãe já não trabalha como doméstica eu e minhas irmãs crescemos e já nos estabilizamos profissionalmente. Agradeço muito aos antigos patrões de minha Mãe eles contribuirão muito para o nosso crescimento pessoal e profissional.

Quando eu era pequena acredito que devia ter meus 4/5 anos mais ou menos minha mãe trabalhava como doméstica em uma casa onde havia mais pessoas que também trabalhavam lá. Por ser muito longe e por eles precisarem da minha mãe praticamente todo o tempo ela meio que morava no serviço. Ela tinha um

quarto e quando chegava final de semana nós íamos eu e minha irmã até lá pra ficarmos com ela. Diferente de tanta gente minha mãe era mesmo tratada como da família. E nós também. Nós brincávamos com os filhos dos patrões dela saíamos todos juntos e eles não nos diferenciavam dos filhos deles. Festa de aniversário das crianças da casa nós sempre estávamos presentes e no meio de um monte de crianças ricas éramos tratadas por igual. Minha mãe gostava muito de trabalhar lá ela nunca foi destrutada por eles nem pelas crianças de lá.

A partir dessa constatação, podemos pensar, então, que o tratamento digno é considerado por algumas pessoas como uma exceção no caso das domésticas ou como um motivo para agradecer aos patrões. É claro que as relações de trabalho são muito diversas e complexas em toda a sociedade, mas podemos dizer que, socialmente, é esperado de empregadores que deem um tratamento minimamente digno aos trabalhadores, mesmo que esse mínimo de dignidade se restrinja àquilo que está colocado legalmente.

O fato de o bom tratamento ser entendido como exceção pelas empregadas e pelas pessoas que relatam para a página aponta para o quanto as relações de trabalho doméstico ainda não são pautadas pelas mesmas normas – tanto do ponto de vista legal quanto do ponto de vista social – que as demais relações de trabalho remunerado. Os relatos de gratidão à página e sua criadora (4 posts) endossam isso por destacarem a necessidade de existir um canal como esse para que a voz das empregadas seja ouvida:

[...] Essa mensagem tem o objetivo de te agradecer por revelar essas histórias e por empoderar tantas mulheres ao desnaturalizar as relações abusivas e cruéis do trabalho doméstico. [...]

Minha mãe me contou um Caso que quando trabalhava em uma certa casa não era permitido comer no mesmo lugar que os patrões era necessário comer no lugar da empregada preparava tudo e colocava sobre a mesa mas ela não era permitida a sentar isso a incomodava muito. Um dia relatando isso a uma amiga ela me respondeu que concordava com a situação que também faria isso se tivesse uma empregada. Um tempo depois essa amiga me mostra a página: Eu empregada doméstica me falou que leu vários relatos e ficou impressionada que depois disso nunca mais teria essa concepção. Isso só mostra os efeitos que a página está trazendo fiquei super feliz com a mudança de opinião e agora ela defende sempre as empregadas domésticas!

[...] Fico feliz de ver uma página como essa por ser um canal de união e visibilidade para aqueles que nunca tiveram voz.

Nesse ponto, se faz necessário retomar tanto as questões da complexidade de um trabalho realizado num ambiente até então privado e de difícil regulamentação e fiscalização, quanto a permanência de práticas e pensamentos escravagistas. Além disso, também a questão da meritocracia e de como certos maus tratos por parte dos patrões são “justificados” pela condição das mulheres empregadas domésticas que são entendidas como pessoas que não lutaram o suficiente para conquistar uma vida melhor. Isso tudo acaba convergindo para a

manutenção de pensamentos e práticas que dão a entender que o trabalho doméstico remunerado e as trabalhadoras não merecem, precisam ou devem ter os mesmos direitos que outros empregados, embora já exista, inclusive, uma legislação que diga isso.

Ainda em se tratando dos relatos de gratidão aos patrões e também em relação aos de gratidão às próprias empregadas, é interessante notar que diversos relatos mencionam a questão da viabilização dos estudos como algo a ser agradecido:

Patroa: Já peguei vc lendo escondido meu livro da Olga pode levar pra ler em casa você já pensou em continuar os seus estudos? Eu: Sim quero fazer faculdade de história é muito caro e não sei se terei condições de pagar. Patroa: Nossa que incrível vai ter que ler bastante hein e vc terá uma prateleira com bem mais livros do que a advogada aqui vc vai conseguir menina tenho certeza. (Patroa Regina a única que me incentivou a estudar e quando eu encontrei com ela no Gonzaga em Santos/SP dei um forte abraço e falei que eu sou professora e choramos juntas)

Eles pagavam meu material escolar o patrão me incentivou a ler me levava com ele na livraria e eu não podia escolher gibi não tinha que ser livro... ah como eu agradeço! Ganhava brinquedos dos melhores.... Eu só tenho a agradecer a Deus e essa família por ter nos ajudado...

Aqui vemos que a possibilidade de estudar e ter acesso à cultura letrada é motivo para a gratidão pelo entendimento de que isso foi o que permitiu a essas pessoas terem uma vida melhor. Apesar disso, mesmo que o relato não fale explicitamente de forma negativa do trabalho doméstico ou de demais ocupações que não requerem comprovação formal de conhecimento letrado, eles sugerem uma hierarquia entre esses tipos de atividade e as que carecem de “diploma”. Se pensarmos no próprio corpus e na quantidade de relatos de sofrimento versus o número de relatos de gratidão, é compreensível que exista, mesmo entre as empregadas e seus familiares, essa diferenciação e hierarquização das atividades, uma vez que essas mulheres e seus familiares, mesmo quando não conviveram diretamente com o sofrimento, entraram em contato com ele através de colegas de profissão, vizinhos, conhecidos.

Os relatos de gratidão às próprias empregadas também mostram isso:

Minha mãe [...] sempre tentou nos poupar das situações de humilhação e desrespeito que ela enfrentava. Por isso prefiro contar que ela superou tudo isso p criar 4 filhos sozinha voltar a estudar aos 45 anos cursar gastronomia pós tecnologia em alimentos e nutrição e hj se tornar uma grande gastrônoma e Chef de Cozinha independente respeitada e que não precisa mais se submeter a situações humilhantes. Uma guerreira uma vencedora que espero sirva de inspiração a muitas mulheres que passam por isso ainda hj p que não percam a fé em si e na vida.

Minha mãe é empregada doméstica e ela me relatou uma coisa esses dias que eu fiquei muito feliz! Eu sou bolsista integral pelo Prouni e estudo na mesma

faculdade que a filha da patroa. Conversa vai conversa vem ela soltou a notícia da minha bolsa na Anhembi Morumbi para a chefe e ela embasbacada soltou que a filha estuda na mesma univesidade porém pagando. Hehehe minha mãe nordestina deve ter ficado muito orgulhosa né não?

Os estudos não são apenas enxergados como oportunidades: a possibilidade de estudar em si já confere um status diferente à pessoa e uma percepção melhor de si mesma ou das pessoas próximas. Então, mesmo os relatos que identificamos aqui como positivos são capazes de revelar traços da realidade de sofrimento, desvalorização e desrespeito vivida pelas empregadas domésticas brasileiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É função de todo trabalho acadêmico na área a qual estamos afiliadas não apenas responder à questão proposta, mas suscitar novas indagações a partir do percurso construído pela investigação. A questão das empregadas domésticas no Brasil, como demonstramos aqui, é composta por muitos fatores e todos eles são, cada um a seu modo, complexos e multifacetados.

Nesta dissertação, nos questionamos sobre o que os relatos da página “Eu empregada doméstica” dizem sobre a experiência das empregadas domésticas e como eles ajudam a constituir representações do que é o trabalho doméstico no Brasil contemporâneo e no que isso pode contribuir para reconfiguração da experiência dessas mulheres.

Por isso, o primeiro capítulo e as questões trazidas sobre o pensamento histórico sobre o trabalho buscam apresentar o quanto são diversos e complexos os aspectos que atuam na configuração do trabalho doméstico. O fato de ser um valor importante da sociedade capitalista, as hierarquias existentes entre atividades, que fazem com que algumas sejam apreciadas como trabalho enquanto outras não o são, a questão racial e de gênero são colocadas na tentativa de apresentar a leitoras e leitores um princípio de discussão sobre cada um desses assuntos e demonstrar a diversidades de abordagens possíveis para o problema.

Por meio da perspectiva triangular de trabalho apresentada por Deranty (2009), somos capazes de esboçar pelo menos alguns pontos em que alguns desses fatores mencionados agem contribuindo para que o ciclo dessa atividade ocupe o lugar desvalorizado e desprestigiado que ocupa. Podemos dizer, a partir do eixo *ego-real*, que toda a condição social das mulheres que acabam trabalhando como empregadas domésticas não as beneficia com estímulos para que possam se endereçar às tarefas prescritas no mundo do trabalho de modo inovador em relação ao que já é feito.

Nesse sentido, podemos fazer uma aproximação à questão da reprodução da classe marginalizada de Souza (2009) no que diz respeito à ausência de precondições para que os indivíduos desse grupo social incorporem o tipo de conhecimento necessário para concorrerem no mercado produtivo. As privações que retiram dessas mulheres, muitas vezes ainda crianças, o acesso àquilo que é básico para a construção de uma cidadania digna, as degenerações que impactam na autopercepção delas mesmas e suas capacidades, as violações que destituem delas o controle dos corpos, o racismo estrutural: tudo isso cria um cenário em que se torna difícil escapar de um destino que parece traçado para elas na sociedade, de viver numa condição marginal.



Se nada além disso é esperado dessas mulheres pela sociedade, como se faz possível medir a eficácia das atividades que exercem? Como nos mostra Biroli (2016), o trabalho doméstico é visto como uma responsabilidade exclusivamente feminina. Assim, não há como promover grandes mudanças em relação ao julgamento social da atividade das empregadas domésticas quando elas estão fazendo apenas aquilo que já é considerado de responsabilidade feminina. A medida de eficácia que é relacionada ao eixo *real-others* no diagrama de Deranty (2009) só funciona para as empregadas domésticas para dizer se cumpriram ou não as tarefas domésticas que as patroas deveriam cumprir na lógica patriarcal da casa. Nesse sentido, as expectativas de quem emprega são de que a empregada seja capaz de livrar a patroa e a casa daqueles afazeres próprios das mulheres, quase como se fosse esperado dela apenas que fosse mulher, que, infelizmente, não foi capaz de tentar concorrer no mercado produtivo, tendo que vender-se para ser mulher na casa de outras que podem pagar para que ela exerça essa função. Assim, não existe medida de eficácia da técnica do trabalho doméstico, pois ser mulher não é uma técnica, muito menos valorizada pelo mercado produtivo capitalista.

Consequentemente, o significado do trabalho doméstico remunerado, representado no eixo *ego-others*, se perde em meio a toda lógica da sociedade capitalista patriarcal, uma vez que se refere a uma atividade realizada como substituição a um encargo privado das mulheres. Embora, como apontamos já na introdução, a questão da legislação venha confirmar a existência e a necessidade de um debate público sobre o trabalho doméstico, o fato é que ainda não se debateu publicamente o suficiente para que seja incorporado de forma plena ao pensamento das organizações e instituições sociais.

Do mesmo modo, as colocações de hooks (2019), Collins (2016) e Schwarcz e Starling (2015) nos ajudam a entender porque a questão da raça precisa ser enxergada como atravessando todos esses eixos. Quando consideramos que o capitalismo brasileiro se estruturou em cima da exploração da mão de obra de pessoas escravizadas e que os mecanismos de manutenção do poder das elites brancas foram sendo adaptados às necessidades das mudanças históricas, percebemos claramente a falácia do discurso meritocrático presente no que chamamos de “espírito do capitalismo brasileiro”.

Esse discurso, juntamente com os demais aspectos já colocados, serve para mascarar a estrutura racista e classista sob a qual o mercado de trabalho e toda nossa sociedade se assenta. Continuam-se reproduzindo práticas que relegam às pessoas negras e às classes mais baixas os piores postos de trabalho, ao mesmo tempo em que seguem-se reproduzindo discursos de opressão às mulheres, colocando mulheres negras e pobres nas piores posições sociais.

Por isso, consideramos como fundamental o papel desempenhado pela página “Eu empregada doméstica” e todo seu contexto para a consolidação de um debate que coloca, além das empregadas domésticas, as mulheres, mulheres negras e mulheres pobres em foco. E, nesse sentido, foi fundamental trazer para o centro da discussão a experiência das próprias domésticas como discursos válidos que evidenciam as questões que apresentamos.

Partir do conceito de experiência de Dewey (1980) para construir um modo de olhar para esses relatos nos permitiu entender que os relatos feitos para a página auxiliam a produção de sentido das próprias empregadas domésticas sobre suas experiências e suas condições de vida e trabalho. Pelo papel que podem desempenhar na transformação do mundo ao redor por meio da configuração de novos sentidos, alterando e constituindo representações, os relatos das experiências das empregadas domésticas funcionam para elas como forma de se apropriarem e modificarem a própria história e funcionam para nós como ferramenta para compreender e refletir sobre esse aspecto da nossa sociedade.

Cada um dos grupos de relatos faz emergir aspectos distintos das representações das empregadas domésticas e dos posicionamentos que elas assumem frente a essas representações. O impacto simbólico que as privações exercem nas domésticas, alimentando uma imagem de subalternidade, inferioridade e indignidade, é visível até mesmo no volume de relatos sobre esse tema. De modo semelhante, os relatos sobre degenerações ético-morais demonstram que essa imagem é reforçada diretamente pelos padrões ao endereçarem às suas funcionárias discursos que visam a diminuir seu status enquanto ser humano.

Os relatos de violência física e sexual são prova de que os corpos e as mentes dessas mulheres são resistentes mesmo quando a sociedade busca fazer delas objetos do seu sadismo, enquanto os relatos de racismo e xenofobia se recusam a aceitar que a raça e a origem continuem a ser usadas como meio de constituir subalternidade.

Dessa forma, ao contarem suas histórias, elas não apenas questionam, mas rejeitam os lugares destinados a elas, mesmo que, no momento, isso ainda esteja sendo feito no anonimato da página. Entretanto, é por meio do anonimato da página que o eco de suas vozes, tão mencionado pela criadora da página, Joyce Fernandes, encontra mais reverberação e a reivindicação por um tratamento mais digno passa a figurar no horizonte dessas mulheres e da sociedade enquanto possibilidade concreta. É nesse sentido que falamos em uma “reconfiguração” da experiência de ser doméstica. Esse movimento passa tanto pelo que foi colocado por Collins (2016) e salientado como importante, que é a necessidade de mulheres negras de se autodefinirem e autoavaliarem em seus contextos, quanto pelo movimento de trazer

as condições de trabalho doméstico para a discussão pública, enquanto um problema trabalhista, social, racial e de gênero.

Lembremos que os relatos apresentados não apresentam situações em que o problema das mulheres se referia ao aspecto prático da atividade de doméstica. Não que esses problemas não existam nessa atividade, mas as questões que vemos relatadas concernem à relação estabelecida entre empregadas e patrões ou sociedade, que pelo volume e destaque que recebem com o surgimento da página, demonstram o caráter público desse problema, mesmo nos relatos de gratidão.

Podemos dizer que a experiência de ser doméstica é atravessada por privações de condições básicas para viver com dignidade, por insinuações que depreciam, diminuem, rebaixam, envergonham e ridicularizam as empregadas, por racismo, por violência física e sexual, mas também por um sentimento de gratidão que, após tudo isso, podemos considerar ambíguo e até contraditório. Ambíguo porque, embora a gratidão expressa por essas mulheres seja real frente ao fato que muitas delas sobrevivem e garantem o sustento dos seus familiares por meio do emprego, podendo até ascender socialmente em algum momento, a exploração, a relação de não-trabalho e a carga simbólica negativa que a ocupação carrega não permitem uma plenitude ou tranquilidade nessa gratidão.

E é possível perceber que, por mais que essas mulheres tentem construir visões positivas de si mesmas ao reconfigurarem suas experiências como domésticas, o trabalho doméstico permanece sendo visto como um destino do qual se deve escapar. Isso fica colocado quando elas ou seus filhos comentam sobre a importância de terem estudado para conquistar uma vida melhor, no agradecimento aos patrões que auxiliaram em processos como esse e mesmo na fala de Joyce, que, em um de seus relatos para a página, relembra quando uma ex-patroa reconheceu seu interesse pela leitura e incentivou seus estudos.

Entendemos e reconhecemos a importância da educação num processo de transformação maior da sociedade e das estruturas que oprimem todo tipo de minoria política. Entretanto, o modo como a educação aparece nos relatos de gratidão ainda revela que, embora seja fundamental, ela ainda é um privilégio de poucos e que talvez seja a única forma concreta pela qual empregadas domésticas e seus familiares consigam, hoje, abandonar parte dos estigmas que as representações do trabalho doméstico impõem a elas e eles.

Assim, por mais que os relatos funcionem como ferramenta para reconfiguração de suas experiências enquanto domésticas, alterando a forma como se entendem e se reconhecem, permanece nelas mesmas – como um eco da representação social negativa do trabalho doméstico assalariado – o discurso de que o ideal, como profissão, é não ser doméstica.



## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BOGADO, Maria. Rua. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 23-42
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BUTLER, Judith. Um relato de si. In: BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 11-56.
- CAL, Danila. **Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder, resistências**. Salvador: EDUFBA, 2016.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**. [online]. 2016, vol.31, n.1, pp.99-127.
- COÊLHO, Tamires; CORRÊA, Laura Guimarães. Normas e valores. In: FRANÇA, Vera; MARTINS, Bruno; MENDES, André (orgs). **Grupo de pesquisa em imagem e sociabilidade (GRIS): Trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação**. Belo Horizonte: PPGCOM – UFMG, 2014. p. 119-122
- CORRÊA, Laura Guimarães; GUIMARÃES-SILVA, Pâmela. Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. In: **Anais do XXVII Encontro Anual da Compós**. Belo Horizonte: Compós, 2018.
- DERANTY, Jean-Philippe. What is work?: key insights from the psychodynamics of work. **Thesis eleven**, Los Angeles, v. 98, n. 1, p.69-87, ago. 2009.
- DEWEY, John. Experiência e natureza. In: DEWEY, John. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural. 1980. p. 3-52.
- DEWEY, John. Arte como experiência. In: DEWEY, John. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural. 1980. p. 89-105.
- EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento da minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org). **Representações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p 16-21. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>. Acesso em 2 de junho de 2019.

FRANÇA, Vera. Impessoalidade da experiência e agenciamento dos sujeitos. In: LEAL, Bruno; GUIMARÃES, César; MENDONÇA, Carlos (orgs). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 39-54

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n. 31, p. 141-154, 1996.

FONSECA JÚNIOR, Wilson. Análise do conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 280-304

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Algumas das principais características dos Trabalhadores Domésticos vis a vis a População Ocupada. In: **Pesquisa Mensal do Emprego – PME**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

MIGEOTTE, Léopold. Os filósofos gregos e o trabalho na antiguidade. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. (Orgs.) **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Domestic workers around the world**: global and local statistics and the extent of legal protection. Geneva: International Labour Office, 2017.

POGREBINSCHI, Thamy. **Pragmatismo**: teoria social e política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005. p. 11-49

QUÉRÉ, Louis. O caráter impessoal da experiência. In: LEAL, Bruno; GUIMARÃES, César; MENDONÇA, Carlos (orgs). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 19-38

RIBEIRO, Stephanie. Quem somos: mulheres negras no plural, nossa existência é pedagógica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 261-286

ROCHA, Emerson; TORRES, Roberto. O crente e o delinquente. In: SOUZA, Jessé (Org.). **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Toma lá da cá: o Sistema escravocrata e a naturalização da violência. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 79-106

SORATTO, Lúcia Helena. **Quando o trabalho é na casa do outro: um estudo sobre empregadas domésticas**. 2006. 331 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SIMÕES, Paula Guimarães. A centralidade da experiência na constituição das representações: contribuições interdisciplinares para o campo da comunicação. In: **E-Compós**. Brasília, v.13, n.1, jan./abr. 2010.

SOUZA, Jessé (Org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WEBER, M. **A Ética Protestante e O Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1920].

YANNOULAS, Silvia (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília: Abaré Editorial, 2013. p. 21-65